



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISABELLA KETTULY PEREIRA DE CASTRO AMORIM

**Organizações Criminosas Brasileiras e Mercados Ilegais Globais:  
uma análise da rota do tráfico de cocaína entre Brasil e África  
Occidental**

JOÃO PESSOA  
2023

ISABELLA KETTULY PEREIRA DE CASTRO AMORIM

**Organizações criminosas brasileiras e mercados ilegais globais : uma análise da rota do tráfico de cocaína entre Brasil e África Ocidental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Professor Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

JOÃO PESSOA  
2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A524o Amorim, Isabella Kettuly Pereira de Castro.

Organizações criminosas brasileiras e mercados ilegais globais: uma análise da rota do tráfico de cocaína entre Brasil e África Ocidental / Isabella Kettuly Pereira de Castro Amorim. - João Pessoa, 2023. 96 f. : il.

Orientação: Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira. TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. África Ocidental. 2. Brasil. 3. Tráfico de cocaína. 4. Crime organizado. 5. Primeiro Comando da Capital (PCC). I. Ferreira, Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

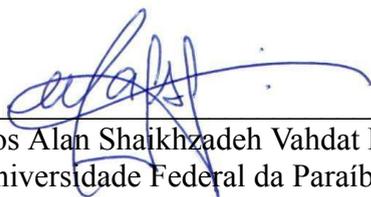
**ISABELLA KETTULY PEREIRA DE CASTRO AMORIM**

**ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS E MERCADOS ILEGAIS GLOBAIS:  
UMA ANÁLISE DA ROTA DO TRÁFICO DE COCAÍNA ENTRE BRASIL E ÁFRICA  
OCIDENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 30 de outubro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



---

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre  
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



---

Anna Beatriz Ramalho Gonçalves  
Secretaria de Administração Penitenciária do Maranhão- SEAP MA

## AGRADECIMENTOS

Chegar até este momento envolve um turbilhão de emoções, mas felizmente, a sensação é mais de alívio e gratidão por tudo vivido até aqui. Encerro esta etapa acadêmica acreditando ainda mais que a educação é transformadora e capaz de construir sonhos, afinal, foi ela a responsável por grande parte das conquistas que consegui até agora.

Pensei muito em como fazer estes agradecimentos, porque, felizmente, sou cercada de pessoas incríveis e que nunca hesitam em me apoiar, mas, primeiramente, eu preciso agradecer à Isabella, de 17 anos, que colocou na cabeça que o sonho dela era grande demais para se resguardar àquela cidade no meio do Maranhão. Passado alguns anos, levo comigo a coragem e a determinação que levaram uma jovem a se aventurar por aí sem nem ter ideia ainda do que de fato era viver. Que no futuro eu lembre com orgulho e satisfação desta escolha e destes anos mágicos que foram a minha graduação.

Mas claro, chegar até aqui só foi possível graças a uma rede de pessoas que a mim só emanam amor. Agradeço então:

Aos meus pais, Sandra Mara e Jorge Amorim, por sempre apoiarem os meus sonhos e acreditarem em mim mais do que eu mesma acredito. Sem vocês, eu não seria metade do que sou. Obrigada por se fazerem presentes no meu dia-a-dia mesmo com a distância e por serem a força que me sustenta nos meus piores momentos. Espero um dia conseguir retribuir a vocês tudo que foi abdicado para que eu e meu irmão pudéssemos ter a oportunidade de crescer na vida através da educação. Amo muito vocês!

À minha avó, Carmen Maria, por ter sido como uma mãe e sempre ter cuidado de mim com todo amor e carinho desde que eu me entendo por gente. Palavras jamais serão o suficiente para demonstrar todo meu amor pela senhora. Ao meu avô, Antônio Rodrigues, por todo o apoio e prestatividade comigo. Espero poder orgulhar muito o senhor, vovô.

Ao meu irmão, Hugo Ivis, por toda a cumplicidade desde que estamos juntos neste mundo. Você é, sem dúvidas, uma das pessoas que eu mais admiro. Que bom que a gente tem um ao outro e que seja sempre assim. Te amo!

Às minhas primas: Luma e Lara. Independente do lugar, sempre me sinto em casa e acolhida por vocês. Parte das memórias mais felizes da minha infância foi ao lado de vocês. Luminha, você é doce e gentil como poucas pessoas, sou grata por enxergar isso. Lara, amo muito a nossa conexão e sou feliz por ter tido a oportunidade de te ver crescer. Para mim, mesmo com a sua pouca idade, você é exemplo de força e fé. Obrigada por serem inspiração!

À minha família como um todo! Obrigada, por tudo! Que sorte a minha de ter crescido ao lado de pessoas que sempre me incentivaram e acreditaram em mim. Sou imensamente grata por colecionar histórias felizes ao lado de vocês. Espero que cada um saiba do lugarzinho especial que ocupam em meu coração.

Às minhas amigas do colégio, Arielle, Isadora, Mari, Maria Clara e Virna. Vocês foram essenciais na minha trajetória. Obrigada por fazerem dos momentos que temos juntas, mesmo que poucos, únicos. Cada vez que a gente se encontra, parece que nada mudou. Sou mais feliz ao lado de vocês.

À Ellen e Ana Pollinny, que foram um aconchego em João Pessoa. Mais do que dividir uma casa, dividi com vocês parte da minha vida. Obrigada por cada momento, cada gesto de carinho e de força. Aprendi muito com as duas. Nada que eu colocar aqui vai ser suficiente para demonstrar o carinho que sinto por vocês. Tenho certeza que eu não poderia ter escolhido pessoas mais incríveis para partilhar parte da minha trajetória. À Jade e Julia, por serem as melhores amigas do mundo. Vocês me ensinaram muito, a cada uma só tenho a agradecer por se fazerem presente em todos os momentos da minha vida, desde que nos conhecemos. Obrigada pelo cuidado, atenção e paciência que vocês tiveram comigo. À Isabela Regina, minha duplinha, por ter desde o início me acolhido tão bem e com tanto carinho. Amo muito cada uma de vocês! À Allan, Julieta, Vitória, Giovanna, Maria Deusdédite, Tiffany, Denilson e Pedro. Amigos queridos que levo com muito carinho. Dividir esses anos com vocês deixou o processo mais leve e divertido. Poder contar com cada um foi um alicerce em muitos momentos. Obrigada, por tanto!

Cada um de vocês possui um lugar especial no meu coração. Agradeço por ter tido o privilégio de dividir as mais loucas experiências com pessoas tão únicas. Que ainda possamos viver muito mais. Levarei comigo um pouquinho de cada um.

Ao meu amor, Leonardo, por ser um ponto de conforto e tranquilidade no meio de um turbilhão. Obrigada pelo companheirismo e parceria. Viver a vida ao seu lado deixa as coisas mais fáceis. Te amo além da conta!

Aos projetos que tive a honra de participar: IDeF, Líderi e Carica, por terem me ensinado tanto, sendo fundamentais nessa trajetória. Errei, aprendi e melhorei em muitas dimensões. Tive o prazer também de conhecer pessoas incríveis que viraram amigos!

Ao Grupo de Teatro Político Interna-só-na-mente. Devo muito por tudo que aprendi aqui e por todas as pessoas que me ensinaram um pouco mais. Parte da pessoa que sou hoje devo ao desenvolvimento que o teatro me proporcionou. Tenho um carinho imenso pelo projeto e vou levá-lo sempre no meu coração.

À professora Mariana Baccarini que pegou na minha mão desde o início da graduação. A senhora, mesmo sem saber, me ajudou e incentivou em muitos momentos. Levo com carinho todos os puxões de orelha, conselhos e projetos que dividimos. Minha admiração e carinho são imensos.

Ao meu orientador, professor Marcos Alan por toda a paciência que teve comigo durante estes meses. Obrigada por toda a ajuda. O senhor realmente é a pessoa e profissional incrível que todos falam.

À minha banca, Anna Beatriz e Fábio Nobre, por aceitarem fazer parte deste momento. É realmente uma honra ter vocês aqui. Aproveito para estender os agradecimentos ao corpo docente e demais funcionários do Departamento de Relações Internacionais que de alguma forma contribuíram para minha formação.

Por fim, agradeço à UFPB. Reconheço o privilégio que é poder estar em uma universidade pública, um lugar tão rico, dividindo com tantas pessoas sonhos e a vontade de um futuro melhor. Torço para que num futuro este seja um espaço de mais valorização.

Obrigada a todos!

## RESUMO

Na última década se observa uma crescente importância da África Ocidental como um ponto de trânsito da cocaína que sai do Brasil e tem como destino final a Europa e a Ásia. A rota que parte do Brasil é dominada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). A organização que nasceu nas prisões de São Paulo, expandiu sua atuação internacionalmente e hoje se apresenta como um cartel da droga. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral explorar como a expansão das organizações criminosas brasileiras, especialmente o PCC, através da rota do tráfico de cocaína em direção à Europa, impacta nos países da África Ocidental. Para isso, a análise do trabalho foca em três dimensões: os atores criminosos, a logística da droga e a relação crime-Estado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto é de cunho qualitativo, por meio de uma revisão bibliográfica sobre os Estudos para a Paz (EPP), os Atores Não-Estatais Violentos (ANEVs) e a Governança Criminal, seguida por uma pesquisa documental baseada em relatórios oficiais e notícias da imprensa. Dessa maneira, a partir das informações coletadas foi possível identificar as ligações entre o mercado de cocaína brasileiro e da África Ocidental, a partir da expansão das organizações criminosas brasileiras, principalmente o PCC e sua ligação com máfias europeias. Nesse sentido, foi possível apontar também os efeitos perniciosos que a intensificação do tráfico de cocaína vem causando no sistema de governação dos países da África Ocidental.

**Palavras-chave:** África Ocidental; Brasil; Cocaína; Crime Organizado; Primeiro Comando da Capital.

## ABSTRACT

In the last decade, West Africa has seen a growing importance as a transit point for cocaine leaving Brazil and its final destination in Europe and Asia. The route from Brazil is dominated by the First Capital Command (PCC). The organization that was born in the prisons of São Paulo, expanded its operations internationally and today presents itself as a drug cartel. In this context, the general objective of this work is to explore how the expansion of Brazilian criminal organizations, especially the PCC, through the cocaine trafficking route towards Europe, impacts West African countries. To this end, the analysis of the work focuses on three dimensions: criminal actors, drug logistics and the crime-State relationship. The methodology used to develop the project is qualitative, through a bibliographical review on Peace Studies (EPP), Violent Non-State Actors (ANEVs) and Criminal Governance, followed by documentary research based on official reports and press news. In this way, based on the information collected, it was possible to identify the links between the Brazilian cocaine market and that of West Africa, based on the expansion of Brazilian criminal organizations, mainly the PCC and its links with European mafias. In this sense, it was also possible to point out the harmful effects that the intensification of cocaine trafficking has been having on the governance system of West African countries.

**Key-words:** West Africa; Brazil; Cocaine; Organized Crime; First Capital Command.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL COMO AMEAÇA À PAZ</b> .....	19
1.1. O CONCEITO DE PAZ: DAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS AO ESTABELECIMENTO DE UMA DISCIPLINA.....	19
1.2. A INSERÇÃO DO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NOS ESTUDOS CRÍTICOS PARA A PAZ.....	24
1.2.1 DEFININDO O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL.....	24
1.2.2. A RELAÇÃO ENTRE CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E VIOLÊNCIA INDIRETA.....	26
1.3. O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL COMO ATOR NÃO-ESTATAL VIOLENTO COM CAPACIDADE DE GOVERNANÇA PARALELA.....	30
1.3.1 O CRIME ORGANIZADO COMO PROMOTOR DA GOVERNANÇA CRIMINAL.....	34
<b>2. O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL OPERANDO NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL</b> .....	39
2.1. OS FLUXOS TRANSNACIONAIS DE DROGAS ILÍCITAS.....	39
2.1.1. UM BREVE PANORAMA DA “GUERRA ÀS DROGAS”.....	41
2.1.2. VISÃO GERAL DAS DROGAS PELO MUNDO.....	44
2.1.3. O MERCADO DE COCAÍNA.....	47
2.2. A INSERÇÃO DOS MERCADOS AFRICANOS NOS FLUXOS TRANSNACIONAIS DE DROGAS ILÍCITAS.....	52
2.2.1 DESAFIOS NA COMPREENSÃO DOS FLUXOS ILÍCITOS NA ÁFRICA OCIDENTAL.....	55
2.3. A ROTA DA COCAÍNA DO BRASIL PARA A ÁFRICA OCIDENTAL .....	57
2.3.1. O BRASIL NO MERCADO DE COCAÍNA.....	58
2.3.2 A ENTRADA DA COCAÍNA NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL.....	61
<b>3. UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A ROTA DO TRÁFICO DE COCAÍNA ENTRE BRASIL E ÁFRICA OCIDENTAL</b> .....	68
3.1. RELAÇÃO ENTRE TRAFICANTES DA AMÉRICA LATINA E DA ÁFRICA OCIDENTAL.....	68

3.2. O PONTO DE PARTIDA: A EXPANSÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL.....	70
3.3. A LOGÍSTICA DA COCAÍNA.....	79
3.4. DINÂMICA DA GOVERNANÇA CRIMINAL NA ÁFRICA OCIDENTAL...	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Taxa de homicídios (vítimas de homicídio doloso por 100.000 habitantes), por região, 2017.....	29
Tabela 1 - Tipologia das relações entre o crime organizado e o Estado.....	34
Tabela 2 - Funções atribuídas à governança criminal.....	36
Tabela 3 - Estrutura e base da autoridade criminal.....	37
Gráfico 2 - Relação entre o cultivo e as apreensões de cocaína.....	49
Gráfico 3 - Aumento das apreensões de cocaína por sub (região) 2019-21 versus 2016-18.....	49
Gráfico 4 - Número de grandes remessas de cocaína apreendidas ou destinadas à África Ocidental e Central, por zona de chegada, 2010-2021.....	62
Gráfico 5 - Tendência de instabilidade nos países da África Ocidental.....	86

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia produtiva de drogas liderada pelo COT e seus impactos.....	28
Figura 2 - Estimativa global do número de usuários de drogas em milhões (2021).....	44
Figura 3 - Principais fluxos de tráfico de heroína baseado nas apreensões entre 2018-2021.....	46
Figura 4 - Principais fluxos de tráfico de metanfetamina baseado nas apreensões entre 2018-2021.....	47
Figura 5 - Principais fluxos de tráfico de cocaína baseado em apreensões entre 2018-2021.....	51
Figura 6 - Principais rotas do tráfico de cocaína que afetam o Brasil.....	60
Figura 7 - Rotas do tráfico de cocaína no Oeste e Norte da África.....	66
Figura 8 - Atores envolvidos no tráfico de cocaína do Brasil para a África Ocidental.....	80
Figura 9 - Dinâmica da cocaína.....	82
Figura 10 - Interligação entre países e atores envolvidos na apreensão de cocaína na Guiné Bissau em março de 2019.....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANEVs - Atores Não-Estatais Violentos

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

COT - Crime Organizado Transnacional

CV - Comando Vermelho

DEA - Drugs Enforcement Administration

ECP - Estudos Críticos de Paz

EPP - Estudos Para a Paz

GITOC - Global Initiative against Transnacional Organizado Crime

PCC - Primeiro Comando da Capital

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime

## INTRODUÇÃO

América Latina. Brasil. Rio de Janeiro. Complexo da Maré. “Policiais civis encontraram um fuzil, drogas e carregadores ao lado da escola municipal vereadora Marielle Franco, no Conjunto Esperança, na Maré, Zona Norte do Rio. Uma carga de 151 kg de cocaína foi apreendida. Duas pessoas foram presas, entre elas, um PM”<sup>1</sup>. Era o que dizia a matéria publicada pelo G1 no dia 09 de outubro de 2023.

África. Níger. Fachi. “Polícia do Níger apreende recorde de 200 kg de cocaína no carro do prefeito. O veículo havia saído de Fachi e seguia em direção à Líbia.”<sup>2</sup> Era o título da matéria publicada pela BBC News no dia 05 de janeiro de 2022.

Dois regiões distintas, separadas por um oceano, mas com um agravante em comum: a cocaína. A droga hoje é um dos mercados mais lucrativos do mundo. Quanto mais ela se afasta do seu local de produção, mais cara ela fica. A cocaína tem seu centro de produção na América do Sul e seus maiores mercados consumidores na América do Norte e na Europa. Estima-se que os preços de atacado nos países em que foram produzidas não chega a 1% dos preços de varejo no seu destino final (CdE, 2022).

O mercado de cocaína é mais do que uma questão econômica e comercial, na qual se pode traçar um paralelo entre a dinâmica da droga e as vulnerabilidades socioeconômicas. As áreas periféricas das cidades brasileiras, principalmente nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, funcionam lado a lado com o crime organizado. Ali ele nasce através de um sistema excludente e se prolifera reproduzindo seus mecanismos de nascença. Além disso, ambas as notícias chamam atenção para a relação que o tráfico de cocaína tem com agentes legais do Estado. Muito do êxito em suas operações vem da convivência e corrupção nas esferas estatais como mercados de proteção frente aos mercados ilegais.

Entender a dinâmica mercado da cocaína requer portanto compreender suas múltiplas dimensões: (I) os atores criminosos envolvidos no processo, cuja capacidade de resiliência é manifestada pelo crescimento de suas atividades, apesar dos esforços de controles legais, que utilizam de mecanismos como esquemas de lavagem de dinheiro e corrupção, estabelecendo controle sobre territórios através de um sistema de governança criminosa; (II) a logística sob a qual a droga funciona; e (III) a relação crime-Estado contribuindo para o sucesso de operações ilegais.

---

<sup>1</sup> LEITÃO, Leslie; NASCIMENTO, Rafael. Tráfico esconde fuzil, droga e carregadores ao lado de escola na Maré. G1, Rio de Janeiro, 09 out 2023 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/09/trafico-esconde-fuzil-drogas-e-carregadores-ao-lado-d-e-escola-na-mare.ghtml> Acesso em 15 out 2023

<sup>2</sup> Niger Police seize record 200kg of cocaine from mayor's car. BBC News, 05 jan 2022. África. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-59873835> Acesso em 15 out 2023

O Brasil virou um ponto de trânsito para a cocaína que vem principalmente da Bolívia e do Peru, com destino final na Europa e Ásia. Esse processo tem um ator determinante na sua execução: o Primeiro Comando da Capital (PCC). Criado em 1993 como consequência direta do fatídico Massacre do Carandiru, sob palavras de ordem e contra a repressão estatal, a organização criminosa desenvolveu um sistema de governança que vem lhe conferindo expansão para além do Brasil e da América Latina. Nos seus 30 anos de existência, o PCC se consolidou como a principal organização criminosa brasileira, sofisticou seu *modus operandi*, e hoje domina uma das principais rotas do tráfico de cocaína: a rota que sai dos países andinos em direção à Europa tem um dono e ele é o PCC.

No meio da rota, um ponto estratégico: a África Ocidental. Os traficantes latino-americanos estão utilizando a região como um ponto de trânsito por algumas razões, dentre elas: menor distância, custo menor dos transportes, tentativa de driblar a fiscalização europeia, mas principalmente pelas vulnerabilidades de governança que a região possui, fazendo com que a cocaína possa prosperar na região sem grandes empecilhos.

Diante disso, o que se defende neste trabalho é que a expansão e as potencialidades desenvolvidas pelo PCC, bem como sua aliança com outras organizações criminosas, se relacionam diretamente com a crescente do mercado de cocaína na região da África Ocidental, que cada vez mais vem sendo utilizada como um ponto de trânsito para a cocaína que chega na Europa, e em medida menor, na Ásia. A invasão de traficantes latino-americanos, principalmente brasileiros ligados ao PCC, afeta o já sistema precário de segurança que acomete os países da África Ocidental.

A região é acometida por um desenvolvimento desigual cujas raízes possuem fontes históricas e são consequência direta do processo exploratório pelos países desenvolvidos. A debilidade de suas instituições vem sendo reforçada por um sistema de governança criminal que atua na interface da legalidade, se aproveitando das condições sub-humanas à qual grande parte da população se encontra.

Apesar da relação entre a expansão das organizações criminosas brasileiras e como isso reverbera em outras localidades já ser explorado de alguma forma, principalmente na fronteira com os países vizinhos (Christino; Tognolli, 2017; Krüger; Oliveira, 2018; Manso; Dias, 2018; Dias; Dias, 2021), a construção da África Ocidental nesse processo ainda é incipiente, em parte porque a dimensão do crescimento de atuação do PCC fora do âmbito da América Latina é algo recente ou porque ainda não se viu de fato uma relação estabelecida entre ambos. De toda forma, o presente trabalho de conclusão de curso busca superar essa

lacuna, tendo como objetivo principal *explorar como a expansão das organizações criminosas brasileiras, especialmente o PCC, através da rota do tráfico internacional de cocaína para a Europa, vem trazendo consequências para a região da África Ocidental.*

Na construção para atingir o objetivo geral foram elencados três objetivos específicos: compreender como o Crime Organizado Transnacional (COT) constitui uma ameaça à paz; entender a África Ocidental nos fluxos transnacionais ilícitos; e analisar qual o papel do PCC na dinâmica da cocaína entre Brasil e África Ocidental. Para isso, a metodologia utilizada no trabalho é de cunho qualitativo com uma análise exploratória fundamentada na triangulação de dados, combinando análise de relatórios oficiais, notícias veiculadas na imprensa e revisão de literatura.

A base teórica do trabalho é fundamentada no primeiro capítulo através de uma revisão bibliográfica que busca entender primeiro como o Crime Organizado Transnacional (COT) se insere no campo dos Estudos para a Paz (EPP). A partir daí é explicado a importância da criação de uma subárea - os Estudos Críticos para a Paz (ECP) - para se pensar o desenvolvimento de novas formas de ameaça à paz. Nesse sentido, o COT é definido e analisado como um tipo de Ator Não-Estatal Violento (ANEV), que é produto ao mesmo tempo em que reproduz diferentes violências, bem como é explorado a sua capacidade de desenvolver uma espécie de governança criminal.

No segundo capítulo, busca-se entender como as drogas ilícitas ganharam repercussão pelo mundo, identificando os principais fluxos do tráfico internacional. Aqui é colocado que, de maneira geral, existe uma tendência de classificar os países subdesenvolvidos como produtores de droga, como um meio de introduzir intervenções na região, movidos pelo capitalismo e colonialismo militar. Para afunilar o escopo, dedica-se a discorrer separadamente sobre o mercado de cocaína, identificando as tendências do mercado, os impactos ocasionados pela pandemia do Covid-19 e os principais fluxos ao redor do mundo.

Em seguida, será explicado como a África, especialmente a África Ocidental, teve sua inserção na dinâmica do tráfico internacional de drogas. Destaca-se que, apesar de o foco midiático na região por apreensões de drogas ser relativamente recente, datando de 2007 e 2008, o comércio de drogas na região possui raízes históricas, mas sua inflamação é consequência dos processos de colonização da região, posto que o desenvolvimento desigual e as condições precárias que grande parte da população vive abriu portas para o desenvolvimento de um mercado informal, muitas vezes ilícito, mas que é encarado pela maioria como legítimo.

Por fim, o capítulo se dedica a discorrer sobre a rota da cocaína, indicando a posição estratégica do Brasil no fluxo da droga e os principais meios de entrada no país, para em seguida, descrever como a droga entra na África Ocidental e quais os principais percursos percorridos por ela. A maioria das informações obtidas para a construção desta seção vieram através dos relatórios publicados pela United Nations Office on Drugs and Crime e pelo Global Initiative against Transnational Organized Crime. Isso porque existe uma escassez de dados que dificulta a compreensão dos fluxos transnacionais operando na África, como será colocado.

O último capítulo foca em responder o objetivo geral deste trabalho, conferindo uma análise dos elementos que compõem a rota da cocaína do Brasil para a África Ocidental. A relação entre traficantes latino-americanos e africanos não é nova, mas foi incrementada com a expansão do PCC e sua cooperação com as máfias europeias, como a ‘NDrangheta. O paralelo traçado evidencia a participação de cada um dos atores mais proeminentes na cadeia de abastecimento da cocaína, convergindo para a dinâmica da governança criminal na África Ocidental.

Como veremos em detalhe aqui, o conjunto de informações coletadas para a elaboração deste trabalho mostra que o Brasil é um ponto estratégico para a cocaína que inunda a Europa, tendo como um dos principais atores o PCC. Para isso, o grupo busca utilizar mecanismos que lhe conferem parceria com outras organizações criminosas. Ainda que parte do domínio da facção tenha se dado sob derramamento de sangue, é interessante notar como o PCC tem um modelo sofisticado de gestão que permite a ele optar por vias diplomáticas ou de convencimento para espalhar seu *proceder*.

Isso se deu graças a sua capacidade de expansão e seu sistema organizacional, que lhe conferiram um modelo de governança, oriundo das prisões de São Paulo, que perpassou as fronteiras e o tornou apto a controlar toda cadeia da cocaína na América do Sul, do cultivo à exportação. Parte dessa cocaína, antes de chegar no destino final, atraca primeiro nos portos da África Ocidental.

## 1. O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL COMO AMEAÇA À PAZ

O presente capítulo tem como objetivo, através de uma revisão bibliográfica, entender de que maneira os Estudos para a Paz (EPP) podem ajudar na compreensão do Crime Organizado Transnacional (COT), bem como identificar os mecanismos que vem garantido às organizações criminosas um nível extra de complexidade e preponderância em diversas regiões. O crime organizado ganha uma dimensão transnacional com o aumento dos fluxos de bens e pessoas entre os países, desde então, ele vem se sofisticando e operacionalizando um tipo de governança paralela nas lacunas estatais. Classificando-o como um tipo de Ator Não-Estatal Violento (ANEV), é fundamental também compreender a dinâmica crime-Estado para se obter uma dimensão analítica dos fluxos de drogas ilícitas.

### 1.1. O CONCEITO DE PAZ: DAS REFLEXÕES FILOSÓFICAS AO ESTABELECIMENTO DE UMA DISCIPLINA

A ideia do que seria a paz ou o seu ideal vem sendo desenvolvida por diferentes tradições ao longo da história da humanidade, sua compreensão não é linear e nem existe uma definição universal (Ferreira, 2019a). No desenvolvimento do conceito de paz existe a compreensão da sua ligação com valores espirituais, no qual a paz seria uma continuidade da vida espiritual, manifesta em diversas expressões religiosas (Ferreira, 2019a). Com o desenvolvimento do pensamento ocidental, o conceito de paz remonta da filosofia grega baseada no princípio de cidadania mundial expresso por Platão e Sócrates, passa pelo estabelecimento do Tratado de Vestfália e caminha até chegar nos debates iluministas.

A busca por uma concepção de paz ao longo da história não impediu que o mundo sucumbisse a duas grandes guerras, na verdade, foram as guerras e os conflitos ao redor do globo grandes responsáveis pela preocupação de se estabelecer a paz no mundo. Embora, sempre tivesse existido certa preocupação em torno dos debates de paz, foi somente na década de 1950 e 1960 - em razão da dinâmica da Guerra Fria e do medo de vir a acontecer uma nova Guerra mundial e novos ataques nucleares - que cientistas sociais passaram a refletir de maneira sistêmica em torno das compreensões sobre a paz. Nesse ínterim, surgem, nos Estados Unidos e na Europa, uma série de departamentos e núcleos de pesquisa voltados para a compreensão da paz e dos conflitos (Ferreira, 2019a).

No primeiro momento, os Estudos Para a Paz (EPP) não se referiam explicitamente ao termo *paz*, mas sim à *conflict research*, levando acadêmicos como Kenneth Boulding e Anatol Rapoport a criarem o *Journal of Conflict Resolution* em 1957 (Oliveira, 2017). Paralelamente, surge na Noruega o *Journal of Peace Research*, vinculado ao *International*

*Peace Research Institute Oslo (PRIO)*, criados por Johan Galtung e trazendo o conceito de paz para o núcleo de suas pesquisas (Oliveira, 2017). Apesar das diferenças, ambos os centros pensaram além do que se via no jogo entre as potências, levando em consideração os fatores econômicos e secundários, e desafiando o ramo das ciências sociais que investigavam os temas transnacionais por um viés estatocêntrico (Ferreira, 2019a).

O primeiro grupo de estudiosos, guiava-se pelo conhecimento empírico da guerra para buscar meios de solucioná-la através de uma metodologia de análise positivista, tendo o quantitativismo e a neutralidade valorativa como epistemologias, com o que Pureza (2018, p. 76) sintetiza por “Ciência da Paz”. Existia um tipo de reducionismo dos conflitos, ou seja, uma visão negativa dos conflitos, cujo rigor positivista permitiria explicar sua presença, ausência ou magnitude (Pureza, 2018, p. 77).

[...] [Os EPP] gradualmente saíram de uma postura crítica para uma ciência normal institucionalizada. Seus principais veículos [...] passaram de uma ciência reflexiva, aberta a construir novos paradigmas na construção de um mundo mais pacífico, para uma ciência burocrática, institucionalizada, focalizada mais na resolução de problemas técnicos e metodológicos (*problem-solving*) do que na análise reflexiva dos *explanans* da violência e dos desafios à paz (Ferreira, 2017, p. 32)

A segunda matriz recusa a orientação positivista como sua metodologia (Pureza, 2018). Resultante dos trabalhos de Johan Galtung, ele busca confiar os estudos para a paz ao “método científico”, trazendo rupturas com a “Ciência da paz” no plano metodológico e epistemológico. Dessa maneira, a área de pesquisa vai gradualmente evoluindo sua expressão para “estudos da paz”, que além de abrigar uma pesquisa neopositivista, incorpora abordagens mais reflexivas e críticas (Oliveira, 2017). Assim, bem como pontua Oliveira (2017), quatro aspectos principais podem caracterizar os estudos da paz: o primeiro deles é o desejo de colocar a paz como objeto de pesquisa acadêmica, que desde o início se colocou em oposição à corrente realista das Relações Internacionais e aos estudos estratégicos

[...] a paz não era um mero estado contingente alcançado por vitórias militares entre guerras inevitáveis, mas se definia [...] como um processo que podia ser construído através de políticas e intervenções orientadas [...], os estudos da paz propuseram uma ruptura com o pensamento tradicional, rejeitando a máxima “se queres a paz, prepara-te para a guerra” e colocando em seu lugar uma outra noção igualmente radical: se queres a paz, prepara-te para a paz (Oliveira, 2017, p. 153).

O segundo aspecto é a autodefinição dos estudos da paz como área interdisciplinar de pesquisa. Por ser um assunto de alta complexidade, para uma compreensão abrangente a solução seria a criação de uma rede de pesquisadores de várias áreas que caminhe para uma transdisciplinaridade (Oliveira, 2017). Para Galtung (1985) o conceito de paz deve ser sempre

problematizado e as condições da sua pesquisa devem ligar o tradicional e o moderno das ciências sociais (*apud* Oliveira, 2017, p. 154).

O terceiro aspecto é a sua característica multinível. Os estudos da paz enxergam os diversos níveis - individual, comunitário, estatal e internacional - oriundos na formação dos conflitos e nas condições para a formação da paz (Oliveira, 2017). As linhas econômicas, sociais, religiosas ou étnicas entre a humanidade fazem com que a área não olhe apenas para desafios políticos, mas também para questões como violência, desigualdade e justiça (Ferreira, 2019a; Oliveira, 2017). Logo, “mesmo que a unidade de análise permaneça focalizada no âmbito do Estado em boa parte de seus estudos, ontologicamente o principal objeto de análise é a manifestação da violência” (Ferreira, 2019a, p. 60).

Por fim, o quarto elemento e talvez o que melhor defina os estudos da paz o diferenciando de outras áreas é a “conjugação de uma epistemologia negativa e uma de epistemologia positiva na problematização do conceito de paz” (Oliveira, 2017 p. 154-155). O quarto elemento trazido por Oliveira advém do pensamento de Galtung de que os estudos da paz se desdobram em duas epistemologias: uma positiva e outra negativa, trazendo a ideia de paz negativa e paz positiva, exemplificada mais a frente.

Para Galtung, tanto a disciplina de relações internacionais quanto a “ciência da paz” eram insuficientes para se pensar a paz. (*apud* Pureza, 2018, p. 77). Nascia a necessidade de uma abordagem mais exigente da construção de paz, investindo em um trabalho rigoroso de fundamentação empírica com um olhar crítico para o sistema internacional (Pureza, 2018). A primeira ação vem com a publicação do primeiro editorial do *Journal of Peace Research*, apontando o que de fato seria esta pesquisa de paz. Galtung (1964) desenvolve seu pensamento girando em torno de duas questões, a Guerra Completa e Geral - baseada na concepção hobbesiana, a estrutura aqui é individualista, não existe cooperação e todos podem usar a violência na busca de seus objetivos -, e a Paz Completa e Geral, vinculada a um contexto de cooperação, integração e harmonia, onde não existe diferença entre os homens e o uso da violência é reduzido a zero.

O cenário de guerra completa e geral é pouco provável de acontecer, já que o homem é capaz de empatia e consegue viver em uma esfera de cooperação, além de não usar todos os meios de destruição que provém contra os inimigos, logo, a pesquisa para a paz deve caminhar para as condições que aproximem os indivíduos do estado de paz geral e completa ou que pelo menos os afastem do estado de guerra, pois mesmo que haja conflitos, eles podem ser resolvidos sem contar com a violência (Galtung, 1964). Com isso, dois aspectos primordiais são concebidos: a paz negativa, indicada como a ausência de violência, e a paz

positiva que seria um ideal de integração da sociedade humana (Galtung, 1964). Ambas podem ser concebidas como duas dimensões separadas e uma pode existir sem a outra. A nova concepção sobre paz abriu portas para que se pensasse além de um pacifismo reduzido à ausência de guerra ou limitado por fronteiras estatais e foi o pontapé para estudar a paz sob uma perspectiva multinível, levando em conta questões raciais, socioeconômicas, políticas e religiosas.

Posteriormente, a obra de Galtung viveu duas rupturas essenciais que fizeram dos EPP uma das principais expressões da teoria crítica nas relações internacionais (Pureza, 2018). Primeiro no plano metodológico, onde se é assumido uma postura pós positivista e depois no domínio substantivo. Galtung reconhece que a primazia do empirismo se assentava como “uma ciência canonizadora da realidade social dominante [...] e, portanto, perpetuava o *status quo*” (Pureza, 2018, p. 78). A *peace research* passava então a ser orientada como uma ciência potencial para buscar novas realidades.

No núcleo da ruptura surge a ideia de violência estrutural. Em resposta aos apontamentos da paz positiva como um conceito vago à indicação da *peace research* como um discurso *value-neutral* próximo ao de instituições internacionais e de países ricos (Oliveira, 2017, p. 156; Pureza, 2018), Galtung publica *Violence, Peace and Peace Research* no final da década de 1960 com uma ampliação da definição de violência. A nova discussão da ideia de paz continua partindo do princípio da ausência de violência. Logo, se a paz deve ser altamente considerada porque se coloca contra a violência, o conceito de violência deve ser amplo o suficiente para se incluir todas as suas variedades (Galtung, 1969).

Diante disso, Galtung parte do princípio de que a violência é definida como a causa da diferença entre o potencial e o realizável, entre o que poderia ter sido e o que realmente é, em outras palavras, quando o potencial é maior do que o real, é por definição, evitável e quando é evitável, então a violência está presente (Galtung, 1969). Para exemplificar, podemos utilizar o exemplo da crítica marxista à sociedade capitalista, na qual o poder de decidir sobre o excedente do processo de produção está reservado aos proprietários dos meios de produção, gerando uma sociedade desigual com pessoas famélicas, enquanto isso poderia ser algo totalmente evitável, logo, a violência está presente nesse processo (Galtung, 1969).

Galtung (1969) então faz uma distinção entre violência direta e violência indireta. A primeira está relacionada com a violência pessoal, na qual um ator ou um conjunto de atores, como exércitos ou organizações, destroem diretamente algum tipo de recurso. A violência indireta seria aquilo ao qual Galtung concebeu como violência estrutural, cuja origem está na estrutura social, tendo como fórmula a desigualdade, sobretudo, na distribuição do poder

(Galtung, 1969). Há, ainda, a possibilidade de que a violência estrutural pressuponha a violência pessoal, visto que aqueles que se beneficiam de uma estrutura violenta tentarão preservar seu status quo por meio da violência direta (Galtung 1969).

Alguns anos mais tarde, o conceito de violência é mais uma vez ampliado e a violência indireta ganha mais uma tipologia - a violência cultural. Segundo o autor:

Violência cultural é qualquer aspecto de uma cultura, a esfera simbólica da nossa existência que pode ser usado para legitimar a violência em sua forma direta ou estrutural. A violência simbólica incorporada em uma cultura não mata ou mutila como a violência direta ou a violência incorporada na estrutura. No entanto, é usado para legitimar um ou ambos, como por exemplo na teoria de Herrenvolk ou uma raça superior (GALTUNG, 1990, p. 291)

Assim fica entendido que a violência pode acontecer em duas dimensões, a direta e a indireta, sendo esta última composta pela violência estrutural e cultural. Com isso, a paz negativa continua sendo a ausência da violência direta, mas a paz positiva passa a ser agora a ausência da violência estrutural e cultural. Juntas, as três tipologias de violência definidas por Galtung, formam um triângulo, com cada uma ocupando um vértice de um ciclo. Quando a violência direta e a estrutural aparecem na base do triângulo e a violência cultural no topo, temos a última como legitimadora de ambas (Galtung, 1990). Quando a violência direta aparece no topo, ela se torna o produto das fontes estruturais e culturais de violência (Galtung, 1990).

As ideias de Galtung marcaram as abordagens sobre paz, abrindo caminhos para que se considerasse estudar e tomar como relevantes dentro do sistema internacional as diversas manifestações de violência e seus atores. Mais do que ampliar conceitos, suas contribuições permitem discorrer sobre mudanças necessárias no indivíduo ou nos grupos beligerantes, indicando os desafios para se alcançar a paz e quais as transformações necessárias para que se elimine a violência estrutural (Ferreira, 2019a).

Apesar das contribuições de Galtung, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela crescente produtividade do *Journal of Conflict Resolution* e por uma “escassez de estudos com fundamentos epistemológicos e ontológicos inovadores [...] no *Journal of Peace Research*” (Pureza, 2018, p. 81). Com o final da Guerra Fria, os estudos para a paz assumiram uma nova reorientação, colocando a periferia como principal foco de atenção, em razão da própria condição periférica devido a importância que “[...] o mundo perigosos dos estados falhados [...] alimenta a periferia como um lugar de caos e ingovernabilidade, [...] devendo ser um lugar de missão civilizadora dos países do centro do sistema”, e pela paz liberal como única resposta para a mudança das periferias (Pureza, 2018, p. 82), sintetizando o que Richmond (2007, p. 67) coloca como uma paz construída “como forma de hegemonia,

importada pela via de intervenções coercivas ou construída por intervenções ou engenharias sociais, políticas e econômicas” ( *apud* Pureza, 2018, p. 82).

A orientação dos estudos para a paz enviesada por uma paz liberal e conduzida por uma cadeia de pensamento de atores dominantes no sistema internacional, ainda a coloca, segundo Pureza (2018), como uma ciência normal, indicando dois desafios: desenvolver uma metodologia e uma ontologia emancipadoras; e assumir a atividade política como parte essencial desse trabalho. Conforme apontado por Ferreira (2017), a normalização dos EPP como ciência originou duas fragmentações: a primeira foi a nível de análise da sua investigação, que deixou de ser a manifestação da violência em seus múltiplos níveis para se concentrar no Estado, deixando de lado fenômenos violentos que não tem natureza estatal, como a atuação de atores não estatais violentos; a segunda fragmentação, por consequência, fica sendo o foco excessivo na paz negativa em detrimento da paz positiva, negligenciando a existência da violência estrutural e cultural.

Os EPP convencionais ao abordarem apenas a violência a nível estatal, desconsidera a ação de atores não-estatais violentos, como aqueles, por exemplo, relacionados ao crime organizado e que são um dos principais responsáveis pela propagação da violência em regiões como a América Latina e a África. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de os EPP retomarem seu objeto de origem, seguindo o desenvolvimento de uma orientação mais crítica e reflexiva que permita uma visão transformadora do mundo, considerando como a violência e os conflitos se manifestam na contemporaneidade (Oliveira, 2017).

Diante disso, os Estudos Críticos da Paz (ECP) buscam uma aproximação com os caminhos que levam a uma paz positiva, preocupando-se com a paz “em termos culturais, sociais, econômicos e políticos, o que abrange desde o sistema internacional, o Estado até à sociedade civil e ao nível local” (Ferreira, 2017, p.35). Com isso, busca-se entender a seguir como o Crime Organizado Transnacional (COT), enquanto um ator não estatal violento, pode ser visto dentro dos Estudos Críticos para a Paz e quais os seus impactos na busca pela implementação de uma sociedade pacificada.

## 1.2. A INSERÇÃO DO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NOS ESTUDOS CRÍTICOS PARA A PAZ

### 1.2.1 DEFININDO O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

O advento da globalização após o fim da Guerra fria gerou um aumento no fluxo de pessoas e bens, impulsionando a integração regional e a cooperação econômica, porém,

também trouxe diversas ameaças à segurança internacional. Conforme Kacowicz et al. (2021) a globalização não é necessariamente a causa da aparição destes problemas, mas um meio facilitador para o aumento dos fluxos ilícitos. As novas ameaças se caracterizavam como “desterritorializadas, assimétricas e transnacionais” (Aravena, 2004 *apud* Mántaras, 2015, p. 1). Nesse contexto, o Crime Organizado Transnacional (COT), começa a ser reconhecido como uma ameaça difusa, na qual sua expansão vem se dando de forma acelerada desde as últimas décadas, alcançando diversas sociedades, tanto em conflito quanto estabilizadas, e gerando consequências econômicas, políticas e sociais (Adorno, 2019; Ferreira, 2017; Mántaras, 2015).

Embora o COT seja associado a um fenômeno da globalização, ele faz parte da ordem internacional há séculos, como se viu na questão da pirataria e da escravatura no século XIX (Ferreira, 2019b). A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo (2000), define grupo criminoso organizado como:

“[...] um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o objetivo de cometer um ou mais crimes graves ou crimes estabelecidos em conformidade com a presente Convenção, a fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material”<sup>3</sup>.

O problema do crime evoluiu para um fenômeno global, ganhando um caráter transnacional. Ainda, de acordo com a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, o COT envolve atividades como “tráfico ilícito de drogas, contrabando de migrantes, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de armas de fogo, de vida selvagem e de bens culturais”<sup>4</sup>, cometidas por grupos organizados motivados pelo lucro e que envolve mais de um país (ONU, 2000). Nesse sentido, como coloca Reginaldo Nasser (2014, p.145), “os grupos criminosos transnacionais podem ser definidos [...] como associações de indivíduos que operam de forma transnacional com o propósito de obter ganhos monetários, comerciais ou de influência por meios ilegais em um ou mais estados que atuam” (*apud* Ferreira, 2017, p. 37).

Nessa perspectiva, expandindo o conceito, Letizia Paoli (2014, p. 3) coloca que crime organizado pode ser entendido por “organizações criminais largas, estáveis, estruturadas que

---

<sup>3</sup>Apesar da definição, é necessário ressaltar que o crime organizado é composto por organizações muito diferentes entre si e com diferentes aspectos. (Adorno, 2019, p. 39)

<sup>4</sup>Trecho retirado do texto: Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Comemora 10 anos. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/10/16-un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html> Acesso em: 18 jul 2023.

operam em vários países, engajadas em uma pluralidade de atividades lucrativas e usualmente exercendo certa sorte de controle sobre a vida econômica, política e social em suas áreas de origem. [...] Elas se consolidaram e sobreviveram em contextos em que as estruturas governamentais são frágeis ou seus representantes estão dispostos a fazer pactos com os chefes das organizações criminosas” (*apud* Adorno, 2019, p. 39).

Nas últimas décadas, a expansão do crime vem se intensificando, principalmente pelo tráfico ilegal de drogas, uma das principais atividades e parte importante da economia do crime organizado (Adorno, 2019). O “*modus operandi*” das organizações criminosas perpassam a esfera econômica e seu aspecto global sinaliza a conexão do fenômeno com a política, a sociedade e o Estado, além de ser inflamado pelo uso da força, de ameaças coercitivas e pela corrupção de funcionários públicos (Adorno, 2019; Banfield, 2014).

O Crime Organizado Transnacional, quando envolve o tráfico de drogas, nada mais é do que a ponta de uma cadeia produtiva complexa que tem início no nível local com a comercialização de matérias primas, como a planta da coca ou pessoas, algumas vezes passa pelo intermediário do negócio, vulgo transportadores, ultrapassa as fronteiras nacionais e chega ao comprador do produto ilegal, movimentando bilhões de reais e perpetuando os tipos de violência na sociedade (Ferreira, 2017).

### 1.2.2. A RELAÇÃO ENTRE CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E VIOLÊNCIA INDIRETA

Tomando como referência o pensamento galtungiano de que existem tipos de violências, compreende-se a necessidade de se entender quais são suas origens e agentes. O COT tem como uma das mais visíveis consequências a violência direta, no entanto, superá-la é apenas um dos passos para dizer que determinada sociedade, acometida pelo crime organizado, se tornou pacífica (Ferreira, 2019b). Na relação entre COT e América Latina existe um contexto envolvido por desigualdades, preconceito e pobreza que culmina em índices alarmantes de homicídios. No entanto, mesmo sendo a região mais afetada, os impactos do COT também são proeminentes na África, indicando que, além da violência direta, a estrutural e a cultural também devem ser superadas (Banfield, 2014; Ferreira, 2019b).

Diante disso, Banfield (2014) elenca alguns fatores que têm relação direta com o surgimento e o desenvolvimento do COT. O primeiro deles se refere à exclusão social, contexto que se agrava combinado à práticas predatórias por parte dos governantes, que sufocam completamente a perspectiva de vida da população pobre, e às oportunidades de

subsistência propiciadas pela entrada no mundo do crime (Banfield, 2014). Quando o processo de exclusão implica em jovens desempregados, pobres, que vivem em regiões periféricas e sem perspectiva de mudança social e econômica, a entrada no crime organizado aparece muito mais como um meio de subsistência do que de ganância (Banfield, 2014).

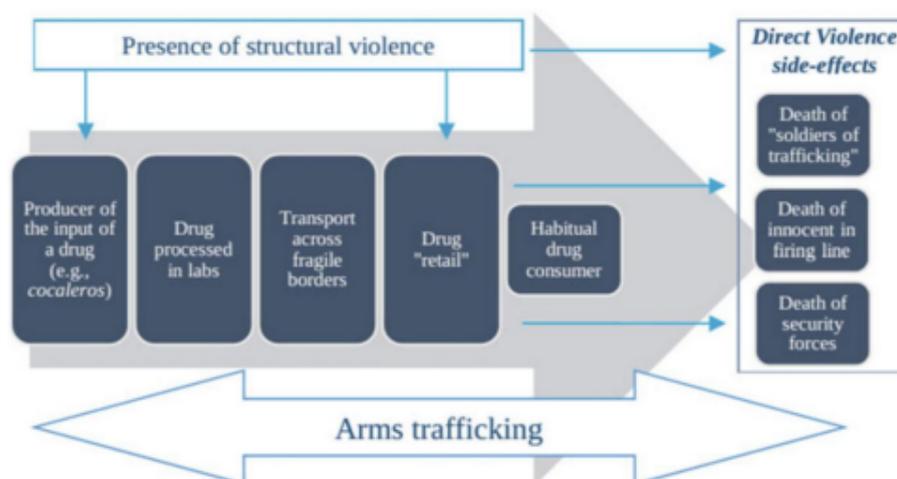
Como já posto anteriormente, a globalização é um fator que impulsionou as atividades ilícitas. Para Banfield (2014) o narcotráfico representa o lado obscuro da globalização, no qual, propiciado pelo contexto global do liberalismo econômico e do capitalismo, foi se maximizando uma cultura de consumo difundida pela circulação irrestrita de bens e serviços.

“[...] o sistema capitalista de consumo neoliberal e globalizado que governa o mundo de hoje também contribui diretamente para as próprias condições de desigualdade social que impulsionam o crime, com divergência global entre os que ‘têm’ e os que ‘não têm’, alcançando proporções sem precedentes. [...] quase toda a riqueza do mundo está agora concentrada nas mãos de 1% da população global, que sublinha claramente o modo como as desigualdades se aprofundam na economia global e podem estar criando incentivos ao crime” (Banfield, 2014, p.27)

O fenômeno da globalização proporcionou padrões de vida mais elevados em muitas partes do mundo, porém, em contrapartida, agravou o grau de exclusão social (Blackwell; Duarte, 2014). Além disso, a inserção de novas tecnologias permitiu com que a atividade criminosa usasse a conectividade global a seu favor, criando no hemisfério uma maior mobilidade, flexibilidade, capacidade de criar ameaças e a expansão das suas operações para além das fronteiras nacionais (Blackwell; Duarte, 2014). A violência resultante desse processo gera uma maior desigualdade e exclusão social, resultando em mais violência e crime. O resultado da exclusão social é então um ciclo vicioso de oportunidades limitadas, crime e violência (Blackwell; Duarte, 2014).

É nesse contexto que se revisita o que Galtung pontua como violência estrutural, replicada pela própria estrutura social e permeada pela violência cultural. Nesse sentido, conforme pontua Ferreira, “o crime organizado usa a estrutura de desigualdade que se manifesta como violência estrutural para parte da população, e simultaneamente reproduz essa estrutura violenta” (2017, p. 41). Assim, afirma-se que o crescimento da criminalidade funciona dentro de um ciclo. Logo, as ideias de Galtung se tornam centrais para analisar “como o COT dissemina violência direta, é resultado da violência estrutural e ao mesmo tempo estruturador da violência” (Ferreira, 2017, p. 42). A figura abaixo é um exemplo claro de como as diferentes formas de violência são encontradas no ciclo da cadeia produtiva de drogas.

Figura 1 - Cadeia produtiva de drogas liderada pelo COT e seus impactos



Fonte: Ferreira, 2019b, p. 44

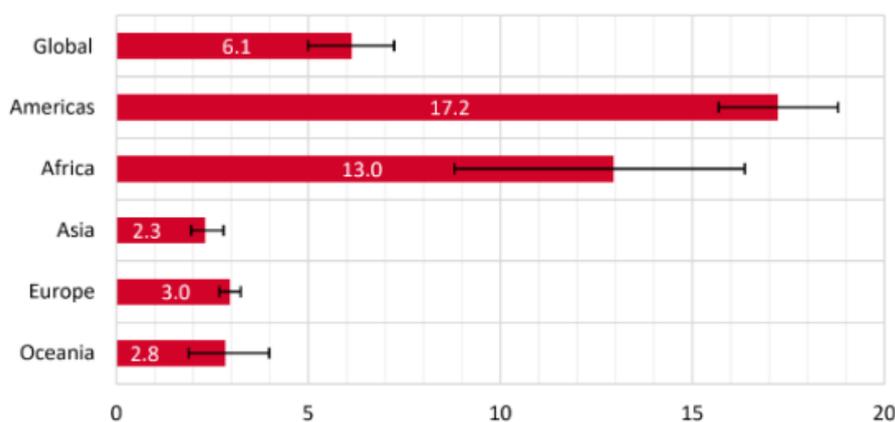
A compreensão do cenário, portanto, envolve uma série de fatores como urbanização desorganizada, desigualdades estruturais, disponibilidade de armas de fogo, instituições fracas e um sistema de governo com dificuldade em garantir direitos sociais (Ferreira, 2019b). A exclusão social muitas vezes se encontra ligada a atividades criminais e aos problemas de violência, incluindo o alto nível de homicídios, sequestros e outros crimes, além de um desproporcional número de encarceramentos (Blackwell; Duarte, 2014). É nesse contexto de injustiça social que o COT encontra mais força e letalidade (Ferreira, 2019b). Logo, a relação entre crime, violência e contexto social leva a um ciclo vicioso em ambientes violentos que geram reações violentas.

Nestas circunstâncias, a exclusão social torna-se uma forma de violência estrutural e cultural que impede milhares de pessoas de alcançar a realização pessoal. Esta violência estrutural afeta desproporcionalmente os membros mais vulneráveis da sociedade, como as mulheres, os jovens e as minorias étnicas. Os membros de grupos e gangues do crime organizado têm respondido frequentemente às políticas governamentais duras contra o crime, recrutando e envolvendo jovens para participarem nas suas atividades criminosas (Blackwell; Duarte, 2014, p. 1)

Nessa perspectiva, o alto índice de mortes violentas está muitas vezes associado ao crime organizado, pelas facilidades na obtenção de armas através das fronteiras ilegais e do financiamento do crime pelos narcóticos internacionais e o tráfico de seres humanos (Ferreira, 2017). Segundo o Global Study on Homicide, publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, o Crime Organizado isoladamente foi responsável por 19% dos homicídios em 2017, além de ter, desde o início do século XXI, matado tantas pessoas

quanto todos os conflitos armados em todo o mundo (UNODC, 2019). A situação é ainda mais agravante nas regiões da América Latina e da África, que concentram a média de taxas mais altas de homicídios, maiores que a média global (UNODC, 2019).

Gráfico 1- Taxa de homicídios (vítimas de homicídio doloso por 100.000 habitantes), por região, 2017



Fonte: UNODC, 2019, p. 11

Em decorrência do que foi colocado até aqui, se analisarmos o COT somente a nível de Estado, se torna paradoxal falar que a região da América Latina, por exemplo, vive em um cenário de paz, quando na verdade ela não apresenta conflito armado regular, mas concentra as taxas mais altas de homicídios (Ferreira, 2017). Diante disso, a unidade de análise aqui se torna a violência, no qual, as instituições em torno dela se tornam mais um ator para sua explicação. Isso reforça a necessidade dos Estudos Críticos para a Paz no exame da violência em seus múltiplos níveis, uma vez que nos lugares onde o COT apresenta uma forte atuação, a paz positiva é um cenário distante (Ferreira, 2017).

Apesar dos altos níveis de violência, em alguns lugares, a presença do COT é capaz de gerar níveis de estabilidade que culmina em um cenário de paz negativa. Isso ocorre em locais onde se é possível alcançar um equilíbrio de poder entre os protagonistas da economia ilícita, incluindo aqueles que se encontram dentro do Estado, resultando em um ambiente de “paz do narcotráfico” (Banfield, 2014). Esse movimento é característico onde o COT consegue desempenhar uma governança criminal. Para entender como o crime organizado consegue desenvolver uma espécie de governança paralela, primeiro é necessário entender de que maneira o COT pode ser classificado como um tipo de Ator Não-Estatal Violento e qual sua relação com o Estado.

### 1.3. O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL COMO ATOR NÃO-ESTATAL VIOLENTO COM CAPACIDADE DE GOVERNANÇA PARALELA

Os ANEVs, de certa forma, existem há muito tempo. Dos bandos criminosos e piratas marítimos que assolavam a idade antiga até os grupos beligerantes que participaram do processo de descolonização, os ANEVs, atualmente, parecem ter ressurgido muito pela crescente fraqueza ou perversidade estatal e representam um grande desafio para o Estado de Vestefália (Williams, 2008; Pearce, 2010). Abrangendo o conceito, podem ser incluídos como atores não estatais, as corporações trans e multinacionais, as organizações não governamentais, organizações intergovernamentais e regionais e atores violentos como guerrilheiros, gangues, grupos criminosos, terroristas, milícias insurgentes e as próprias organizações criminosas transnacionais (Ferreira; Framento, 2020; Williams, 2008). Uma vez que o presente trabalho busca focalizar no crime organizado e nas organizações criminosas, o tipo de grupo de ator não-estatal examinado aqui será aquele que se utiliza da violência como ferramenta para alcançar seus objetivos.

Para elucidar, Phil Williams (2008) conceitua seis diferentes tipos de ANEVs: *Warlords*, Milícias, Forças Paramilitares, Insurgências, Organizações Terroristas e Organizações Criminosas Transnacionais. Dentre os diversos tipos de ANEVs o Crime Organizado tem papel central na propagação de atividades ilícitas, sendo considerado, um desafio à segurança nacional e internacional. Considerando seu escopo de atuação e sua capacidade de desafiar a ordem estatal, nas favelas brasileiras, os traficantes de drogas fornecem formas de governança onde o Estado não atua como deveria; enquanto que em países da África eles são intervenientes importantes na política e na economia, por exemplo (Williams, 2008).

Procurando uma forma de conceituar tais atores, para Williams (2008), os ANEVs desafiam o monopólio do Estado quanto ao uso da violência dentro de um território específico, enquanto, em outros cooperam e são convenientes com as estruturas estatais. De maneira semelhante, Robert Mandel (2013, p. 42) coloca que os ANEVs são definidos "como organizações relativamente autônomas (que não estão sob o controle completo e direto do Estado) com capacidades coercitivas significativas e sustentadas para a violência organizada" (*apud* Ferreira; Framento, 2020). Nesse sentido, como pontua Schneckener (2009), esses grupos possuem duas características adicionais: um relativo grau de autonomia em relação à política, às operações militares e aos recursos e uma não integração a instituições estatais formalizadas (*apud* Ferreira; Framento, 2020).

Para Ferreira e Framento (2020) um ANEV é dotado de capacidade coercitiva com autonomia frente ao estado, não integrando-se às instituições formais e desafiando o monopólio do Estado através de violência organizada. Com isso, se pode afirmar que tais atores podem emergir como uma resposta direta à autoridade do Estado ou como uma resposta às oportunidades sistêmicas oferecidas pela fragmentação da autoridade do Estado em diferentes níveis de governança (Ferreira; Framento, 2020).

Para compreender melhor as formas como os ANEVs se diferenciam uns dos outros, é preciso identificar algumas dimensões-chave destes intervenientes (Williams, 2008). Primeiro, qual a motivação principal destes atores e qual seu alcance de atuação; de que forma eles obtêm financiamento ou acesso à recursos; de que maneira esses ANEVs estão estruturados, se de maneira hierárquica ou ligados em redes; qual o nível de utilização da violência; e por fim, qual a relação entre tais atores e as autoridades estatais, hostilidade ou convivência? (Williams, 2008). A partir desse último ponto é possível entender até que ponto um tipo de ator não-estatal violento se torna uma forma alternativa de governança e desempenha funções que deveriam ser de responsabilidade do Estado (Williams, 2008).

De maneira generalizada, existe o entendimento de que os atores não-estatais violentos nascem e se fortalecem em um cenário de violência estrutural - desigualdades, pobreza e exclusão social -, frutos de um conjunto de falhas da atuação estatal. Logo, torna-se válido perguntar qual o papel do Estado nessa conjuntura e de que maneira sua existência ou falta dela contribuem para tal.

Estados com baixa legitimidade são incapazes de manter um vínculo com a sua população, abrindo espaço para que indivíduos ou grupos desenvolvam padrões alternativos de afiliação que alimentem a ascensão de ANEVs (Williams, 2008). O mesmo acontece em lugares onde o Estado exclui parte de sua população, por negligência, falta de capacidade ou discriminação (Williams, 2008). Perante o exibido, pode-se constatar que em determinadas áreas geográficas, nas quais o Estado se mostra ausente ou ineficaz, proliferam atores não-estatais violentos que imperam um tipo de autoridade não democrática, que contesta a noção tradicional de Estado e desenvolvem uma espécie de governança paralela ou informal.

A ideia de uma governança informal abre margem para que se entenda alguns territórios como “espaços desgovernados”. Em vista disso, alguns aspectos são mencionados por Williams (2010):

- 1) O espaço pode ser controlado. Em uma concepção westfaliana, a autoridade única de um Estado deve exercer jurisdição exclusiva sobre um território delimitado; em concepções alternativas, porém, abre-se espaço para outras fontes de controle. 2) O espaço pode ser preenchido, por coisas ou pessoas, embora tal “preenchimento”

tenha características bastante distintas em espaços urbanos ou rurais, por exemplo. 3) O controle e o preenchimento de espaços frequentemente deixam lacunas, ou “vácuos”, que quando não preenchidos pelo Estado podem ser ocupados por outras entidades. 4) O espaço pode ser contestado, sendo que tais contestações frequentemente se voltam para a demarcação de fronteiras territoriais entre autoridades distintas; em certos casos, porém, o que se disputa é a possibilidade de prover governança efetiva (*apud* Santos, 2021, p.50-51)

Ainda que se trabalhe com a denominação de espaços desgovernados, muitos autores observam que em territórios que ganham esse desígnio, não haveria de fato uma ausência de governança, mas sim uma forma paralela desta (Santos, 2021). No momento em que o Estado falha com o indivíduo e se torna incapaz de prover serviços básicos ou de alocar recursos de forma eficaz, as lealdades individuais passam a servir grupos que se colocam em oposição ao Estado, contestando a legitimidade do mesmo (Williams, 2008).

Em vista disso, a fraqueza ou negligência estatal em alguns territórios, o fenômeno da globalização, a perversidade de alguns estados e a capacidade dos ANEVs promoveram a emergência de uma alternativa de governança: a governança informal, composta por dois aspectos principais - o surgimento de uma cidadania paralela e de uma economia paralela (Gonçalves, 2020).

Quando a legitimidade do Estado é minada pela corrupção endêmica entre as instituições governamentais, os ANEVs se apresentam como um meio para resolver os litígios dos cidadãos (Idler; Forest, 2015). Normalmente, essa ocorrência se dá em locais onde existem oportunidades para economias ilícitas prosperarem, implicando em atores não estatais gozando de mais poder do que a autoridade do governo (Idler, Forest, 2015). Nestes locais, a formação de uma economia paralela responde às necessidades da população local, assim, o fornecimento de bens e serviços por estes ANEVs é feito em troca da aceitação da sua autoridade (Idler; Forest, 2015).

Com isso, os ANEVs são vistos pela população local como muito poderosos, eficazes e dotados de recursos significativos que eventualmente passam aos cidadãos a imagem de uma boa liderança, uma vez que são eles os responsáveis por resolver os problemas da comunidade de maneira mais efetiva que o Estado (Idler; Forest, 2015). Isso ajuda esses atores a atraírem novos membros e garantirem o apoio local, indicando que a formação de uma economia paralela fornece infraestrutura para que esses atores possam operar com mais facilidade (Idler; Forest, 2015).

Além de desenvolverem uma economia baseada em atividades ilícitas, os ANEVs institucionalizam regras que orientam o comportamento dos cidadãos, formando uma espécie

de cidadania paralela (Idler; Forest, 2015). Ela compromete a validade dos direitos humanos, distorce os valores democráticos e deturpa a relação sociedade-Estado (Idler; Forest, 2015).

Nos últimos anos houve um aumento no crescimento de organizações criminosas em toda a América Latina e na África, muito em razão da fraqueza ou negligência estatal em alguns territórios, como já discutido anteriormente (Ferreira; Richmond, 2021). De todos os ANEVs, as organizações criminosas são as mais onipresentes, elas aproveitaram as oportunidades provenientes da globalização e muitas se tornaram transnacionais (Williams, 2008). Williams (2008) descreve as organizações como atores racionais, cujo principal objetivo é a obtenção máxima de lucros das suas atividades dentro do limite de riscos aceitáveis.

Embora possa parecer, se o COT tem interesse em perpetuar a fraqueza do Estado, ele não tem interesse no seu colapso, uma vez que eles precisam de estrutura mínima garantida para operarem seus negócios (Williams, 2008). O Estado Paralelo apresenta um nexo entre liderança política formal, facções do interior do aparato estatal e o crime organizado, de modo que as políticas governamentais oficiais são distorcidas para que se perpetue a incapacidade de o Estado prover bens públicos básicos, enquanto se mantém a aparência de um sistema estatal legítimo e em funcionamento (Vasconcelos et al. 2022).

O crime organizado, visando sobrevivência e maximização de sua organização, tende a dominar e monopolizar a violência onde atua, mas para garantir a consecução de seus objetivos, precisa do apoio da população local. Com isso, essas organizações implementam uma forma de governança, fornecendo sistemas elaborados de lei e justiça, que consiga gerar algum tipo de bem-estar social para os residentes (Barnes, 2017). Nesse sentido, ainda que o COT tenha interesse principal na acumulação de riqueza, ele deve ser cada vez mais analisado sob uma ótica política, uma vez que existe um relacionamento complexo com o Estado: em certas circunstâncias confrontam diretamente a defesa do Estado, enquanto em outras, negociam, infiltram-se e até chegam a ser apoiadas por partidos políticos e órgãos institucionais e de segurança pública (Barnes, 2017).

A violência operada pelas organizações criminosas é apontada por Barnes (2017) como uma categoria mais ampla de violência política. O crime organizado pode colaborar com agentes do aparelho estatal e ao mesmo tempo competir com outros, de modo que a colaboração não evita a possibilidade de violência e a competição não exclui alguma forma de cooperação (Barnes, 2017). Muitas vezes o crime organizado consegue operar membros do Estado, como políticos e juizes, na sua organização através de acordos, o que sugere a sua importância na camada política. As relações crime-Estado na maioria das vezes são fluidas e

ficam se alternando muitas vezes ao longo do tempo (Barnes, 2017). Na tabela abaixo é apresentado as tipologias que Barnes desenvolveu dessa relação.

Tabela 1 - Tipologias das relações entre o crime organizado e o Estado

<b>Tipo de Relação</b>	<b>Descrição das relações</b>
Confronto	A violência se apresenta como a forma mais competitiva da interação crime-Estado. As organizações criminosas entram em confronto com o Estado para influenciar a política estatal, afirmar seu domínio local e manter seu acesso aos recursos dos mercados ilícitos. Apesar disso, episódios de confronto direto continuam a ser raros.
Execução/Evasão	Os acordos de evasão da aplicação da lei formam a maior parte das relações entre Estado e crime. É caracterizado por um aparelho estatal que usa mecanismos tradicionais de aplicação da lei no combate ao crime organizado, enquanto os criminosos respondem tentando encontrar jeitos de escaparem do cumprimento legal.
Aliança	Cooperação, de natureza tácita ou formal, entre o crime organizado e o Estado para benefício mútuo. Esta forma de relação é mais comum em áreas onde o Estado exerce pouco controle e é incapaz ou não quer ter um papel mais ativo, utilizando os grupos criminosos para complementar seu controle.
Integração	Membros das organizações são diretamente incorporados ao aparelho estatal. O crime organizado obtém influência política, acesso à informações que ajudam a expandir suas atividades ilícitas, evitando ao mesmo tempo a aplicação da lei, enquanto os membros do Estado ganham acesso aos recursos financeiros, eleitorais e políticos que estes grupos acumulam. Esse tipo de relação é mais comum em duas áreas estatais: os partidos políticos e as instituições da segurança pública.

Fonte: Barnes, 2017, p. 974-976 (elaboração própria)

Diante disso, os Estados, mesmo que contestem a atividade criminal, muitas vezes a ignoram ou colaboram com ela na mesma frequência (Lessing, 2020). A interação entre os dois, competitiva ou conivente, forma um “duopólio de violência”. (Barnes, 2017; Lessing, 2020). É nesse ambiente que o crime organizado nasce, prolifera e começa a exercer a *governança criminal*.

Dito isso, quando se considera o que este trabalho quer abarcar, torna-se importante traçar de que maneira o crime organizado consegue operar a governança criminal e quais mecanismos são utilizados, buscando assim compreender de que modo essa capacidade vem impactando em dois locais diferentes: o Brasil e a região da África Ocidental.

### 1.3.1 O CRIME ORGANIZADO COMO PROMOTOR DA GOVERNANÇA CRIMINAL

A governança criminal é simultaneamente nascida e moldada, ao mesmo tempo em que entra em oposição e se complementa ao Estado (Leasing, 2020). Nascida porque o Estado

ao mesmo tempo que combate o crime, cria o “criminoso”. Moldada porque são as ações estatais que têm efeitos substanciais na capacidade das organizações criminosas fornecerem governança. Em oposição, mas complementar porque ao mesmo tempo que a governança criminosa mantém algumas partes do Estado afastada, ela permite a entrada de outras (Lessing, 2020).

Organizações criminosas podem trazer ordem a espaços que o Estado não consegue ou não tem interesse em controlar (Lessing, 2020). Em alguns contextos, o crime organizado pode permitir a governação estatal em domínios como a saúde e a educação, o que permite relações simbióticas entre governança criminal e governança estatal, fazendo emergir uma governança híbrida, que se sobrepõe à governança legal e extralegal (Lessing, 2020; Gonçalves; Ferreira, 2021).

A relação simbiótica crime-Estado implica num crescimento conjunto e numa dependência mútua, ainda que inconsciente, que se aprofunda ao longo do tempo. São ações e políticas estatais que alimentam a governança criminosa - como o encarceramento em massa -, ao mesmo tempo em que a governança criminosa facilita ações estatais indesejáveis, como a governança do crime sobre sistemas penitenciários superlotados que ajuda a manter viável o próprio encarceramento em massa (Lessing, 2020).

As organizações mais sofisticadas possuem uma estrutura complexa, desenvolvem estratégias de recrutamento, práticas de gestão e culturas corporativas que se assemelham às das empresas lícitas (Lessing, 2020). A governança criminosa ocorre quando as vidas, as rotinas e as atividades dos governados são afetadas por regras ou códigos impostos pelo crime organizado. Ela ocorre em locais onde já existem Estados. Por definição, as organizações criminosas enfrentam algum grau de repressão estatal que muitas vezes é o que estrutura os próprios espaços que governam, como os mercados ilícitos e as prisões (Lessing, 2020).

Segundo Benjamin Lessing (2020), a governança criminosa pode ser definida como a imposição de regras ou restrições ao comportamento de uma organização criminosa. Ele aponta três níveis de governação criminosa com base em quem é governado: membros da organização criminosa, criminosos não membros e os civis não criminosos. Os mecanismos de governação em um nível muitas vezes transbordam em outros. Analisar como o crime organizado opera para além da sua governação interna se traduz na relevância e no poder que as organizações criminosas detêm sobre a sociedade e o Estado.

Na governança sobre criminosos não membros, as organizações se utilizam de mecanismos como a extorsão (cobrança de tributos); a auto-proteção (proteção nas prisões,

proteção das famílias); a alavancagem política (obter lealdade e influência contra o Estado através da construção de círculos eleitorais políticos); e impondo regras normativas, que vão desde questões éticas à ideológicas, como a proibição ao estupro ou luta à opressão estatal nas prisões (Lessing, 2020). A governança sobre os civis utiliza os mesmos mecanismos com algumas modificações e a implementação de alguns outros, como o controle do crime e do conflito na área que as organizações operam, visando reduzir a exposição ao policiamento; e a manutenção da segurança da área para que os civis se aproximem dos pontos de venda de drogas ou para a realização de eventos que visam o contrabando das drogas, com o intuito do aumento dos lucros (Lessing, 2020).

Com isso fica entendido que a dimensão da governança criminosa pode apresentar variações, podendo ter mais influência em um aspecto do que em outros, mas, de forma geral, existe a proibição de uma série de comportamentos, como a proibição de roubo, furto e abuso sexual nas comunidades onde estas organizações operam, e a regulação da posse e do uso de armas de fogo (Lessing, 2020). De forma geral, a governança criminal perpassa por funções:

Tabela 2 - Funções atribuídas à governança criminal

<b>Tipos de funções</b>	<b>Descrição da função</b>
Judicial	Muitas vezes começa como parte da governação interna das organizações e é estendida para criminosos não membros e civis não criminosos através de julgamentos e punições para aqueles que cometem algum tipo de litígio.
Fiscal	Espécie de imposto pago às organizações criminosas. Na maioria das vezes essa função se aplica mais às empresas locais do que aos residentes.
Regulatória	As organizações estendem sua governança para os criminosos não membros regulando os mercados ilícitos - quem pode trabalhar, onde podem trabalhar e qual preço podem cobrar - repercutindo na governação civil sobre quais drogas podem ser consumidas. Os mercados legais também podem ser inseridos pela provisão direta de bens como alimentos básicos e serviços públicos pelas organizações criminosas.
Política	Essa é uma função que varia amplamente, algumas organizações ignoram as eleições, enquanto outras atuam como intermediários, coagem diretamente seus eleitores ou apresentam membros do crime como candidatos
Resposta de emergência	Durante a pandemia do Covid-19, o crime organizado passou a regular medidas de combate ao vírus em sua área, desde proibição de visitas de estrangeiros até imposição de toque de recolher obrigatório. Essa medida fortaleceu as outras dimensões de governança do crime.

Fonte: Lessing, 2020, p. 8-9 (elaboração própria)

Ainda que se tenha posto de maneira geral como as organizações criminosas operam a governança criminal e quais mecanismos elas utilizam, é preciso deixar claro que existem diferentes tipos de organização, com estruturas próprias e governando cada qual de maneira

distinta em níveis diferentes. Lessing (2020) propõe analisar o estilo da governança em duas dimensões baseadas em uma perspectiva weberiana: a estrutura e a legitimidade.

Em relação à estrutura, as organizações criminosas podem estruturar sua autoridade de duas maneiras, por um viés personalista-carismático ou racional-burocrático (Lessing, 2020). Para sintetizar, assim como Lessing, vamos usar o exemplo das duas maiores organizações criminosas brasileiras, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

O CV tem seu poder concentrado em líderes carismáticos com um forte controle hierárquico nas áreas onde dominam. Juntos os líderes formam um conselho deliberativo e uma rede horizontal de proteção mútua (Lessing, 2020). Cada líder é responsável por comandar em determinada região. Nesse sentido, a estrutura do CV assemelha-se mais ao modelo carismático-personalista.

O PCC se estrutura de maneira um pouco diferente, possuindo uma estrutura horizontalizada e emulando o modelo das *quebradas* (Ferreira; Framento, 2019). Ele assemelha-se a uma empresa com filiais espalhadas por todo o país e até fora dele. A organização foi estruturada em comitês chamados *sintonias*, responsáveis pelo ramo financeiro e disciplinar, tendo um órgão deliberativo máximo, denominado *Sintonia Geral Final*, com autoridade suprema sobre as *sintonias* menores que se ramificam em dois ramos: um primeiro, organizado por divisões geográficas; e um segundo baseado em áreas temáticas (Ferreira; Ramalho, 2022; Lessing, 2020). Cada *sintonia* tem autonomia para tomar decisões, mas isso não pode ser feito de forma isolada, é preciso um consenso visando o interesse coletivo (Ferreira; Ramalho, 2022). Assim, Lessing (2020) caracteriza o modelo do PCC como racional-burocrático.

De maneira geral, as diferenças entre ambos podem ser exemplificadas na tabela a seguir:

Tabela 3 - Estrutura e base da autoridade criminal

<b>Personalista-carismático</b>	<b>Racional-burocrática</b>
Estrutura confederada entre chefes	Estrutura hierárquica unificada
Subestruturas semelhantes a clãs sob domínio de chefes	Rotação padronizada e replicada dos postos de trabalho
Direitos de propriedade não alienáveis	Direitos de propriedade alienáveis
Ênfase retórica na identidade e lealdade	Ênfase retórica em normas universais

Personalidade dos líderes são proeminentes	Poucos líderes e figuras bem conhecidas
Punições arbitrárias	Punições graduadas e institucionalizadas

Fonte: Lessing, 2020, p. 11

Quando se fala em legitimidade pode parecer um pouco contraditório atribuir essa característica às organizações criminosas. Lessing coloca dois modelos de legitimidade - *bottom-up* e *top-down*, ambos são importantes para a governança criminosa. O primeiro confere legitimidade a partir da visão dos governados, aqui é importante ressaltar o perigo na ideia de afirmar que os civis aceitam o tipo de governança, quando, como já elencado, existem mecanismos para não aceitar manifestações contrárias; no segundo, a legitimidade vem por outros detentores de poder como líderes comunitários e ONGs, uma vez que o Estado costuma deslegitimar as organizações criminosas, mas ainda sim, isso não impede o apelo para a corrupção e a violência anti-estatal para manter o controle (Lessing, 2020).

A capacidade de operacionalização, principalmente das organizações brasileiras, que vem garantindo ao PCC o título de uma das maiores organizações criminosas da América Latina, contribui para a expansão do tráfico de drogas pelo mundo e faz do Brasil um importante ponto de trânsito. O arcabouço teórico se faz necessário para entender como as organizações criminosas conseguiram exponenciar seu negócio e impactar nas dinâmicas de governança e na segurança de outros países. É nesse ambiente que o crime organizado nasce e se prolifera, ganhando caráter transnacional. O estabelecimento das organizações criminosas em determinado território e o envolvimento com lucros exacerbados provenientes do tráfico garantiram a elas a capacidade de expansão, por isso esse é um problema que muitas vezes perpassa somente a responsabilidade do Estado de origem e chega a nível internacional, uma vez que começa a afetar a segurança de outras localidades. Desse modo, a ideia do presente trabalho não focaliza somente a dinâmica de um lugar específico, mas sim de como essa capacidade de governança paralela perpassou as fronteiras da América Latina, mas especificamente o Brasil, e vem atingindo os países da África Ocidental.

## **2. O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL OPERANDO NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL**

O presente capítulo tem como objetivo compreender a importância da África Ocidental nos fluxos transnacionais ilícitos a partir da atuação de organizações criminosas, traçando de maneira descritiva a rota de cocaína entre Brasil e África Ocidental. Para isso será feita uma exploração da temática dos fluxos transnacionais de drogas ilícitas, atentando-se para o mercado de cocaína, seguido por uma contextualização histórica do desenvolvimento dos mercados ilegais de drogas ilícitas na África, com ênfase na África Ocidental. A escolha de uma rota alternativa para levar a cocaína aos mercados europeus é estratégica e objetiva riscos menores para as organizações criminosas, com isso, será explorada a participação do Brasil no mercado de cocaína e a chegada da droga no continente africano. A pesquisa acerca do desenvolvimento de uma literatura com ênfase no percurso Brasil e África Ocidental é incipiente e dotada de lacunas documentais do lado africano, o que reforça a importância deste trabalho.

### **2.1. OS FLUXOS TRANSNACIONAIS DE DROGAS ILÍCITAS**

Foi principalmente no século XX que o comércio de drogas atingiu grandes proporções no cenário internacional. A coca, utilizada principalmente pelos indígenas da América do Sul; o ópio, consumido especialmente pelas sociedades orientais; e a maconha, que se difundiu gradualmente a partir da Índia e do Oriente Médio, foram as precursoras do consumo e do tráfico internacional (Santos, 2010). Existia uma certa tolerância para o consumo de substâncias psicoativas, que acabavam sendo utilizadas por diversas classes da sociedade em distintas ocasiões, do tratamento de doenças ao uso recreativo (Santos, 2010). O consumo progrediu e a dependência química começava a gerar preocupações. Ao mesmo tempo em que Estados se organizavam para barrar o uso desenfreado de drogas, nascia paralelamente um dos mercados mais lucrativos do mundo.

Na década de 1970 houve a consolidação de novos tipos de drogas, como as anfetaminas, acompanhada do desenvolvimento de um mercado ilegal de substâncias psicoativas (Santos, 2010). Nesse período surgem também as “empresas” transnacionais do tráfico de drogas, destacando-se os cartéis oriundos da Colômbia, Peru e México, responsáveis pela plantação, produção e distribuição de drogas, principalmente a cocaína e o ópio (Santos, 2010).

Os respingos da crise econômica mundial da década de 1970 não abalaram o tráfico de drogas, enquanto os principais produtos de exportação sofriam quedas sucessivas nos preços, o narcotráfico determinava os padrões econômicos nos países produtores de coca (Maciel, 2012). Apesar da maior parte dos lucros não permanecerem nos países que produzem a droga, o sistema financeiro necessita de capital de giro, assim, “os ‘narco-dólares’ movimentam a ciranda financeira, gerando lucros e fazendo a economia fluir” (Maciel, 2012, p. 16). Nesse sentido, as drogas, além da dependência física, acarretam na dependência financeira dos países cuja economia gira em torno do narcotráfico, como a Bolívia, onde os traficantes detêm o controle de diversas empresas e a Colômbia, maior produtora de cocaína do mundo (Maciel, 2012).

Os avanços tecnológicos advindos da era da globalização sofisticaram a maquinaria e facilitaram o desenvolvimento, o consumo e o fluxo das drogas. O narcotráfico hoje atua em escala global. Cerca de 296 milhões de pessoas no mundo todo consomem drogas ilícitas ao menos uma vez no ano (UNODC, 2023b). Para que a droga chegue até o consumidor final existe uma complexa cadeia de produção e distribuição que percorre o mundo todo. O mercado das drogas se expandiu ao ponto em que as atividades das redes de tráfico foram descentralizadas; o negócio hoje conta com milhares de negociadores e intermediários e movimenta bilhões anualmente (Araújo, 2010).

Enquanto atividade econômica, o narcotráfico, se organiza em redes e opera controlando fluxos, o que gera condições para a territorialização ou territorialidade do crime sob certas regiões (Couto, 2019). A expansão do mercado de drogas o insere como uma ameaça de caráter transnacional que envolve outras atividades como o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro (Couto, 2019). Nesse sentido, o narcotráfico envolve uma série de espaços territoriais que se ligam através da rota do crime organizado, abarcando além de países produtores e consumidores.

O primeiro aspecto global do narcotráfico é a distribuição territorial de suas atividades. Enquanto o cultivo e a colheita das plantas utilizadas como matéria-prima ocorrem em alguns países latino-americanos e asiáticos, as rotas destinadas ao transporte das drogas envolvem outros países e o consumo do produto em si se dá em um terceiro território (Santana, 1999, p. 101 apud Couto, 2019, p. 133).

Durante a década de 1990 o circuito do tráfico foi ampliado com a entrada de vários países. São vários Estados atuando como produtores, outros atuando como pontos de trânsito e mais alguns que fazem do tráfico de drogas a sua principal atividade econômica (Araújo, 2010). Para Coggiola (2007) o desenvolvimento do comércio internacional de drogas ilícitas está ligado à expansão mundial do capitalismo e ao colonialismo-militar ( *apud* Maciel, 2012,

p. 15). Segundo Da Silva Calvete e De Souza (2020) existe uma tendência de classificar os países subdesenvolvidos como produtores e os países desenvolvidos como consumidores da droga, tal distinção teria se originado nos Estados Unidos como um pretexto para a expansão do imperialismo e para operações militares na América Latina, sob a política proibicionista da “guerra às drogas”.

### 2.1.1 UM BREVE PANORAMA DA “GUERRA ÀS DROGAS”

A questão das drogas recebeu um novo enfoque ainda no começo do século XX com o princípio de uma formação de um regime internacional de controle às drogas (Rodrigues, 2012). O primeiro marco nesse sentido foi a Conferência de Haia, de 1912, ou Convenção Internacional do Ópio, que não proibia a produção, venda ou consumo das substâncias, mas fomentou uma intervenção inaugural fundamental para o controle internacional das drogas, principalmente dedicada ao ópio e seus derivados, defendendo sua limitação para fins médicos e científicos, e atentando-se para o perigo das pessoas se tornarem dependentes (Rodrigues, 2012). No entanto, para entender como a questão das drogas virou pauta internacional é necessário analisar a postura dos Estados Unidos, o principal mobilizador antidrogas.

O uso de alguns tipos de drogas foi associado a determinados grupos de imigrantes e/ou minorias étnicas (Rodrigues, 2012). Nos Estados Unidos, o vínculo de cunho xenófobo e racista, associado aos apelos vindos da saúde pública resultou na Lei Seca, aprovada em 1919 como uma emenda à Constituição estadunidense, que conferia ilegalidade à produção, consumo e comercialização do álcool (Rodrigues, 2012). Apesar da revogação ter vindo em 1933, a Lei deixou alguns legados importantes: o fortalecimento de grupos ilegais dedicados ao tráfico, e o modelo proibicionista, que embora tenha sido superado para o álcool, estendeu-se a outras substâncias como a cocaína e a maconha (Rodrigues, 2012).

Nesse sentido, a questão sanitária e de saúde pública, embasada em preceitos “morais” e racistas, transformou-se em problema de segurança pública (Rodrigues, 2012). O proibicionismo, sintetizado como uma tática de controle social através de políticas punitivas, era o guia para políticas antidrogas (Rodrigues, 2012).

[...] o controle de drogas [...] permitiu a intervenção sobre hábitos individuais (uso de drogas para fins recreativos ou medicinais) – sob a justificativa de melhorar a vida individual e coletiva – e abriu espaço para a perseguição e apresamento de grandes contingentes de indivíduos tidos como perigosos à ordem social e que pertenciam, precisamente, às camadas mais pobres e numerosas dos centros urbanos que tanto preocupavam e mobilizavam – desde finais do século XVIII na Europa e a partir do final do

século XIX nas Américas – as classes governantes (Rodrigues, 2012, p. 13-14).

A proibição, no entanto, impulsionou a atividade da droga às margens da lei. Na interface entre a legalidade e a criminalização, nasce o narcotráfico, que expandiu-se simultaneamente às leis domésticas e internacionais que visavam sua repressão (Rodrigues, 2012). O regime proibicionista, ao invés de diminuir a economia da droga, impulsionou o aumento global da demanda de psicoativos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (Rodrigues, 2012).

Nos anos de 1970, a diplomacia das drogas ganhava um aliado: a política de “guerra às drogas” do presidente estadunidense Richard Nixon, era formalmente declarada (Coelho, 2022). Nixon afirmava que as drogas eram uma ameaça à sociedade estadunidense e precisava ser declarada uma guerra contra ela. A política de Nixon seguiu na divisão de dois blocos: o de países produtores e o de países consumidores das drogas - enviesada no ficcionismo da produção vir de países subdesenvolvidos e o consumo ser predominante em países desenvolvidos -, no entanto, países como o próprio EUA e o Canadá, além de serem dois dos maiores consumidores globais de drogas, são também grandes produtores de maconha, assim como o Brasil, muitas vezes definido como um país de trânsito, é um dos grandes consumidores de cocaína e maconha do mundo (Rodrigues, 2012).

O discurso de guerra às drogas, além de colocarem os Estados Unidos como “vítimas” de grupos ilegais estrangeiros, permitiu ao país uma retórica de segurança nacional baseada em ações no plano interno, como penas mais severas para traficantes e usuários, e no plano internacional, com intervenções militares em países estrangeiros (Rodrigues, 2012). Uma das primeiras medidas foi a criação de uma agência especializada em ações antidrogas - a Drug Enforcement Administration (DEA), em 1974 - com as primeiras operações contra o narcotráfico sendo realizadas no Caribe e no México, que no final da década foram recentralizadas para os países andinos (Peru, Colômbia e Bolívia), em razão do crescimento do tráfico de cocaína (Rodrigues, 2012). A guerra às drogas segue uma política de que o combate ao narcotráfico deve ser um esforço conjunto com as instituições de segurança dos países produtores.

Simultaneamente, eram ratificados documentos internacionais que regulamentam a repressão às drogas a nível internacional até os dias atuais: além da já mencionada Conferência de Haia, de 1912, a próxima ação determinante foi a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, e, por fim, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de

Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas de 1988 (Dall’Agnol; Lobo, 2018). Claramente, a questão das drogas aos poucos ia se tornando um problema de segurança internacional.

Nos governos de Ronald Reagan (1981-1989) a militarização da “guerra às drogas” aumentou. Uma nova ameaça à segurança internacional emergia com a descoberta da associação entre guerrilhas de esquerda, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com a cocaína, no que passou a ser chamado de narcoterrorismo e usado como justificativa para que os EUA reforçassem o combate militar ao narcotráfico, pressionando os países andinos a adotarem medidas repressivas que mais aumentaram os índices de violência do que de fato diminuíram a oferta de cocaína (Rodrigues, 2012). O narcotráfico deixava de ser encarado apenas como uma questão de ameaça à segurança nacional dos EUA para representar um potencial perigo à segurança regional (Rodrigues, 2012).

A adesão dos países latino-americanos na lógica da militarização estadunidense foi impulsionada por pressões econômicas, mas respondeu aos processos decisórios que cada país já era signatário na época (Rodrigues, 2012). A militarização do combate ao narcotráfico e sua inserção como ameaça à segurança nacional foi reforçada no governo de George Bush (1989-1993), que era coordenador das políticas antidrogas estadunidenses no governo de Reagan (Rodrigues, 2012). A nomeada política “Estratégia Andina”, que mencionava suporte econômico e fontes alternativas de desenvolvimento nos países produtores, foi mais uma ação para reforçar a assistência militar e reafirmar o compromisso na repressão ao narcotráfico (Rodrigues, 2012).

Em 1994, na primeira Cúpula das Américas, foi estabelecido o “princípio da responsabilidade compartilhada”, no qual o narcotráfico deveria ser enfrentado coletivamente a partir da lógica da “guerra às drogas” (Rodrigues, 2012). Bill Clinton, então presidente dos Estados Unidos, reforça o compromisso com o princípio e espelha suas decisões na Conferência de Viena sobre drogas, de 1988, que acrescenta novos temas no embate às drogas, como a lavagem de dinheiro e o vínculo de demais atividades ligadas ao crime organizado transnacional, como o tráfico de armas (Rodrigues, 2012). O documento da Conferência de Viena registrou o narcotráfico como uma ameaça à ordem internacional, sendo a partir de então, um problema de segurança global (Rodrigues, 2012)

Apesar dos esforços, o resultado da tal “guerra às drogas” pode ser analisado sob duas óticas diferentes. Enquanto os Estados lucram com as políticas proibicionistas, é a população preta e pobre quem mais sofre. Nesse sentido, Carl Hart argumenta que existe um lucro gerado em determinados setores da economia estadunidense advindos da proibição das

drogas e da política carcerária, indicando que “(...) mais prisões por drogas equivalem a mais horas extras, mais ‘pessoas descartáveis’ na prisão e orçamentos maiores” (Hart, 2021, p. 36 *apud* Coelho, 2022, p. 12).

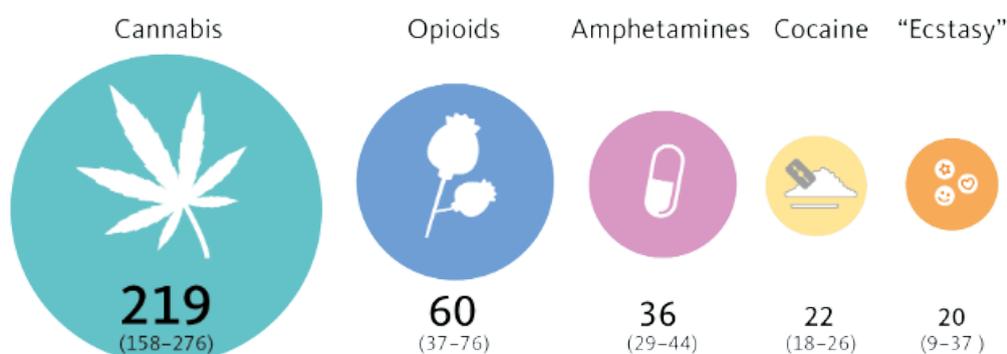
Por outro lado, parece haver pouco impacto na dinâmica das drogas pelo mundo. A produção e o consumo internacional apresentam índices crescentes a cada ano que passa, mostrando-se impermeáveis às fontes de combate e repressão (Paiva, 2018). Além disso, o sistema financeiro é alastrado pela atividade de cartéis de drogas, e os custos da violência advinda da fracassada “guerra às drogas” se concentra nos países do Sul Global, principalmente a América Latina (Paiva, 2018).

Nesses países, o pretexto da “guerra às drogas” reforça políticas de segurança pública repressivas contra grupos sociais desfavorecidos (Rodrigues, 2012). No Brasil, a lógica proibicionista influenciou diretamente as mudanças legislativas, o funcionamento do Poder Judiciário e as ações policiais (Coelho, 2022). Ela vem se apresentando como uma das principais responsáveis pela alta massa de encarcerados (Coelho, 2022). Além disso, a “guerra às drogas” é o pretexto que impera na maioria das operações policiais nas favelas e periferias, acometendo em sua maioria jovens pobres e negros e articulando para a reprodução de um sistema desigual. A “guerra às drogas” é mais que uma operação repressiva, é uma guerra, principalmente, contra pessoas.

### 2.1.2 VISÃO GERAL DAS DROGAS PELO MUNDO

Existem diferentes tipos de drogas ilícitas, algumas mais utilizadas do que outras, mas todas se alastraram pelas regiões do globo. Mesmo com as iniciativas das nações e a política da “guerra às drogas”, o consumo mundial de substâncias ilegais está maior do que nunca.

Figura 2 - Estimativa global do número de usuários de drogas em milhões (2021)



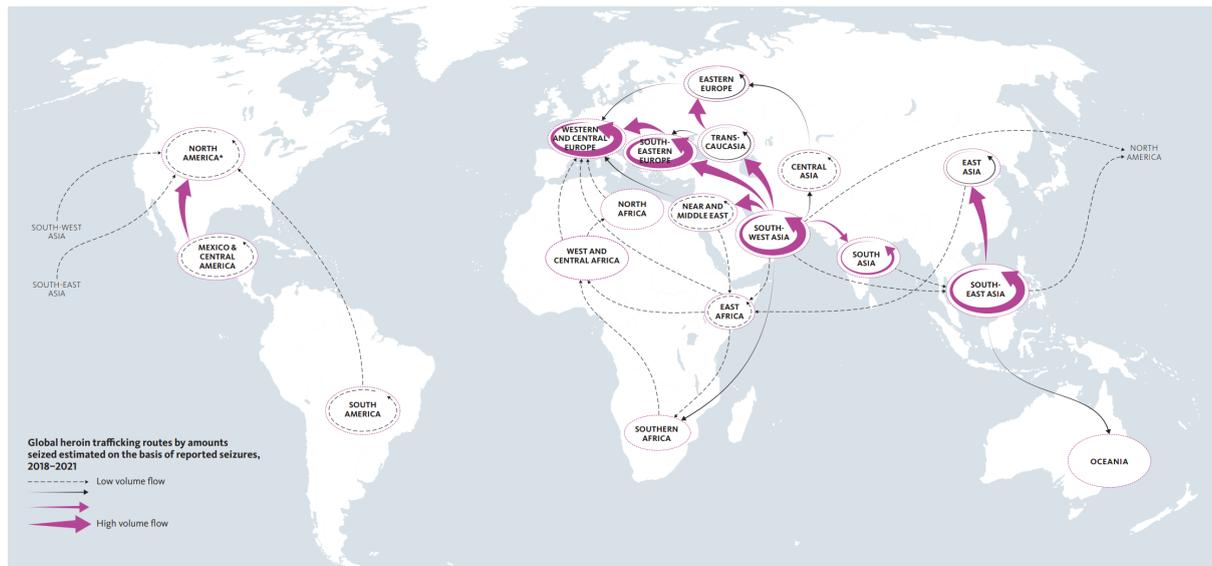
Fonte: Adaptação da autora baseado em UNODC (2023b)

Como observado, o mercado de maconha é o maior mercado de drogas do mundo, com produção relatada em quase todos os países. Nas últimas décadas ocorreu uma diversificação dos produtos de cannabis disponíveis aos usuários, muito pela sua legalização em algumas jurisdições que autorizaram o fornecimento de cannabis para uso não médico (UNODC, 2023b). De todo modo, sua principal fonte de consumo tem sido a América do Norte, onde 17,4% da população entre idade de 15 a 64 anos ingeriu a droga no ano de 2021 (UNODC, 2023b). A África tem um longo registro de envolvimento com a maconha, seu uso é legalizado em diversos países do continente; além de produzir parte da maconha, o seu consumo tem se tornado elevado na África Central e Ocidental, principalmente na Nigéria, um dos principais mercados consumidores da droga.

O Brasil também é um grande centro de consumo da maconha, ela é a droga ilícita mais consumida em território nacional. A maior parte da maconha que entra no país é proveniente do Paraguai, que tem ligações com grandes organizações criminosas brasileiras, como será mostrado mais a frente. Nos últimos anos, a Colômbia vem ganhando destaque na produção da maconha. A droga colombiana tem um aspecto diferente da paraguaia, ela é mais forte, mais cara e de maior qualidade (Rebello; Torrado, 2021). As grandes facções brasileiras utilizam rotas semelhantes e a mesma infraestrutura utilizada para o transporte da cocaína colombiana: a maconha sai da Colômbia, passa pelo Paraguai e entra no Brasil pela fronteira com Roraima ou desce em direção ao Peru e Bolívia, entrando pelos estados do Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Rebello; Torrado, 2021). A partir daí a droga é distribuída nacionalmente por organizações ligadas principalmente ao PCC e ao Comando Vermelho.

Os opióides, principalmente a heroína, são o segundo tipo de droga mais consumida no mundo todo, com um número crescente de usuários na América do Norte (UNODC, 2023b). O uso desenfreado dos opióides é responsável por dois terços de mortes relacionadas à drogas, principalmente overdoses. Metade da população que consome a droga se encontra no Sul e Sudoeste Asiático e 80% da produção do ópio se encontra no Afeganistão, que utiliza a rota dos Balcãs como principal rota para o tráfico de opiáceos (UNODC, 2023b). A heroína do sudoeste asiático é traficada através das sub-regiões africanas, principalmente a África Oriental que serve como ponto de entrada para os mercados na Europa Ocidental e Central (UNODC, 2023b). Além disso, também existe um fluxo intenso de heroína que parte do México e da América Central em direção à América do Norte, conforme indicado na imagem abaixo.

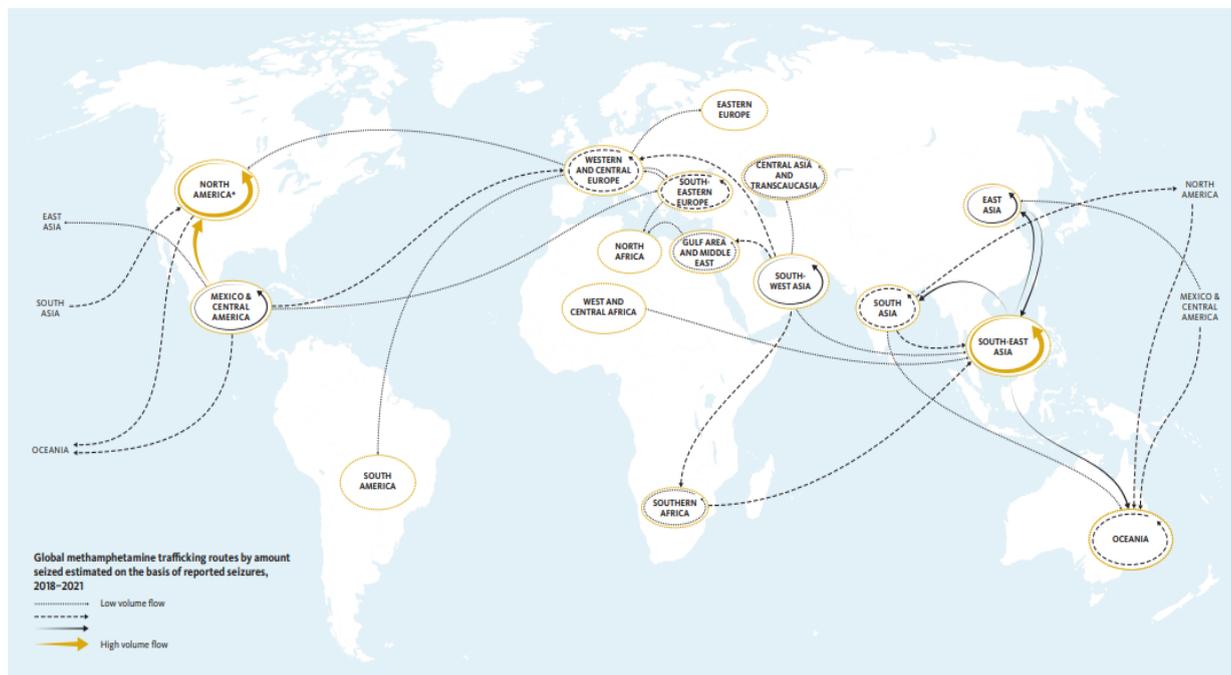
Figura 3 - Principais fluxos de tráfico de heroína baseado nas apreensões entre 2018-2021



Fonte: UNODC, 2023B

Segundo o *World Drugs Report* (2023) as anfetaminas têm uma maior prevalência de número de usuários na América do Norte, e no Leste e Sudeste Asiático. As metanfetaminas, um tipo de anfetamina, vem tendo seu uso espalhado por todas as regiões do globo, atingindo além dos principais mercados citados acima, principalmente o Sudoeste Asiático, a Europa e a África, conforme ilustra a figura abaixo (UNODC, 2023b). Além disso, essa substância está se tornando fonte crescente de preocupação no Afeganistão (porção do sudoeste asiático) com um aumento no seu consumo e fabricação (UNODC, 2023b).

Figura 4 - Principais fluxos de tráfico de metanfetamina baseado nas apreensões entre 2018-2021



Fonte: UNODC, 2023

Conforme o exposto, a África, ainda que não seja o principal mercado para muitas drogas, vem se apresentando como uma região chave para o tráfico de cocaína na África Ocidental, de heroína na África Oriental e de cannabis, produzida principalmente na região (UNODC, 2023b). Dessa maneira, entender como ocorre a organização espacial do narcotráfico, de modo que os circuitos de produção, distribuição e consumo são conectados e sustentam diversas organizações criminosas, ajuda na compreensão da importância territorial da África Ocidental para as redes de tráfico de cocaína. Para isso será reservado uma seção para apresentar como o mercado de cocaína vem se configurando e como a droga conecta o Brasil com a África Ocidental, bem como esta última começou sua participação nos fluxos ilícitos transnacionais .

### 2.1.3 O MERCADO DE COCAÍNA

A cocaína, ainda que seja somente a quarta droga mais consumida mundialmente, tem visto o seu mercado global sofrer mudanças, entrando em uma onda de crescimento até então nunca antes vista. O aumento não é só no volume de oferta e procura, mas também na emergência de novas rotas (UNODC, 2023b). No que tange o tráfico transnacional de drogas, a cocaína aparece como uma parte fundamental da economia do crime organizado na América Latina (Adorno, 2019). O crime organizado na região vem ganhando certa

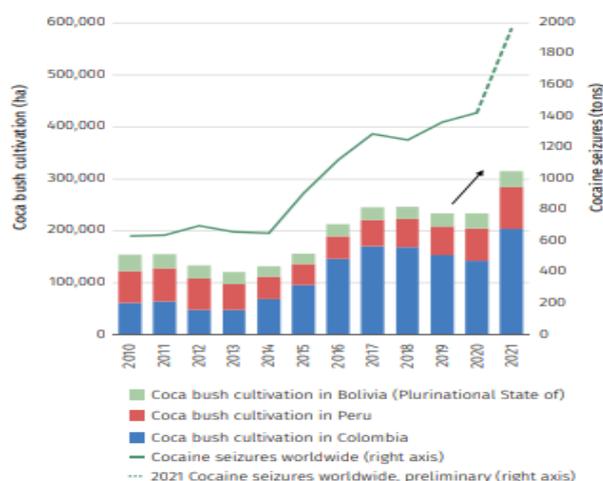
sofisticação e expandindo seu negócio a nível global. De acordo com relatório da UNODC (2023a), os 3 maiores produtores de cocaína encontram-se na América do Sul: Colômbia (61%), Peru (26%) e Bolívia (13%). Ainda que seja o principal produtor, nos últimos anos a Colômbia bateu recordes na erradicação de cultivos ilícitos e apreensões de cocaína, causando um deslocamento do tráfico e reposicionando a plantação de coca e a produção de cocaína para o Peru e a Bolívia (Sampó; Troncoso, 2023)

Desde 2014 a sua produção ganhou proporções descomunais, inundando, principalmente, a América do Sul e forçando as organizações criminosas a buscarem rotas marítimas para contrabandear o máximo possível da droga, o que gera repercussão para além dos países produtores (Sampó; Troncoso, 2023).

Embora a pandemia tenha tido um efeito dramático na indústria de drogas ilícitas causando uma queda na demanda de drogas, como a cocaína, dados sugerem que essa queda tem pouco impacto nas tendências de longo prazo (UNODC, 2023a). A oferta global de cocaína está em nível recorde, em 2020 foram quase duas mil toneladas produzidas, muito pela expansão da plantação e da melhoria nos processos de conservação, mas também por um aumento contínuo na demanda (UNODC, 2023a). Nos países produtores o cultivo aumentou ao passo em que os esforços de erradicação foram restringidos durante a pandemia. Por consequência, os esforços dos traficantes em colocar o produto no mercado com todas as restrições, criou um excesso de oferta e uma redução nos preços (UNODC, 2023a).

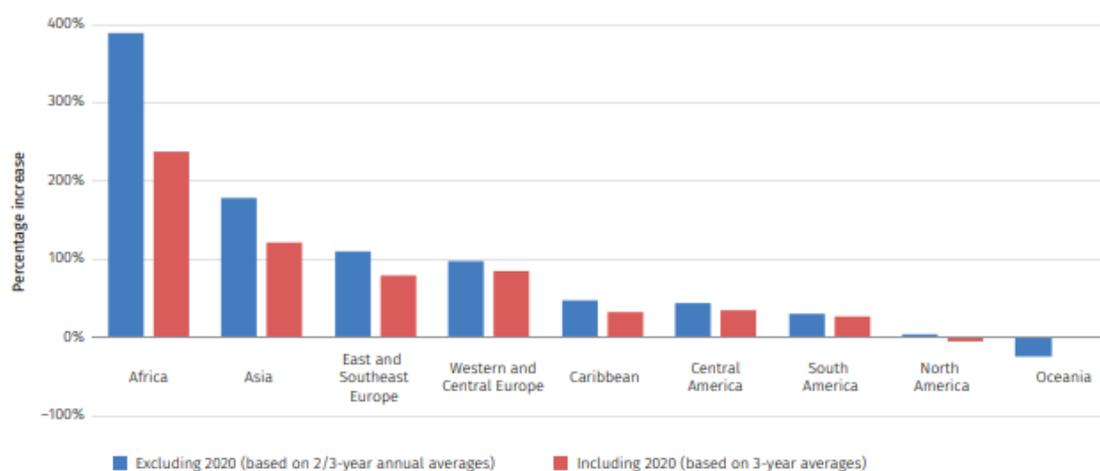
Com um aumento acentuado na produção, verificou-se uma proporção direta também no aumento das apreensões. Enquanto o ano de 2020, em razão da pandemia e das restrições advindas, foi marcado por uma tendência de diminuição dessas apreensões na maioria das regiões, o ano de 2021 veio para recuperar essa dinâmica (UNODC, 2023a).

Gráfico 2 - Relação entre o cultivo e as apreensões de cocaína



Fonte: UNODC, 2023a, pág. 32

Gráfico 3 - Aumento das apreensões de cocaína por sub (região) 2019-21 versus 2016-18



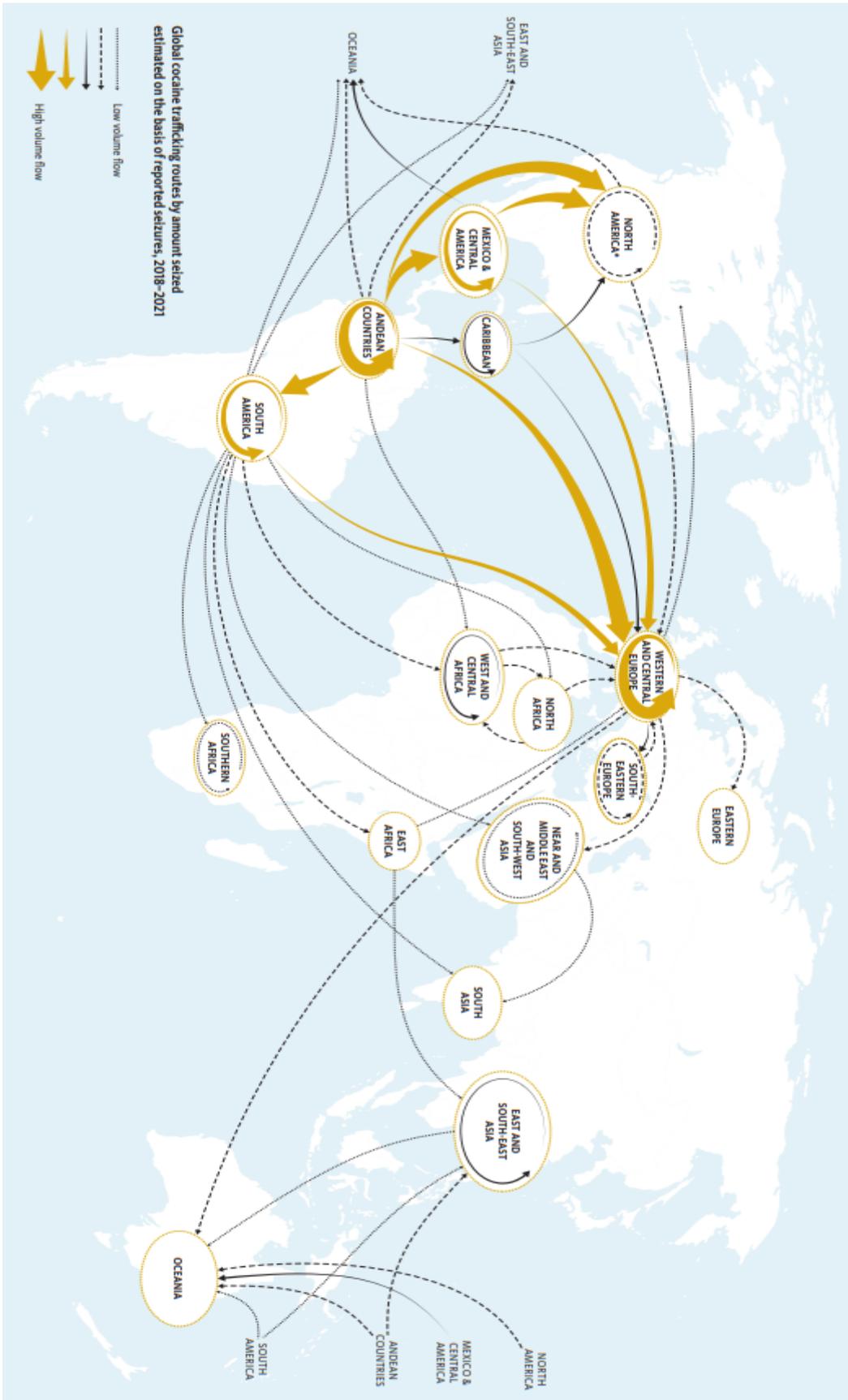
Fonte: UNODC, 2023a, pág. 33

Com a imagem acima verifica-se que houve um aumento maior no número de apreensões na África do que em outros lugares. De maneira geral, isso pode significar que o controle e o policiamento dos portos ou aeroportos pode ter aumentado ou que estejam atuando de forma mais eficaz, assim como pode ser interpretado como um aumento nos fluxos de cocaína para aquela região, demonstrando, novamente, a importância que a África vem ganhando na compreensão da rota do tráfico de cocaína.

Em relação aos mercados, tanto a demanda como a oferta da cocaína estão geograficamente concentradas (UNODC, 2023a). A América do Norte, a Europa Ocidental e

Central, a América do Sul e Central e a região das Caraíbas são os principais consumidores da droga e considerados mercados estabelecidos (UNODC, 2023a). O tráfico de cocaína está entre os que mais crescem nos últimos anos, assim como o número de usuários, o que pode levar a uma expansão nos mercados em desenvolvimento na África e Ásia (UNODC, 2023a). Onde a cocaína possui um mercado estabelecido, a proporção da população que usa a droga é alta, mas representa apenas um quinto da população global, o que significa que se em outras regiões os números de usuários aumentarem em proporções semelhantes a esse mercado, o consumo de cocaína chegaria a números estrondosos (UNODC, 2023a).

Os efeitos do aumento da oferta de cocaína, que teve início por volta de 2015, foram sentidos ao longo de toda a cadeia da droga. O Brasil consolidou sua importância como um ponto de trânsito para a droga que vai para a Europa e a África. Os fluxos se intensificaram e novas rotas surgiram. Atualmente a cocaína circula por todas as regiões. Os Estados Unidos continuam sendo o principal consumidor, seguido pela Europa Ocidental e Central, que utiliza a África como ponto de trânsito para a cocaína que chega até seus mercados.



Fonte: UNODC, 2023b

## 2.2. A INSERÇÃO DOS MERCADOS AFRICANOS NOS FLUXOS TRANSNACIONAIS DE DROGAS ILÍCITAS

Nos últimos anos muitas pesquisas e relatórios vêm destacando a importância da África nos fluxos de narcóticos, concluindo que o tráfico de drogas permitiu que organizações criminosas nacionais e transnacionais se fixassem e prosperassem no continente (Raineri; Strazzari; 2023). O mercado das drogas ocupa o centro das atividades ilegais unindo redes de tráfico domésticas e transnacionais, empresários violentos e insurgentes gananciosos (Raineri; Strazzari, 2023).

Foi no ano de 2007 que a região da África Ocidental atraiu os olhares da imprensa mundial sobre o seu papel como intermediária no comércio de cocaína entre a América Latina e a Europa (Ellis, 2009). No entanto, há muito já existe um conhecimento do alcance das redes de comércio de drogas na África Ocidental, principalmente o comércio de cocaína (Ellis, 2009).

O papel da África Ocidental no comércio internacional de drogas têm raízes históricas que remontam a mais de meio século, além de toda sua relação com o cultivo, a produção e o consumo (Ellis, 2009; Eligh, 2019). O Khat, proveniente da cultura indígena, tem sido usado como estimulante recreativo desde o século XII; a cannabis tem uma história de centenas de anos de produção e uso; o álcool, o tabaco e a cafeína são consumidos e comercializados ao longo de toda a história sociocultural do uso de drogas por todo o continente africano (Eligh, 2019). As economias pré-independência já eram caracterizadas por vários produtos ilícitos e economias paralelas (Brown, 2013). Apesar da relação antiga, do comércio em larga escala e da utilização de opiáceos, estimulantes e substâncias sintéticas são um fenômeno relativamente recente no continente.

As fronteiras do comércio de drogas africano começaram a se expandir por volta da década de 1950 (Eligh, 2019). Contrabandistas libaneses já usavam a África Ocidental como ponto de trânsito para transportar heroína para os EUA desde 1952 (Ellis, 2009). Anos mais tarde, contrabandistas nigerianos e ganeses começaram a exportar cannabis cultivada na África para a Europa, explorando rotas pré-coloniais que eram utilizadas para o comércio de ouro e marfim, conectando os mercados costeiros com os do continente (Ellis, 2009; Eligh, 2019). Pouco tempo depois a relação do continente com as drogas se transformou rapidamente.

A independência dos países africanos entre a década de 1960 e 1970 foi acompanhada de um desenvolvimento econômico e institucional deficiente, distribuído de forma desigual e

muitas vezes subfinanciado (Eligh, 2019). Nesse ínterim, a cannabis tornou-se símbolo de resistência política em um contexto de crescente desemprego, tensões econômicas e transformações sociais (Eligh, 2019). Se de um lado o continente africano enfrentava os percalços de desenvolvimento deixado pelos colonizadores, por outro a expansão de novos modais no mundo todo e o estabelecimento de portos aéreos e marítimos no continente impulsionava a procura e o consumo da cannabis na África (Eligh, 2019).

Na década de 1980, especialmente naqueles países mais duramente atingidos pela recessão global da década anterior, se viu um rápido crescimento no comércio das drogas (Eligh, 2019). Autoridades norte-americanas e europeias apreenderam um número crescente de transportadores de drogas na África Ocidental, momento no qual a África passa a ser vista como uma preocupação no comércio internacional de drogas aos interesses políticos, principalmente dos EUA e Europa (Eligh, 2019). As redes de traficantes de drogas passaram para o negócio global de cocaína e heroína, fazendo com que muitos traficantes nigerianos e ganeses se espalhassem na maior parte do mundo, incluindo outros países da África Ocidental, onde trabalham com parceiros no Benin, na Costa do Marfim e em outros locais (Ellis, 2009).

A Nigéria tem uma proeminência nos assuntos que envolvem o tráfico de drogas, principalmente a cocaína. Stephen Ellis (2009) afirma que num primeiro momento essa não era uma área que preocupava as autoridades estadunidenses e europeias, por não esperarem que a droga fosse se espalhar, afinal aquela não era uma região produtora. No entanto, a situação mudou com a quantidade de apreensões provenientes do país. Em 1983, um jornal nigeriano relatou a existência de “um chamado mundo da cocaína” na sociedade de Lagos (Ellis, 2009, p. 177). Apesar disso, existia pouca estigma social relacionado às pessoas que ganhavam a vida transportando a cocaína de um lado para o outro, e até recentemente traficantes de drogas nigerianos afirmam que “vêm o mercado negro como única forma de redistribuir a riqueza do norte para o sul, argumentando que os principais canais comerciais estão efetivamente ocupados” (Shaw, 2001, p. 66 *apud* Ellis, 2009, p.178)

Como colocado por Raineri e Strazzari (2023) existe um problema de difusão de ordens políticas híbridas no continente. Isso se dá porque existe um comércio informal por toda a região da África Ocidental que confunde o “ilegal” do “legal”, e em alguns casos, existe uma disjunção entre o que é considerado legítimo ou legal para o Estado e para comunidades ou atores em redes transnacionais (GI-TOC, 2022). Sobre isso, Ellis (2009, p. 178) pontua que na África Ocidental quando um negócio envolve um vendedor e um comprador, ambos dispostos, ele é visto como completamente legítimo e o contrabando de drogas não é uma exceção.

O consumo, a produção e a distribuição destas drogas cresceram notavelmente, causando um impacto significativo e paradoxalmente simbiótico no desenvolvimento do Estado (Eligh, 2019). Os mercados emergentes de drogas ilícitas começaram a expandir-se juntamente com as novas economias domésticas do continente, ao mesmo tempo em que ameaçavam corromper as nascentes instituições e estruturas estatais do continente (Eligh, 2019).

Em pouco tempo, a ligação com as drogas já se tornava um peso na política. Um diplomata de Burkina Faso, colaborador próximo de Charles Taylor, que mais tarde iria se tornar presidente da Libéria, forneceu passaportes a um grupo de ganeses para importar heroína de Mumbai e transportá-la para a Europa (Ellis, 2009). Sob o comando de Taylor, a Libéria se tornou um estado totalmente criminalizado (Ellis, 2009). Além disso, Gana se tornou um dos primeiros pontos de trânsito para o comércio de cocaína. Na sua capital, Acra, era de conhecimento público quais eram as casas e os carros obtidos com o dinheiro da cocaína (Brown, 2013).

Nessa perspectiva, os Estados africanos se tornaram pontos de trânsito e países destino de substâncias como a cocaína e a heroína (Eligh, 2019). Ao longo dos estados costeiros orientais e ocidentais do continente desenvolvia-se um mercado comercial de consumo interno, ao mesmo tempo em que o cultivo e a produção de cannabis expandia-se juntamente com a melhoria da infraestrutura que permitia com que as drogas fossem levadas até novos lugares (Eligh, 2019).

Ainda assim, a economia dos comércios de drogas na África só crescia à medida em que os empresários locais expandiram suas ligações com organizações criminosas da América Latina e da Ásia, principalmente no que diz respeito à ligação da cocaína entre a África Ocidental e os fornecedores latino-americanos (Eligh, 2019). Toneladas de cocaína transitavam na região ocidental do continente a caminho de mercados na Europa e no Médio Oriente.

Na década de 1990, traficantes nigerianos praticamente tinham finalizado a “internacionalização” do seu negócio (Brown, 2013). Eles desenvolveram um sistema a granel de remessa de narcóticos, além de terem se tornado globais, com parceiros em países produtores e consumidores e instalações fora da Nigéria (Brown, 2013). Eles estabeleceram redes de vendas em cidades dos Estados Unidos, Europa e da antiga União Soviética; e rotas aéreas para diversas partes da Ásia (Brown, 2013). Para se ter uma noção do tamanho da influência que a Nigéria vinha alcançando no mercado de drogas, em 1991, quase dois terços

da heroína apreendida no aeroporto internacional John F. Kennedy, em Nova Iorque, vieram de nigerianos ou de africanos recrutados por organizações nigerianas (Eligh, 2019).

Quando a Nigéria envia uma força de manutenção da paz para a Libéria, em 1990, sob o comando da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), membros da força expedicionária nigeriana começaram a desenvolver interesse pelo comércio de narcóticos (Ellis, 2009). Em grande parte, o sucesso dos nigerianos nas redes ilícitas se deu pela permissividade com que eram tratados em seu país. O parceiro local mais favorável a eles talvez tenham sido os militares que governavam o país e tinham desenvolvido um elevado grau de impunidade (Brown, 2013).

Conforme afirma o relatório *The Evolution of illicit drug markets and drug policy in Africa*, num espaço de menos de 60 anos desde a Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), o ambiente africano de consumo, produção e comércio de drogas deixou de ser “baseado em culturas tradicionais de khat e cannabis para uma produção industrial generalizada e em larga escala” (2019, p.8). O mercado de drogas africano tornou-se tão organizado e impulsionado por grupos africanos quanto influenciado e apoiado por investimentos, instituições e organizações estrangeiras (Eligh, 2019).

Com base no exposto, fica evidente que o desenvolvimento do comércio de drogas na África Ocidental tem raízes históricas e está atrelado por décadas à atividade política de diversos países (Ellis, 2009). Com os nigerianos na vanguarda, os traficantes do ocidente da África, desenvolveram um papel importante em um comércio com a concorrência acirrada e movido por altos lucros (Ellis, 2009). Eles conseguem adentrar o mercado das drogas em todos os continentes, com uma admirável capacidade de cooperação, em razão da globalização, dos novos padrões de migração internacional e das experiências provenientes da rápida liberalização econômica no final do século XX (Ellis, 2009).

## 2.2.1 DESAFIOS NA COMPREENSÃO DOS FLUXOS ILÍCITOS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Como posto anteriormente, o problema da questão das drogas na África vai além e envolve uma rede de imbrólios, incluindo sua controversa ligação com o terrorismo e os partidos políticos africanos, implicando na instabilidade regional e internacional (Raineri; Strazzari, 2023). Os países africanos são muitas vezes descritos como fracos e mais propensos à atividade criminosa, oferecendo às organizações mais sofisticadas um espaço mais “acessível” em termos de capacidade de interdição e eficácia (Raineri; Strazzari, 2023).

Apesar das diversas evidências acerca do crescimento do tráfico de drogas na região africana, a base de dados para essa afirmação ainda permanece problemática e controversa, isso porque o submundo do contrabando normalmente não é detectado e subnotificado (Raineri; Strazzari; 2023). Qualquer apreensão sinaliza a presença do crime organizado. Os dados obtidos relacionadas a drogas, assim como a erradicação de plantações, o foco em índices de consumo e o varejo de drogas na dark web se mostram insuficientes para construir um entendimento sólido sobre a dinâmica dos fluxos de drogas, além de que a produção dos dados é considerada confidencial e de difícil acesso aos pesquisadores (Raineri; Strazzari; 2023).

Nesse sentido, o que se parece saber sobre o tráfico de drogas na África repousa em um terreno instável, recheado de suposições, hipóteses e dados ruins (Raineri; Strazzari; 2023). A falta de dados nos países africanos está ligada a outro problema. Não são todas as agências de aplicação da lei da região que tem a capacidade e a vontade de realizar apreensões, coletar dados confiáveis e compartilhá-los com a comunidade internacional, em parte porque existem esquemas de proteção patrocinados pelo Estado, nos quais autoridades protegem e patrocinam as organizações de tráfico de drogas na África, proporcionando o surgimento de situações de *pax mafiosa* (Raineri; Strazzari; 2023). Nessa lógica, o temor de muitos líderes internacionais se torna real ao ver alguns países da África Ocidental desenvolvendo uma relação simbiótica entre as organizações criminosas, os partidos políticos e o Estado.

Nessas circunstâncias, a África, em especial, tem uma escassez de fontes alternativas para triangulação e integração de dados, gerando uma falta de consenso sobre os dados que prejudica a formulação de políticas baseada em evidências. Nesse sentido, “claramente este é um empreendimento [...] orientado por políticas, sem quaisquer objetivos científicos, [no qual] os números são apenas decorações no processo político [...] sem quaisquer consequências sérias” (Raineri; Strazzari, 2023, p. 13).

Logo, a crítica de Raineri e Strazzari (2023), se fixa na ideia de que um aumento de apreensões não necessariamente se correlaciona com um aumento no fluxo dos narcóticos, mas sim que se visou mais aquela droga no local em que as apreensões estão sendo feitas, em outras palavras, encontra-se a droga onde se decide procurar e não o contrário.

Nesse sentido, o professor Ettanibi Alemika's afirma que não há dados precisos e substancialmente abrangentes para compreender uma série de questões na África Ocidental, principalmente o crime organizado (Alemika; Aparid; Frowd; *et al.*, 2023). Ele ainda critica as estimativas obtidas com apreensões de drogas como insuficientes para uma análise da

quantidade de droga a ser traficada (Alemika; Apará; Frowd; *et al.*, 2023). De toda forma, é certo que apreensões referem-se muito mais à atividade policial do que sobre a estrutura e a dinâmica dos mercados ilegais, mas os dados advindos das apreensões fornecem informações valiosas que ajudam a traçar a rota feita pela cocaína e a partir daí construir uma dimensão analítica (GI-TOC, 2022).

Os organismos estatais de segurança possuem incentivos para exagerar no valor monetário das produções erradicadas, ao mesmo tempo em que prisões em massa podem acontecer muito mais para impressionar parceiros internacionais do que para conter a ameaça criminosa, assim muitas prisões referentes ao tráfico de drogas acabam sendo seletivas e pegando “peixes menores”, não se traduzindo em uma redução real dos fluxos de drogas (Raineri; Strazzari, 2023). A falta de recursos para monitorar e combater os fluxos de drogas também são uma argumentação valiosa para se garantir um baixo grau de transparência.

Por lógica, se pode afirmar que apesar das tentativas de avançar na medição do tráfico de drogas, isso ainda é parte pequena no construto de debates e políticas em evidências sobre o tráfico e o crime organizado na África (Raineri; Strazzari, 2023). Com isso, se faz necessário pensar alternativas para se estudar a dinâmica das organizações criminosas nesta região. Assim, a interpretação dos dados e a sua obtenção não podem ser analisadas sem levar em conta a dinâmica dos modos paralelos de governança encontrados nos países africanos, no qual são comuns práticas híbridas que tendem a confundir as categorizações de justiça criminal sobre legalidade estatal e atividade criminosa (Raineri; Strazzari, 2023).

Diante disso, a ausência ou a dificuldade da obtenção de dados não será encarada aqui como uma mera lacuna de conhecimento, mas como um meio para se investigar e interpretar as dinâmicas específicas de poder da criação do estado híbrido e como isso se relaciona com os fluxos ilícitos de drogas na região, assim como os dados das apreensões serão utilizados para entender o caminho que a cocaína percorre.

### 2.3. A ROTA DA COCAÍNA DO BRASIL PARA A ÁFRICA OCIDENTAL

As organizações criminosas estão buscando utilizar portos não tradicionais<sup>5</sup> de saída de cocaína e rotas contra-intuitivas<sup>6</sup> para reduzir riscos e maximizar a lucratividade (Sampó; Troncoso, 2023). Essa estratégia é utilizada para lavar dinheiro e disfarçar a saída das drogas como “reexportação” (Sampó; Troncoso, 2023). As organizações criminosas expandem seus

---

<sup>5</sup>São aqueles não localizados em países produtores, pelo contrário, ficam em locais onde o governo não reconhece o tráfico transnacional como um problema real (Sampó; Troncoso, 2023).

<sup>6</sup>Referem-se a rotas terrestres, aéreas, fluviais ou até marítimas que não fazem sentido aparente, e embora, possam implicar num custo econômico mais elevado, proporcionam maior segurança (Sampó; Troncoso, 2023).

negócios utilizando as vulnerabilidades portuárias, que tornam os portos mais propensos a um certo grau de governança criminosas. Conforme Zaitch (2002, p. 240) “os empresários da cocaína calculam as chances de sucesso e fracasso e implementam estratégias para minimizar o risco” (*apud* Sampó; Troncoso, 2023, p. 240 ).

Em vista disso, pode-se dizer que o controle policial e aduaneiro não têm sido eficazes, porém, o contrário, também não garantiria uma vitória para as forças estatais, uma vez que o aumento das medidas de segurança cria novas oportunidades para o tráfico ilícito

[...] rotas alternativas são utilizadas para ampliar os lucros das organizações criminosas porque, no seu modelo de negócio, o envio de cocaína pelas rotas tradicionais implica uma perda de cerca de 20%. Ao utilizarem rotas alternativas, ampliam o lucro de todo o negócio, porque nas alternativas as chances de apreensão são muito menores (Sampó; Troncoso, 2023, p. 240).

Os traficantes recorrem a portos com um registro de incidências de apreensões relativamente baixo e sem uma boa estrutura para conter o fluxo da cocaína. Os traficantes estão sempre diversificando as rotas e os pontos de partida para traficar a cocaína. Para eles o risco é considerado a variável mais importante, independente da distância (Sampó; Troncoso, 2023).

Diante disso, evidências apontam uma remodelação da rota que se destinava à América do Norte, indo agora para a Europa (UNODC, 2023a). Alguns fatores foram essenciais na mudança estratégica da rota de cocaína para os mercados europeus: traficantes sul-americanos reagindo contra a saturação do mercado norte-americano - em vista do controle das rotas para a América do Norte por cartéis mexicanos e colombianos - a crescente interdição na rota das Caraíbas, somado às rotas de contrabando bem desenvolvidas e ao ambiente político favorável da África Ocidental (Ellis, 2009).

### 2.3.1 O BRASIL NO MERCADO DE COCAÍNA

O Brasil além de ser um dos maiores mercados consumidor de drogas, é um ponto de passagem e distribuição na rota do tráfico, posição facilitada por fazer fronteira com os 3 maiores produtores. No entanto, sua importância no mercado ilegal de drogas vai muito além disso, principalmente pela consolidação internacional que algumas organizações criminosas brasileiras vem buscando, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), e a posição que confere ao Brasil o título de um dos maiores exportadores de cocaína para a Europa, a África e a Ásia em razão, além da posição fronteiriça estratégica já mencionada, da possibilidade de conexão marítima com o continente africano e europeu e da presença de organizações

criminosas internacionais por aqui<sup>7</sup>. Além da proeminência do PCC, que domina a maior parte das rotas de tráfico de cocaína para a Europa e a África, o Comando Vermelho, principal rival do PCC, também teria ligações com o crime organizado de outros países (UNODC, 2023a).

Grandes quantidades de cocaína chegam ao Brasil a partir da Bolívia, Colômbia e Peru e pelo Paraguai. A entrada da droga ocorre por meio aéreo (pequenos aviões), terrestre (correios, carros, caminhões e ônibus) e fluvial (pequenas embarcações principalmente na região amazônica) (UNODC, 2023a). Os estados brasileiros, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são importantes portas de entrada da cocaína, uma vez que fazem fronteira com os países produtores e o Paraguai. Frequentemente, voos clandestinos são detectados nesta região. Além disso, a cocaína também entra pelos estados do norte do país, uma vez que em decorrência da floresta amazônica, é difícil policiar (UNODC, 2023a).

Nesse sentido, as áreas fronteiriças correspondem a um corredor estratégico no tráfico de drogas, uma vez que apresentam baixos riscos e grandes oportunidades (Sampó; Troncoso, 2023). Esses espaços são frequentemente caracterizados por uma governação estatal mais irregular, facilitando a sobrevivência de atores criminosos (GI-TOC, 2022). Nessas cidades, os grupos criminosos brasileiros dominam as vendas de entorpecentes, entrando e saindo pelas fronteiras secas sem que ninguém controle (Sampó; Troncoso, 2023).

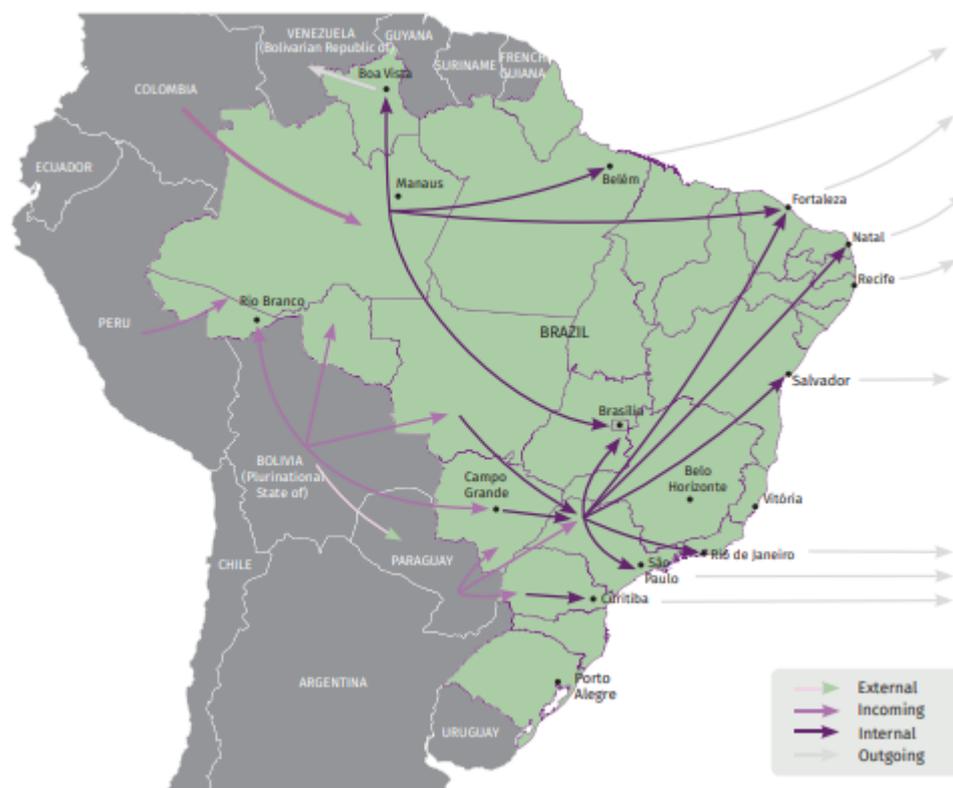
Parte da cocaína que chega ao Brasil é destinada ao mercado interno, enquanto a outra parte segue o fluxo do tráfico para mercados destino através dos vários portos ao longo da costa atlântica brasileira. De acordo com o que foi reportado pelas autoridades alfandegárias da Europa Ocidental e Central, as apreensões feitas na Europa tem o Brasil como o segundo maior país de origem (UNODC, 2023a).

Na imagem ilustrada abaixo está esquematizado as principais rotas de como a droga entra no Brasil. A área fronteiriça entre Brasil e seus vizinhos sul-americanos é porta de entrada do tráfico ilícito. A cocaína se desloca por todo o território brasileiro e a remessa que vai para outros países segue em direção aos portos, principalmente o porto de Santos, local onde o PCC controla grande parte do tráfico de drogas, como será exemplificado mais adiante (Sampó, 2019).

---

<sup>7</sup> HIDALGO, Rodrigo. Mesmo sem produzir cocaína, Brasil é o maior exportador da droga. UOL. Jornal da Band. 04 jul 2022. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/mesmo-sem-produzir-cocaina-brasil-e-o-maior-exportador-da-droga-16521098> Acesso em: 25 set 2023.

Figura 6 - Principais rotas de tráfico de cocaína que afetam o Brasil



Fonte: UNODC, 2023a, p. 70

Até aqui pode se estabelecer que a cocaína para os fluxos ilícitos é de extrema importância. O Brasil e as suas organizações criminosas são parte efetiva desse mercado, cujas rotas de tráfico se espalham pelo mundo. Apesar do conhecimento sobre a existência das diversas rotas, pouco se investiga acerca delas na literatura científica, especialmente a rota do tráfico de drogas entre o Brasil e o continente africano. Algumas das razões que explicam essa lacuna são a falta de dados disponíveis ao público e a sua confiabilidade, como já posto aqui, e a dificuldade de acessar os grupos que operacionalizam esse comércio, além da falta de acesso em portos e aeroportos que muitos pesquisadores recebem ao tentar conectar os dois continentes (Cohen, 2019)

O tráfico internacional, como uma das atividades mais lucrativas, ignora a existência de fronteiras e as barreiras legais impostas pelas autoridades. Diante disso, as rotas do tráfico de drogas, especialmente a de cocaína, são um aspecto de relevância a ser estudado. Existem rotas terrestres, marítimas e aéreas, de maior e menor extensão, mas que sempre são reinventadas em razão de frequentes intervenções policiais e apreensões (Adorno, 2019). O

entendimento acerca do caminho percorrido pelas drogas é uma fonte para entender os efeitos locais do tráfico internacional, como as taxas de violência, o envolvimento das autoridades, a adoção de políticas voltadas ao combate do crime organizado e a entrada de jovens em facções criminosas.

### 2.3.2 A ENTRADA DA COCAÍNA NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

O mercado de drogas na África evoluiu ao passo em que as medidas internacionais de controle de drogas agiram mais fortemente sobre os pontos de origem, na América Latina, cadeia de abastecimento para os mercados de destino na América do Norte e na Europa (Eligh, 2019). Com isso, rotas alternativas foram sendo incorporadas ao tráfico, abrindo-se canais de abastecimento e, conseqüentemente, novos mercados.

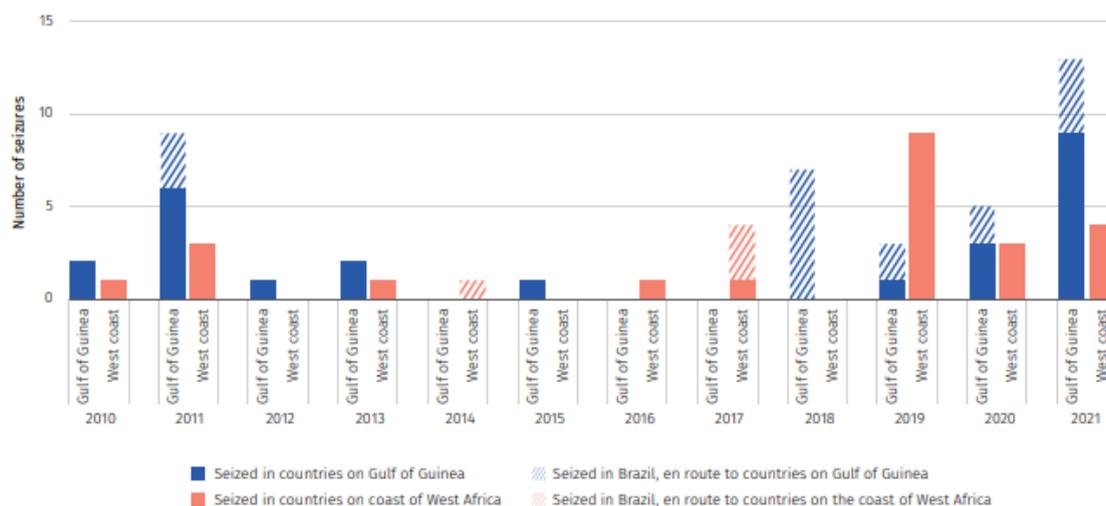
Ainda que a África seja a região mais afetada pela obscuridade de seus dados, as apreensões feitas sugerem que especialmente o papel da África Ocidental como uma zona de trânsito para mercados destino como a Europa tem aumentado substancialmente desde 2019 (UNODC, 2023a). Segundo dados divulgados pela UNODC (2023a), de 2019 a 2021 foram documentadas 13 apreensões de cocaína de mais de 100kg nos países ao longo do Golfo da Guiné.

No espectro das apreensões, o Brasil continua a ser um importante país de partida da cocaína traficada para destinos na África. Até 2018, somente um país da África Ocidental, Senegal, estava entre os 10 principais destinos de cocaína apreendida nos portos brasileiros (GI-TOC, 2023). Em Setembro do mesmo ano, foi feita uma apreensão de mais de 1 tonelada de cocaína no porto brasileiro de Santos, a partir de uma remessa de maquinaria pesada prestes a ser exportada para uma empresa em Abidjan, na Costa do Marfim (UNODC, 2023a). Em 2019, 5 casos de apreensão de cocaína nos portos brasileiros foram registrados pela Polícia Federal, todas tinham como destino os países africanos: Nigéria, Gana e Serra Leoa, chegando a totalizar mais de 3 toneladas (UNODC, 2023a). No ano de 2020 tais apreensões deram uma diminuída, em razão da pandemia, mas o ritmo já foi recuperado logo no ano seguinte, quando foram registrados apreensões no Brasil novamente para Gana, Nigéria e Serra Leoa, dessa vez totalizando mais de 2 toneladas; e em março de 2022 foi feita novamente mais uma apreensão no porto de Santos de 1 tonelada em dois contêineres que seguiam para Bélgica e Costa do Marfim (UNODC, 2023a).

Nesse sentido, os dados obtidos por apreensões sugerem que o papel, especialmente da África Ocidental e Central, como zonas de trânsito para mercados de destino como a Europa tem expandido-se substancialmente desde 2019, e que o Brasil é um dos principais

pontos de partida da droga que chega até o continente africano. A maioria da cocaína que parte do Brasil em direção à África Ocidental é transportada por navios de grande porte, ainda que alguma parte seja traficada em barcos menores ou via aérea em voos comerciais (GI-TOC, 2023).

Gráfico 4 - Número de grandes remessas de cocaína apreendidas ou destinadas à África Ocidental e Central, por zona de chegada, 2010-2021



Fonte: UNODC, 2023a, p. 106

São utilizados diversos pontos de entrada e rotas em operação para o tráfico de cocaína, uma vez que as redes de tráfico adotam diferentes rotas de importação (GI-TOC, 2021). Tal capacidade de alternar entre diferentes espaços acaba gerando uma espécie de redundância na cadeia de abastecimento da cocaína, permitindo aos traficantes adaptarem-se à evolução das forças policiais ou sociopolíticas (GI-TOC, 2021).

A entrada da cocaína, assim como de outras drogas, é possível graças a infraestrutura dos transportes que liga a costa destes países às áreas de produção, e em seguida, às áreas de consumo e distribuição, fazendo uso de “um aeroporto internacional, um porto marítimo com um terminal de contentores e redes rodoviárias regionais”, ainda que os portos marítimos e as cidades portuárias sejam determinantes para o comércio ilícito (GI-TOC, 2021, p. 4). Essa rede de infraestrutura de mobilidade une o espaço local com o espaço regional e com o plano internacional, ligando redes criminosas a mercados de produção e facilitando a transação entre grupos (GI-TOC, 2021).

Os traficantes nigerianos desempenham um papel determinante para a entrada da droga na região da África Ocidental e sua distribuição para outros territórios. Eles trabalham

em colaboração com outros nigerianos que vivem nos países destino da Europa e em alguns casos com aqueles que vivem no país de partida, o Brasil (UNODC, 2023a). No período de 2018 até 2021 registrou-se casos de tráfico de cocaína da Nigéria para 20 países, incluindo países africanos, asiáticos e europeus (UNODC, 2023a).

A cocaína chega à Nigéria através de diversos canais como: navios graneleiros, voos comerciais, por fronteiras terrestres em vários locais, incluindo a fronteira com Benim e o Níger, e através de encomendas entregues por empresas de correio ou serviços postais (UNODC, 2023a). O país de partida mais proeminente para a cocaína que chega à Nigéria é o Brasil.

Normalmente o tráfico é feito em pequenas quantidades por meio de “mulas”. No Brasil, a maior quantidade de mulas, não brasileiras, presas em aeroportos brasileiros no período de 2018 até os quatro primeiros meses de 2021 eram nigerianas (UNODC, 2023a). Além disso, as principais modalidades de tráfico de cocaína para fora da Nigéria parecem ser através de mulas em voos comerciais, voos de carga e serviços de encomendas (UNODC, 2023a).

Apesar da presença estabelecida e bem relacionada de traficantes nigerianos numa rede internacional do tráfico de cocaína (e outras drogas), tendo em conta os dados das apreensões, o volume da cocaína que transita pelo território nigeriano representa uma porcentagem relativamente pequena das quantidades que chegam à África Ocidental e Central (UNODC, 2023a). No entanto, isso não diminui a importância da rede de criminosos nigerianos, pois é preciso ter em mente que eles também atuam nos países vizinhos, bem como no Norte da África (UNODC, 2023a).

Além disso, os traficantes ganeses, juntamente com as redes criminosas na Nigéria e na Guiné-Bissau formam os principais intervenientes no tráfico de droga na África Ocidental (UNODC, 2023a). Os grupos que traficam cocaína no Gana alegadamente operam redes fluidas, em vez de estruturas hierárquicas altamente organizadas, e têm colaboradores internacionais que são na sua maioria ganeses e nigerianos (UNODC, 2023a).

Segundo o *Global Cocaine Report* (2023), uma das principais zonas de chegada da cocaína inclui Cabo Verde, Guiné-Bissau e Senegal. A Guiné-Bissau é um dos principais nós no corredor de trânsito da cocaína (GI-TOC, 2021). Entre 2004 e 2007, quando o tráfico para a África Ocidental apareceu em expansão, Guiné Bissau estava no centro da operação. Apreensões recentes continuam apontando Guiné-Bissau como um importante ponto para o tráfico de drogas (UNODC, 2023a). Em 2019, estima-se que foram apreendidos quase 800 kg de cocaína na região, de um caminhão registrado no Senegal e com destino ao Mali.

Um relatório sobre o Mali elaborado por um painel de peritos do Conselho de Segurança da ONU relacionou esta apreensão a um indivíduo maliano sancionado que se descobriu utilizar os rendimentos do tráfico de droga para apoiar grupos armados terroristas, em particular a entidade sancionada Al-Mourabitoun, afiliada à Al-Qaeda. Poucos meses depois, em Setembro de 2019, foram apreendidas 1,9 toneladas de cocaína no noroeste da Guiné-Bissau, resultando na detenção de seis guineenses, três colombianos e um maliano. [...] [O caso] revelou redes de indivíduos que abrangem o Senegal, a Guiné-Bissau, o Mali e a Guiné, e sugerem que os traficantes colombianos se deslocam frequentemente entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos da Guiné e do Senegal (UNODC, 2023a, p. 109-110).

Além disso, a polícia da Guiné-Bissau reuniu uma série de provas que mostram o surgimento de uma rede de atores locais envolvidos em negociações diretas com os traficantes da América Latina (UNODC, 2023a). O arquipélago dos Bijagós, um conjunto de 88 ilhas que formam parte da Guiné-Bissau, parece ser um dos pontos de entrada da cocaína que chega à Guiné-Bissau (UNODC, 2023a). Da Guiné-Bissau, a cocaína pode ser ainda traficada por terra em direção ao Mali através da fronteira com Senegal e Guiné, muito provavelmente, a cocaína chega ao Mali passando pela cidade de Tambacounda, no interior do Senegal (UNODC, 2023a). Além da rota para o Mali, as rotas terrestres da Guiné-Bissau podem ramificar-se de Tambacounda em direção à Mauritânia (UNODC, 2023a). Ainda existe a possibilidade de que a cocaína que chega à Guiné-Bissau se encaminha para o norte através de rotas marítimas (UNODC, 2023a).

Tambacounda é a maior cidade do leste do Senegal e a rota do tráfico através dela é indispensável para os fluxos do tráfico de cocaína (GI-TOC, 2021). Ela se encontra no cruzamento das principais estradas que ligam Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Mali e ainda oferece ligações para a Mauritânia (GI-TOC, 2021). Além dela, Casamansa, situada entre o Senegal e a Guiné-Bissau, “é uma conveniente zona tampão entre o ponto de entrada, armazenamento e “refúgio” da cocaína da Guiné-Bissau e outros polos (particularmente o Mali)” (GI-TOC, 2021, p. 9).

A região da Casamansa vive sob contestação da sua governança, a maioria da sua população pertence a uma etnia diferente daquela da maioria dos senegaleses e se sente marginalizada, estimulando um movimento separatista que voltou a incendiar em 2021 (GI-TOC, 2021). Logo, a ausência de um adequado controle estatal facilitou a livre circulação não só de cocaína, mas também de uma série de mercadorias ilícitas, como também a região se tornou uma fonte de migrantes que vão para a Líbia e para a Europa, bem como para os países vizinhos: Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Gâmbia (GI-TOC, 2021).

O território do Mali é importante para o tráfico de cocaína para o norte através de rotas terrestres, ou seja, a droga que chega até lá é transportada por terra para outros países (UNODC, 2023a). Algumas das fontes acima também sugerem que várias rotas de tráfico

terrestre de cocaína para o Mali convergem em Bamako, capital do país, e subsequentemente bifurcam-se em direção aos dois centros de tráfico de Tombuctu e Gao, cidades que eram utilizadas nas rotas de caravanas transaarianas<sup>8</sup>, antes de prosseguir para leste (UNODC, 2023a). Além disso, pode ser que ocorra também algum tráfico para o Mali pela fronteira com Burkina Faso; tais fluxos se originariam no Golfo da Guiné, em países como Nigéria, Togo e Gana (UNODC, 2023a).

Outro importante território para o tráfico de cocaína é o Níger. O Níger recebe a cocaína tanto do Mali, na forma de cloridrato de cocaína - popularmente conhecida como pó -, como da Nigéria e do Benim, principalmente na forma de “crack” (UNODC, 2023a). Em janeiro de 2022, a polícia do Níger apreendeu uma remessa de 214 kg de cocaína que tinha entrado no Níger vinda de Gao, no Mali, com destino para a Líbia (UNODC, 2023a). Do Níger a cocaína vai para Argélia, onde é traficada em pequenas quantidades para financiar alojamento, transporte e documentos falsos para imigração ilegal para a Europa, e Líbia (UNODC, 2023a). O sudoeste da Líbia é conhecido por ser um ponto de entrada para diversas drogas, principalmente a cocaína pela fronteira entre Níger e Líbia, localizada no meio do deserto (UNODC, 2023a).

O tráfico nesta região da fronteira é supostamente controlado por contrabandistas dos grupos étnicos Tuaregue e Tubu, mas vem dependendo da presença de tropas na base militar próxima de Madama (Níger). A presença militar de tropas no Sahel, “para além do conflito interétnico no sul da Líbia, banditismo no Níger e a insegurança e a violência no norte do Mali”, têm desencorajado a utilização de rotas terrestres para o fluxo de cocaína em direção à Líbia (UNODC, 2023a, p. 112). A onda de instabilidade crescente no Sahel e os conflitos na Líbia afetaram negativamente o comércio transaariano de cocaína, isso porque o valor de um carregamento de cocaína é muito alto para arriscar perder para bandidos ou milícias, assim estima-se que tal dinâmica provocou um deslocamento das rotas (GI-TOC, 2022).

De acordo com o *Global Cocaine Report* (2023) o deslocamento das rotas terrestres ocorreu para o oeste, em direção ao norte da África, reduzindo o volume para a Líbia e aumentando para Marrocos ou provavelmente para a Argélia. Segundo o *Crime Organizado e Dinâmica de Instabilidade: Mapeamento de polos ilícitos na África Ocidental* (2022), houve um deslocamento de mais tráfico para as rotas marítimas, com a re-conteinerização na região, enquanto que por via terrestre a cocaína começou a ser transferida da Guiné-Bissau pelo

---

<sup>8</sup> DOMINGUES, Joelza Ester. Rotas através do Deserto do Saara, utilizadas desde antes de Cristo. Ensinar História. 11 jan 2016. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/rotas-transaarianas/> Acesso em: 25 set 2023.

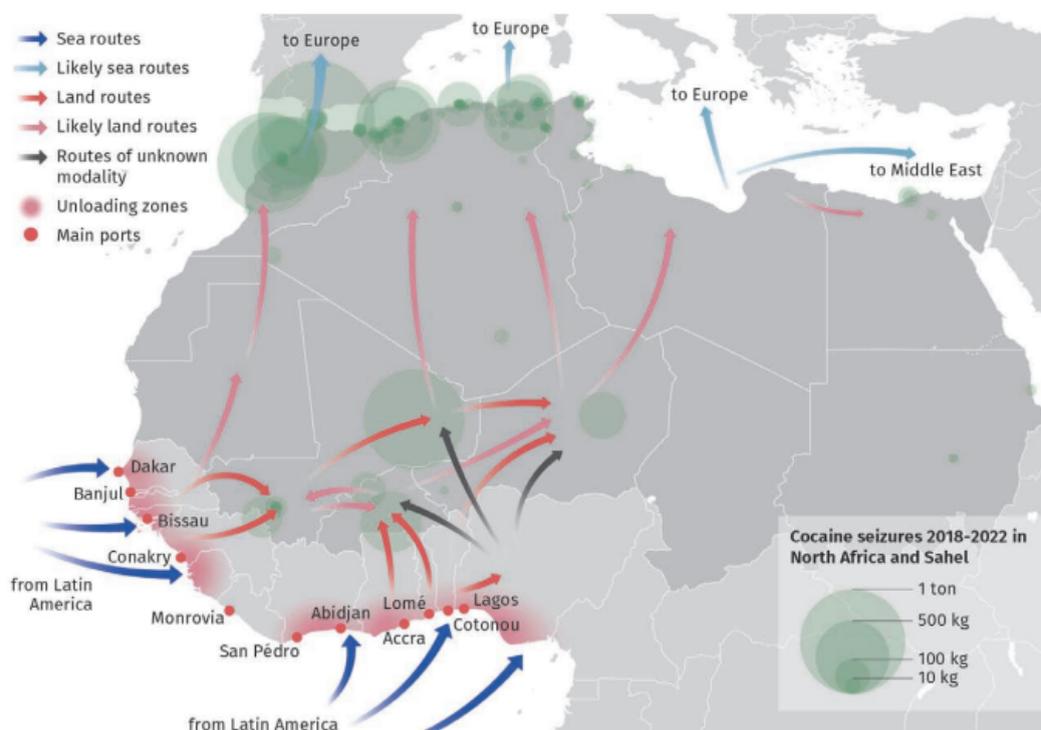
Senegal e para a Mauritânia, transportadas por barcos de pesca para a Europa, ou da fronteira do Senegal para o Mali e depois para a Mauritânia.

Apesar do aumento das remessas recebidas no norte da África e do deslocamento das rotas, as apreensões mencionadas acima demonstram que as rotas terrestres através do Sahel continuam a ser utilizadas, incluindo em direção à Líbia, ainda que dependendo do período, em uma frequência menor (UNODC, 2023a).

Diante disso, quando a droga chega até a África Ocidental, a rede rodoviária é de extrema importância para levá-las até os mercados finais. Nesse processo, duas rotas se destacam:

“A primeira é através do Mali (passando quer pela fronteira sul com o Senegal, Guiné-Conacri, Costa do Marfim e Burkina Faso, quer pela fronteira noroeste com a Mauritânia), antes de chegar ao norte do Níger e ao sul da Líbia, rumo aos mercados de destino. Na segunda rota, cada vez mais popular, que acompanha a costa, a cocaína é transferida de Guiné-Bissau através do Senegal para a Mauritânia, a partir de onde barcos de pesca são utilizados para levar a mercadoria para a Europa” (GITOC, 2021, p. 5).

Figura 7 - Rotas do tráfico de cocaína no Oeste e Norte da África



Fonte: UNODC, 2023a, p. 111

Ademais, um recente aumento nas apreensões no Benim vêm destacando a possibilidade de uma nova rota que parte do Brasil para o Benim através das Ilhas Canárias e daí para a Nigéria (UNODC, 2023a). O porto de Cotonou é um canal estratégico para o tráfico ilícito e principal porta de entrada para a droga que chega no Benim, estima-se que

entre 2020 e 2021 foram apreendidas mais de 700 kg de cocaína, escondidos em recipientes de cajú e de açúcar (GI-TOC, 2022). Outros países com consideráveis aumentos nas apreensões foram Costa do Marfim e Gana. Gana já é considerada um país de trânsito para a cocaína, onde a droga geralmente chega por contêineres, barcos de pesca e outras embarcações, com o tráfico para o exterior ocorrendo através de voos comerciais e empresas de serviços postais, cujos principais destinos são Europa (Reino Unido e países baixos) e em uma menor quantidade para a Ásia (principalmente a Tailândia) (UNODC, 2023a). Vale salientar que também ocorre tráfico por via terrestre da Nigéria para Gana, através das fronteiras com o Benin e Togo (UNODC, 2023a).

Além disso, evidências apontam que laboratórios clandestinos onde a cocaína era processada foram desmantelados recentemente no Senegal, na Costa do Marfim e no Níger, realçando que a região já não é mais somente uma simples região de armazenamento e trânsito, mas uma área onde a cocaína está sendo processada para reembalagem e transformação (UNODC, 2023a).

Por fim, como já evidenciado, os portos e aeroportos da costa ocidental africana são de extrema importância para a entrada da cocaína na região. Isso ocorre em grande parte, além de serem as portas de entrada de cada país, por serem áreas localizadas tipicamente longe de conflitos e violência (GI-TOC, 2022). Nestes locais existe um envolvimento entre agentes criminosos e agentes estatais emaranhados por um processo de relação crime-Estado. Nesse sentido, o próximo capítulo se dedicará a analisar com afinco os elementos que compõem a rota do tráfico de cocaína entre Brasil e África Ocidental, desvendando os atores por trás desse processo.

### **3. UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A ROTA DO TRÁFICO DE COCAÍNA ENTRE BRASIL E ÁFRICA OCIDENTAL**

Para compreender de maneira mais clara a ligação criminosa entre Brasil e África Ocidental é preciso entender de onde vem a relação criminosa entre as duas regiões, perpassar pelas organizações criminosas brasileiras e de que modo elas conseguiram expandir para além das fronteiras, garantindo que suas atividades floresçam e impactem em outros territórios. Neste capítulo será destacado como o sistema de governança do PCC permitiu a cooperação com organizações criminosas consideradas rivais e expandiu sua atuação para além da América Latina, assim como identificar as variáveis determinantes da governação criminosa nos países ocidentais da África que permitiram criar um ponto de trânsito em expansão. A ideia central é traçar um paralelo entre a expansão das organizações criminosas brasileiras, especialmente o PCC, e o lugar que a África Ocidental ocupa no comércio internacional de cocaína.

#### **3.1. RELAÇÃO ENTRE TRAFICANTES DA AMÉRICA LATINA E DA ÁFRICA OCIDENTAL**

Estudos afirmam que o primeiro contato significativo entre organizações criminosas latino-americanas e da África Ocidental ocorreu por volta do início dos anos 2000 (Sampó, 2019). Importantes organizações criminosas da América Latina começaram a mandar alguns de seus membros para a África Ocidental para abrirem empresas com o intuito de obter documentos e iniciarem a criação de redes locais ilegais e empresas de fachada (Brown; 2013; Ellis, 2009). Quando estão instalados, eles buscam fazer parcerias com grupos criminosos locais, principalmente os nigerianos, pela experiência em contrabando, tráfico, operações bancárias e outros serviços (Brown, 2013). As organizações de ambas as regiões têm encontrado um ponto médio que permite com que elas trabalhem em conjunto e mantenham um negócio rentável a baixo custo, relação que foi se aprimorando ao longo dos anos (Sampó, 2019).

Estima-se que desde 2005, as organizações africanas trabalham lado a lado com as latino-americanas, que se aproveitam das rotas de trânsito mais “seguras” e do suporte logístico dos criminosos na África Ocidental para seguir viagem rumo à Europa a partir de pelo menos duas sub regiões: “uma centrada na Guiné-Bissau e na Guiné, no Golfo Ocidental da Guiné, e a outra centrada na Baía de Benim, incluindo Gana, Togo, Benim e Nigéria (Brown, 2013, p. 16; Sampó, 2019). Em 2007, autoridades internacionais estimaram que 80%

da droga que chegava à África Ocidental, proveniente das Américas, vinha por meio marítimo e os outros 20% por via aérea (Brown 2013).

O grau e a natureza com o qual o crime organizado latino-americano depende da parceria com as organizações criminosas da África Ocidental depende muito da aplicação da lei de cada país (Brown, 2013). Em países como a Guiné-Bissau, na maioria das vezes, os traficantes apenas subornam os militares e operam seus negócios sem empecilhos (Brown, 2013). O fluxo de cocaína para a Guiné-Bissau se expandiu no rescaldo do golpe militar de 2003, e as eleições que se seguiram, em 2005, foram facilitadas pela presença de traficantes colombianos e venezuelanos e pelo envolvimento de empresários locais com o crime organizado (UNODC, 2023a). Desde o golpe de estado na Guiné, em 2008, existem relatos de que traficantes latino-americanos de cocaína se deslocaram para Conacri, local onde alguns familiares do falecido presidente Lansana Conté têm um interesse estabelecido no comércio de cocaína (Ellis, 2009).

Em outros países como Gana, que tem as instituições estatais com um pouco mais de força e uma tradição democrática emergente, os grupos latino-americanos já dependem mais dos parceiros locais e atuam mais escondidos das autoridades locais (Brown, 2013). De toda forma, existem provas de que o dinheiro das drogas está financiando campanhas políticas e afetando as relações políticas em vários países da África Ocidental (Ellis, 2009).

Essa interação entre os criminosos de ambas as regiões é movida por fator geográfico, enquanto a América Latina é a maior produtora de cocaína, ela é ao mesmo tempo a região que se encontra do lado da África Ocidental (Sampó, 2019). Além disso, deve mencionar-se que em ambos os continentes é possível perceber a presença forte da corrupção e de instituições estatais mais frágeis (Sampó, 2019).

No que diz respeito à América Latina, a Colômbia começou a usar a rota da África, dentre outras razões, para competir com os cartéis mexicanos que monopolizaram o tráfico de drogas para o norte (Sampó, 2019). No Brasil, a proeminência do PCC como um ator criminoso transnacional, inseriu o país como um dos grandes pontos de exportação de cocaína, principalmente vinda do Peru e da Bolívia (Sampó, 2019).

Nesse fluxo das drogas, se nota a cooperação entre organizações criminosas de partes distintas do mundo: latino-americanas, africanas, europeias e asiáticas (Sampó, 2019). Nesse sentido, como exposto por Sampó (2019, p. 192), “ os primeiros latino-americanos em incursão da rota foram os Zetas, os cartéis de Sinaloa e Jalisco Nova geração, com ajuda da máfia italiana ‘NDrangheta, que fica encarregada de fazer a droga chegar até seu destino final, a Europa”.

Para a relação se solidificar entre o Brasil e a África Ocidental, uma figura foi determinante nesse processo: o PCC. Seu projeto de expansão o transformou numa poderosa organização criminosa com escopo de atuação para além da América do Sul, o conectando com criminosos de diferentes partes do mundo, principalmente no que diz respeito ao tráfico de cocaína.

### 3.2. O PONTO DE PARTIDA: A EXPANSÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

Existe uma literatura considerável sobre as condições e o surgimento do PCC (Biondi, 2009; Dias, 2009; Dias, 2011; Biondi, 2018; Feltran, 2018; Manso; Dias, 2018; Ferreira, 2019), mas de maneira breve o Primeiro Comando da Capital (conhecido também como PCC, Partido, Comando ou 1533<sup>9</sup>), formado por volta de 1993, no anexo da Casa de Custódia de Taubaté, em São Paulo, cerca de um ano após o tão conhecido e fatal massacre do Carandiru, surgiu embasado em um discurso contra a opressão estatal e as más condições no sistema prisional sob palavras de ordem como *paz, justiça e liberdade*.

Naquele ano a administração da casa de Taubaté permitiu a realização de um campeonato de futebol. Dois times foram formados, o Comando da Capital, composto por presos da cidade de São Paulo, e o Comando Caipira, com membros do interior paulista (Ferreira; Framento, 2020). O que se sucedeu foi um desentendimento que terminou com Geleirão, um dos membros fundadores do PCC e primeiro líder da organização, arrancando o pescoço de um dos adversários. Com medo de represália, os oito membros do Comando da Capital selam um pacto e criam um código de proteção (Ferreira; Framento, 2020).

O grupo de início levantava bandeiras contra as políticas de agressão dentro dos presídios, as arbitrariedades cometidas por agentes penitenciários e ao regime severo imposto pela Casa, popularmente conhecida pelos detentos como Masmorra (Bigoli; Bezerra, 2014; Gonçalves, 2020). Misael, um dos fundadores, faz o estatuto do Partido, inspirado na ideologia de grupos de esquerda dos anos de 1960 e 1970 e nos mandamentos bíblicos do cristianismo (Ferreira; Framento, 2020). Algumas das principais regras que faziam parte da organização desde seu engendramento são: lealdade, respeito, solidariedade; luta contra a opressão nas prisões; jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais; proibição de assalto, estupro e extorsão contra membros do grupo e nos locais que o grupo atua (Bigoli; Bezerra, 2014; Ferreira; Framento, 2020).

---

<sup>9</sup> Números referentes às iniciais da organização na ordem do alfabeto (Feltran, 2018).

A estrutura do grupo de início segue um modelo piramidal sob o controle de três presos: Geleirão (José Márcio Felício dos Santos), Cesinha (César Augusto Roriz) e Bandeirão (José Eduardo Moura da Silva). O primeiro foco do grupo foi na estruturação financeira por meio de assaltos milionários, principalmente à bancos e o envolvimento desde cedo com o tráfico de drogas, e no seu fortalecimento por meio de demonstrações de poder, muitas vezes com uso extensivo de violência organizada como tribunais paralelos, torturas e assassinatos seletivos (Ferreira; Framento, 2020).

Surge aqui um ANEV com o objetivo de desafiar as instituições formais, no caso, o Estado, tal como é colocado pela literatura (Ferreira; Framento, 2020). A partir de então, o que se verá adiante é um fortalecimento cada vez maior do grupo que ganha poder social com fortes capacidades coercitivas e de expansão, se tornando atualmente uma das maiores organizações criminosas da América Latina (Ferreira; Framento, 2020).

Em 2002, Marcos Willians Herbas Camacho, vulgo Marcola, assume a liderança do PCC, levando a organização criminosa a um novo patamar. A ascensão de Marcola marcou a democratização do grupo e reconfigurou sua estrutura (Gonçalves, 2020). Além da adição do lema de igualdade<sup>10</sup> à bandeira do grupo, adotou-se uma estrutura celular, na qual as decisões eram tomadas por uma cúpula, assim o PCC sai de um modelo hierárquico para uma gestão em *network* (Feltran, 2018; Gonçalves, 2020) ou como identificado por Lessing (2020) uma estrutura racional burocrática.

O PCC se organiza em células, as *sintonias* que atuam nas prisões e nos bairros pobres de diversas cidades brasileiras. A instância máxima do PCC é a *Sintonia Geral Final (SGF)*, formada por um seletivo grupo de presos, e de onde partem as decisões estratégicas. Apesar de ter um órgão máximo, a relação entre as sintonias é mais de colegialidade e união.

O tipo de estrutura “descentralizada, despessoalizada, autônoma e garantida pelo compartilhamento de ideias comuns tornam o PCC um ANEV singular” (Gonçalves, 2020, p. 69). O sistema de gestão do PCC lembra muito mais uma irmandade ou sociedade secreta, cada membro é considerado um *irmão* que em conjunto com o outro trabalham pelo progresso da facção. As posições de poder e autoridade não dizem respeito às pessoas que as ocupam: “a autoridade é da própria posição, portanto da irmandade” (Feltran, 2018, p. 33). Sintetizando, “as pessoas podem até morrer, mas o Comando fica” (Feltran, 2018, p. 40).

---

<sup>10</sup> A que igualdade a qual interessa ao PCC é no sentido existencial, entre a irmandade e suas famílias, sua comunidade. Igualdade para os amigos, guerra para os inimigos (Feltran, 2018).

Para se consolidar como uma organização criminosa relevante, o PCC, desde sua criação adotou estratégias para tal, como demonstrações de força, coercitividade e diplomacia. Esta última é aqui tratada como fundamental na construção da dimensão do poder do grupo. Eles exerciam negociações com funcionários das penitenciárias para controlar os presos e obter melhores condições nas prisões (GI-TOC, 2023). No seu primeiro estatuto existe a menção de coligação com o Comando Vermelho (CV), a ideia era de que ao invés de se auto destruírem, deveriam encontrar formas de se organizarem e conviverem juntos para maximizar os lucros, era a famosa máxima, *o crime fortalece o crime*, sendo posta em prática. A aliança não chegou de fato a acontecer, mas serviu para uma cooperação comercial e de proteção e convivência entre os integrantes dos grupos (Manso; Dias, 2018).

O crescimento do PCC ocorreu primeiro nas prisões pelo estado de São Paulo. O discurso combativo contra o sistema e as medidas coercitivas eram suficientes para envolver os presos. Para qualquer problema prático dos presos ou qualquer *fita* errada, o PCC tinha uma maneira de tentar resolvê-los, com o uso da força sendo a última opção (Feltran, 2018). Nesse sentido, o Partido do Crime cria um sistema *ad hoc* de governança, se colocando como autoridade máxima, responsável por aplicar punições, evitando a propagação da desordem, substituindo o papel do Estado e solapando sua autoridade (Ferreira; Framento, 2020). Ali, nas prisões paulistas, foi o primeiro lugar onde o PCC pôs em prática o seu estatuto, mas era só o início da formação de um império do crime.

Por volta dos anos 2000, o PCC amplia suas atividades para além da prisão. O primeiro foco foram áreas de periferias sem o devido controle e assistência dos órgãos estatais. O monopólio, num primeiro momento, é estabelecido pelo uso da força e da gama de regras que funcionavam dentro do sistema carcerário, uma delas, os *debates*. Os debates reuniam membros da organização para resolver litígios da população. Como afirma Ferreira e Framento:

Essas cortes reúnem membros da organização a fim de prover à vítima uma resposta e dar à população um mecanismo ad hoc de justiça. Nos “debates”, há a atuação da defesa, acusação, família da vítima, testemunhas e dos juizes, muitos deles de alto escalão, que estão presos e por isso participam por meio de telefone. E na maioria dos casos, só os membros do PCC podem executar a pena, que tende a ser gradativa conforme o problema julgado (2020, p. 79).

No meio do movimento de expansão do PCC, uma atividade é fundamental e ganha destaque na estratégia da organização: o tráfico de drogas. O mercado de drogas brasileiro desde os anos 1980 se dividia em dois grandes grupos: os atacadistas, que negociavam a droga nas fronteiras para trazê-la do Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia, distribuir pelo Brasil

ou vender no exterior; e os varejistas, que traficavam a droga pelas ruas e abriam espaço para conflitos e disputas por pontos de vendas (Manso; Dias, 2018). O contato do PCC com Fernandinho Beira-Mar, líder do Comando Vermelho e primeiro empresário do varejo das drogas a perceber a importância das fronteiras e da parceria com produtores sem precisar de intermediários, foi essencial para o ingresso do Partido do Crime no comércio atacadista e na nova forma de distribuir drogas pelo Brasil (Manso; Dias, 2018). Nesse momento, o tráfico foi inserido no Estatuto do grupo como uma fonte de recursos e atividade meio para a realização dos objetivos da facção, assim, era preciso seguir firme no plano de expansão (Manso; Dias, 2018; Gonçalves, 2020). O objetivo de nacionalização do PCC se distancia do cunho revolucionário proposto por Misael nos seus primórdios e caminha agora para um projeto de cunho econômico, mas ainda dotado de viés ideológico (Manso; Dias, 2018).

Depois de consolidado no estado de São Paulo, era hora de abrir caminho pelo Brasil. A atuação em outros estados foi facilitada pela transferência dos principais membros do grupo para prisões longe de seu estado de origem, buscando enfraquecer sua liderança, mas aconteceu o inverso, o contato com outras facções permitiu a abertura de novas alianças (Ferreira; Framento, 2020). O PCC buscou adentrar principalmente dois estados significativos para a operacionalização do tráfico de drogas: o Mato Grosso do Sul (MS) e o Paraná (PR) - portas de ingresso para a droga no Brasil (Manso; Dias, 2018). A presença do PCC nesses estados se deu em cidades estratégicas que garantiram ao grupo acesso a centros de produção e distribuição de drogas, colocando-o como principal distribuidor para quase todas as regiões do país (Manso; Dias, 2008).

A influência nestes estados impulsionou o crescimento do PCC pelo Brasil. A nacionalização do PCC foi complexa e trata-se de diferentes processos com lógicas e dinâmicas próprias (Manso; Dias, 2018). Vale salientar que seguindo o seu discurso de que *o crime fortalece o crime*, o PCC adentrava outros territórios num primeiro momento por vias diplomáticas, tentando utilizar a mesma política que funcionou para São Paulo, mas nem sempre funcionava e o que se assistia era um derramamento de sangue entre facções pelo domínio de territórios. A partir disso, a organização ambicionou um projeto maior que contava com a expansão para fora do Brasil.

Nesse sentido, Bolívia e Paraguai são determinantes para o início da atuação internacional do PCC. A Bolívia é um país que não tem saída para o mar e a demanda de escoamento da remessa de drogas para fora do país era cada vez maior (Campos, 2020). Além disso, ali não existia a predominância de um grande ator ditando a produção local, logo,

a disputa pelo mercado estava aberta, situação perfeita para a infiltração do PCC (Christino; Tognolli, 2017; Campos, 2020).

A Bolívia até a década de 1970 sobrevivia da extração mineral, mas a atividade foi trocada pela plantação da folha de coca, o que serviu de base para a expansão política dos cocaleiros na Bolívia (Christino; Tognolli, 2017). À medida que a produção da coca boliviana aumentava, crescia o comércio do produto com os Estados Unidos. Os produtores da coca fortaleceram sua atividade sindical e política depois de ações do governo estadunidense para barrar o comércio da cocaína com o país, o que resultou na criação da *Confederación de Cocaleros del Trópico de Cochabamba* (Christino; Tognolli, 2017). A chegada de Evo Morales, líder da confederação, na presidência da Bolívia consagrou a atividade dos cocaleiros, colocando a Bolívia como um país no qual o plantio da coca faz parte da sua vida política, institucional e econômica, abrindo caminhos para o crescimento da produção e distribuição da droga, fazendo do Brasil um *player* determinante nesse processo (Campos, 2020; Christino; Tognolli, 2017).

O Brasil entra no radar dos traficantes bolivianos como um local para escoamento de sua produção, facilitada pelos planos de expansão do PCC. Marcola, líder do Partido, é filho de boliviano e de uma família perto da região de Chapare, local de plantação da coca. Assim, a Bolívia passaria a ter para onde escoar sua produção e o PCC incrementaria seu escopo de fornecedores, recebendo parte da carga como pagamento (Christino; Tognolli, 2017). Era um acordo onde os dois saíam ganhando, a droga boliviana chegaria aos portos brasileiros através do PCC, enquanto este garantiria exclusividade de mercado com os bolivianos.

A droga vinda da Bolívia se espalharia de maneira rápida e eficiente pelo território brasileiro, utilizando o Paraguai como um canal de ligação entre os dois países. A ideia era através do Mato Grosso do Sul explorar a região da fronteira estabelecendo vínculos em direção à Assunção e La Paz em uma rota que se iniciaria no Paraguai e na Bolívia, passando pelo Centro-Oeste até a estrutura rodoviária do estado de São Paulo com o objetivo de chegar em dois dos mais importantes portos comerciais do Brasil: Santos e Paranaguá (Campos, 2020).

A infiltração na Bolívia aconteceu através da cidade de Corumbá (MS). O PCC chega na cidade em 2006 por meio da transferência de dois ex-detentos incumbidos da missão de difundirem os valores da organização pela região (Campos, 2020). Utilizando a estratégia das rebeliões, conforme ocorreu em São Paulo, a fuga de presos ligou a cena criminal dos presídios com a rua. A rebelião ajudou no estabelecimento dos valores da facção entre os detentos e permitiu o contato do PCC com a ala dos presos estrangeiros que conheciam as

vias dos produtos ilegais que interligam Corumbá à Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia (Campos, 2020).

De maneira análoga, a transferência e a prisão de detentos foragidos na Bolívia levou a inserção dos valores do PCC ao presídio de Carceleta Bahia, em Puerto Suárez (Campos, 2020). Assim, a facção ia espalhando o *proceder* do crime pelas cadeias bolivianas e recebendo o aceite dos presos, indicando o “transbordamento da dinâmica criminal para as ruas e para a fronteira por intermédio das cadeias” (Campos, 2020, p. 108). Desse modo, o PCC havia se estabelecido na Bolívia.

O projeto de internacionalização do PCC seguia seu plano de controlar todas as etapas do comércio da droga, visando lucros maiores. Com a relação entre Brasil e Bolívia estabelecida era hora de pensar como seria feito o transporte dessa droga pela fronteira. O melhor lugar para isso era o Paraguai.

Pelo menos desde 2010, o PCC começou a planejar a ampliação da sua presença no Paraguai - que além de maior produtor de maconha do mundo, fazia parte da rota da cocaína proveniente dos países andinos (Manso; Dias, 2018). Assim como no âmbito nacional, o PCC conseguiu adentrar o território paraguaio enviando integrantes da organização, considerados de extrema confiança e escolhidos a dedo pela cúpula do Partido, para o gerenciamento pessoal dos negócios. Era preciso ter talento para a conversa, saber a importância de negociar e sobretudo ter o sentimento do Partido internalizado. Nesse sentido, o PCC mais uma vez opta pelo caminho do convencimento, da negociação e da diplomacia, “o propósito é montar nossa base, mas sem aplicar pânico, terror e intimidar, sem nada disso somente com o nosso respeito e nossa ideologia” (Manso; Dias, 2018, p. 55).

Alguns nomes se destacam no projeto de expansão do PCC. Corcel, até então tesoureiro do PCC, estabeleceu contatos com fornecedores de cocaína e armas na Bolívia por volta de 2008. Numa dessas negociações ele conheceu o paraguaio “Capilo” (Antonio Carlos Caballero), que entre 2008 e 2011 foi um dos principais fornecedores de maconha, cocaína e armas para a facção, mas mais do que isso foi um dos primeiros estrangeiros a ser batizado e se tornar *irmão* do PCC, tornando-se um braço do Partido na relação com traficantes bolivianos e paraguaios (Manso; Dias, 2018). Ele passou a ser o representante das atividades exercidas pela Sintonia do Paraguai, passando a se apresentar como “Embaixador do PCC” e mesmo depois de preso continuou os trabalhos para a facção (Manso; Dias, 2018).

Entretanto, por volta de 2010 a relação entre o PCC e Capilo começou a estremecer, primeiro porque o paraguaio não era visto como alguém que possuía os mesmos valores que moldaram o grupo, a relação entre ambos era comercial e não envolvia aspectos ideológicos,

e segundo porque as lideranças paulistas obtiveram informações de que ele estaria extorquindo lucros do PCC (Manso; Dias, 2018). A saída foi continuar a expansão por meio de membros que fossem comprometidos com a ideologia do Partido. Nesse processo, nomes como o de “Teia”, “Magrelo” e “Tiquinho” foram essenciais para o PCC estabelecer uma base de atuação no Paraguai sem conflitos com outros traficantes da região (Manso; Dias, 2018; Campos, 2020)

A expansão para o Paraguai intensificou-se em 2014 através de Pedro Juan Caballero, cidade gêmea de Ponta Porã (MS) e considerada um local ideal para o mercado ilegal transfronteiriço, mas lá os integrantes da facção bateram de frente com figuras poderosas que já dominavam a fronteira. Nesse período, houve a morte de membros do PCC na cidade paraguaia, atribuídas à Jorge Rafaat, mais conhecido como “Rei da Fronteira”, um narcotraficante que utilizava diversos empreendimentos para servir de fachada para o seu lucrativo mercado de drogas e contrabando (Campos, 2020). Rafaat controlava a atividade política e econômica da região, além dos assaltos e crimes que aconteciam por ali. Era ele quem ditava as regras da fronteira, logo, a presença dos paulistas começou a incomodar.

O que se viu em seguida foi um crescimento dos homicídios na região e uma perseguição dos homens de Rafaat contra os membros do PCC. A resposta da facção não tardaria, pois como mencionado, a primeira estratégia do PCC é o convencimento e a diplomacia, mas quando não há espaço para isso, resta a guerra (Manso; Dias, 2018). Foi assim que depois dos conflitos e mortes que se seguiram, em 2016, Jorge Rafaat foi executado nas ruas de Pedro Juan Caballero em um ataque que contou com pelo menos quatro carros e cinquenta pessoas (Manso; Dias, 2018). Essa foi uma das últimas ações conjuntas entre PCC e CV - ambas as facções atuavam lado a lado no crime, com autonomia, mas em auxílio mútuo desde a fundação do PCC até agosto de 2016 (Manso; Dias, 2018). Com esse episódio o PCC consolida seu poder no Paraguai e passa a controlar uma das principais rotas do tráfico de drogas sul-americano (Feltran, 2018; Gonçalves, 2020). O NarcoSul se tornava realidade.

O mercado da cocaína é um dos mais lucrativos do mundo, ela movimenta milhões e nas atividades que envolvem tanto dinheiro assim sempre tem gente disposta a matar e a morrer por ele (Da Capital, 2019). O Paraguai e a Bolívia eram só o início de uma conquista que ainda não teve fim. A partir daí o PCC percebeu que o mercado de exportação de drogas poderia gerar ainda mais lucro para a facção. Era o início da expansão do PCC como um grande distribuidor de cocaína para além das Américas e o início do seu controle sobre o Porto de Santos.

Em 2014, na operação Oversea da Polícia Federal um dos principais nomes do PCC na logística do tráfico internacional, André do Rap teve seu *modus operandi* revelado. Na época ele coordenava o tráfico internacional e ajudou a fundar com Fuminho e Cabelo Duro, outros dois integrantes do PCC, a *Sintonia do Tomate*, setor responsável pelo tráfico internacional da facção. Hoje ele é o nome do tráfico internacional da facção e um dos bandidos mais procurados do planeta.

O Porto de Santos é o maior do hemisfério do Sul e tem um papel primordial na logística de transporte da cocaína através do Atlântico rumo à África Ocidental (GI-TOC, 2023). A localização do porto é estratégica, ligado por rodovias à maior metrópole do país, controlada pelo PCC. A maior parte da cocaína traficada através do Porto de Santos está escondida dentro de produtos legais, especialmente remessas de açúcar, café e sabão em pó (GI-TOC, 2023).

Até aqui a estratégia de Marcola, lucrar em silêncio, vinha dando certo, mas a facção queria mais. Um destino para exportar cocaína já estava em mente: a Europa. A expansão do PCC para os países vizinhos e o domínio dos centros de transporte no Brasil o colocaram como um parceiro em potencial de organizações criminosas estrangeiras, dentre elas a poderosa máfia italiana ‘Ndrangheta, apontada como a principal organização criminosa do mundo pela polícia europeia. Relatórios da polícia europeia indicam que a máfia atua no Brasil pelo menos desde a década de 1980, coordenando o envio de drogas de São Paulo para a Europa (Neves; Betancur, 2019).

O canal com o PCC vem desempenhando um papel central na expansão de ambos os grupos, cada um controlando um lado do fluxo de cocaína, sem pôr em risco o negócio do outro. A prisão em 2019 de Nicola<sup>11</sup> e Patrick Assis, figuras importantes da máfia em São Paulo fornece mais evidências sobre o relacionamento próximo dos grupos (Neves; Betancur, 2019; GI-TOC, 2023). Além disso, uma investigação policial recolheu indícios de que entre 2016 e 2017, Domenico Pelle, chefe do clã Pelle da ‘Ndrangheta, veio ao Brasil pelo menos duas vezes e teria se encontrado com “Fuminho” (Gilberto Aparecido dos Santos), braço direito de Marcola, que naquele momento figurava como um dos criminosos mais procurados do Brasil (Neves; Betancur, 2019).

Fuminho é um dos personagens centrais para entender o movimento de expansão do PCC. Apesar de nunca ter feito o *batismo*, ele se tornou um dos maiores fornecedores de drogas para o PCC, construindo um canal estável de fornecimento de cocaína. Para muitos,

---

<sup>11</sup> Principal contato da ‘Ndrangheta na América do Sul naquele momento. Ele trabalhou com o PCC no contrabando de cocaína para a Europa (Neves; Betancur, 2019)

Fuminho é apontado como um dos homens de confiança de Marcola (Cruz, 2020). Ele esteve presente em mortes que se tornaram emblemáticas na história do PCC como o assassinato de Gegê do Mangue, apontado como um dos líderes da facção e um dos responsáveis pelo setor do tráfico internacional, sua missão era expandir a produção da cocaína para a Europa, e Paca, integrante da facção. Fuminho foi preso no ano de 2020, em Maputo, Moçambique, onde parece que vinha operando há muitos anos numa tentativa de expandir o negócio da droga (Cruz, 2020). Sua prisão foi resultado de uma ampla operação entre o Itamaraty, a DEA (Drug Enforcement Administration), do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o Departamento de Moçambique (Cruz, 2020).

Apesar da prisão de Fuminho não interferir no abastecimento de cocaína para o PCC e no sua expansão internacional, as informações advindas dela são uma evidência de que o traficante teria trabalhado com a máfia italiana para transportar cocaína para a Europa, além de que Fuminho foi preso ao lado de dois cidadãos nigerianos, o que reforça a ideia de parceria entre o PCC e as redes de tráfico nigerianas

Em reportagem da Metrópole sobre os 30 anos do PCC<sup>12</sup>, a investigação mostra que a facção já atua em 23 países além do Brasil e movimenta cerca de 5 bilhões de reais por ano. De acordo com o jornalista Allan de Abreu, o PCC é o primeiro cartel do tráfico do Brasil, é a primeira organização criminosa brasileira que domina toda a cadeia da cocaína, do plantio da coca nos países vizinhos à exportação (Da Capital, 2019). O PCC conquistou o posto de principal fornecedor de cocaína para a Europa, e a cooperação com a máfia italiana parece sustentar a participação brasileira no mercado de cocaína europeu. A parceria facilitou a logística e reduziu os riscos aos criminosos.

O PCC virou um cartel e o mundo do crime no Brasil nunca mais foi o mesmo. A facção é considerada o ator mais poderoso no mercado interno de cocaína e o mais proeminente fornecedor movendo-se pela África Ocidental (GI-TOC, 2023). A sua influência internacional teve um maior reconhecimento no ano de 2021 quando foi incluído pelo Tesouro dos EUA nas suas sanções globais ao regime de droga - a primeira designação de uma rede criminosa brasileira pelos Estados Unidos (GI-TOC, 2023). Compreender o PCC é então fundamental para estabelecer o lugar que a África Ocidental ocupa no comércio internacional de cocaína.

---

<sup>12</sup>30 anos do PCC: como a facção virou uma multinacional de 5 bilhões. Metrópoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/30-anos-do-pcc-como-facao-irou-uma-multinacional-de-r-5-bilhoes> Acesso em 30 set 2023.

De fato, conforme o analisado até aqui, a crescente proeminência do PCC nas cadeias de abastecimento ilícitas e a sua prática de obter alianças entre redes criminosas do mundo todo tem produzido uma eficiência econômica muito maior (GI-TOC, 2023). O modelo do PCC de priorizar primeiro sempre a diplomacia favorece seus negócios e a expansão silenciosa pelos mercados. A busca por cooperação, ao invés do conflito, com outros grupos criminosos, e em alguma medida com o próprio Estado diminuiu significativamente os custos operacionais (GI-TOC, 2023).

Desse modo, o sistema de governança do PCC, que teve início nas prisões de São Paulo, se sofisticou de tal forma que a organização atingiu um nível de expansão que nunca seria acreditado há 30 anos atrás. O modo de organização do PCC alterou a estrutura do crime no Brasil, ele se aproveitou das lacunas estatais existentes no sistema prisional e nas periferias e desenvolveu um sistema paralelo de governança. Aqui se observa um bom exemplo de como a governança criminal se relaciona com o Estado. As ações estatais, ou a falta delas, foram a base para o surgimento e a consolidação da facção pelo Brasil, porém, essa não é a única relação entre ambos. Para o PCC crescer como um ANEV e hoje atuar internacionalmente, muita corrupção permeou os atores estatais. Atuando na interface da legalidade e ilegalidade, a organização criminosa precisou da conivência de muito agente público para operar com mais tranquilidade, chegando a infiltrar membros nas repartições públicas.

Se o PCC domina a exportação de cocaína para fora do Brasil e a droga que chega nos países da África Ocidental tem como principal ponto de origem o Brasil, existe uma relação clara entre o processo de expansão do PCC e a cocaína que inunda a costa ocidental da África.

### 3.3. A LOGÍSTICA DA COCAÍNA

A dinâmica do tráfico de cocaína entre a América Latina e a África Ocidental ainda não foi totalmente desvendada. A relação é complexa e envolve uma série de atores, especialmente nos países da África. Porém, para um melhor entendimento da dinâmica dos fluxos, serão apresentados quatro grupos principais envolvidos neste trajeto e que vem tirando proveito das condições oferecidas pelos países da África Ocidental. São eles: os traficantes brasileiros, sob o comando do PCC, que fazem a ponte entre as áreas de produção de cocaína e os pontos de trânsito; as redes africanas do tráfico, especialmente aquelas sob o comando de nigerianos, que operam como intermediários entre os latino-americanos e as estruturas locais de produção; as organizações criminosas europeias, principalmente a

‘NDrangheta, que muitas vezes recebem a droga na África e fazem o transporte até o destino final na Europa; e a elite político-militar que fornece proteção aos outros grupos assegurando que as transações não sejam perturbadas.

Figura 8 - Atores envolvidos no tráfico de cocaína do Brasil para a África Ocidental



Fonte: elaboração própria

A ligação entre PCC e ‘NDrangheta tornou-se um interveniente central na alimentação do mercado de cocaína da África, Europa e Ásia. O relatório *Atlantic Connections: The PCC and the Brazil West Africa Cocaine Trade* identifica que a ‘NDrangheta opera na África Ocidental por dois mecanismos principais: através da presença estabelecida de elementos da máfia em certos países da região e através de corretores de confiança que se estabeleceram em visitas de membros da família do clã ‘NDrangheta. Evidências da Operação Conexão Spaghetti, feita em 2018 pela polícia italiana apontam que a Costa do Marfim é como uma fortaleza para a máfia, servindo tanto como ponto de trânsito para a cocaína como para um centro de lavagem de dinheiro (GI-TOC, 2023).

No intermédio desta ligação, o papel das redes de tráfico nigerianas são fundamentais para a operacionalização do tráfico de drogas na África Ocidental. Elas operam a partir de São Paulo como parceiras de alguns empresários brasileiros relacionados ao PCC e outras redes criminosas.

Como na maioria das vezes o destino final é a Europa, as organizações criminosas europeias contratam as facções brasileiras para embarcar as toneladas de cocaína. São elas

que determinam como vai ser a operação: recebem as opções de rotas e informam como conseguem fazer a retirada (Carone; Pinheiro, 2023).

Já é evidente que o PCC é a única organização criminosa brasileira que consegue exportar cocaína, entretanto, a Polícia Federal reuniu provas que afirmam que a facção armou uma parceria inédita com o Comando Vermelho, seu rival declarado, para viabilizar a logística do envio da droga para fora do Brasil, utilizando a expertise de cada uma das facções em nome dos milhões de reais que o lucrativo comércio da cocaína oferece (Carone; Pinheiro; 2023). O PCC controla as atividades da fronteira para a droga entrar no Brasil, enquanto o CV “protege” o armazenamento da droga (Carone; Pinheiro, 2023).

O CV é a segunda maior organização criminosa brasileira e sua principal área de domínio é o Rio de Janeiro. Doca (Edgard Alves dos Santos), uma das lideranças da facção no Rio de Janeiro, tem contato com fornecedores de cocaína brasileiros e estrangeiros, e importadores, sendo fundamental para a logística do transporte e recepção das cargas de entorpecentes (Carone; Pinheiro). Outro traficante de relevância é Adson Jesuíno Cruz, que não integra o CV, mas terceiriza serviços para a facção, que em conjunto com Adriano Peçanha, membro do Comando, cuidam da logística do escoamento da droga pelos portos do Rio de Janeiro (Carone; Pinheiro, 2023).

O primeiro passo no caminho da droga é fazer ela entrar no Brasil. Ela sai principalmente da Bolívia e Peru e entra pelos estados de fronteira, como já apresentado anteriormente. Após vencer essa etapa, parte das drogas se dirige aos portos brasileiros para seguirem rumo à África por vias marítimas, o principal meio de envio.

A modalidade *rip-on/rip-off* é o tipo mais comum de transporte, ocorre quando a cocaína é inserida nos contêineres, sem o conhecimento dos exportadores e importadores, e se mistura com os produtos que serão exportados legalmente, como o café, o sabão em pó e algumas frutas. O içamento é outro meio para a droga ser transportada, ocorre quando barcos menores se aproximam de navios atracados nos portos e içam bolsas com a droga para dentro deles. Além desses, existe a barrigada, quando estivadores ou outros funcionários dos navios levam a droga presa ao seu corpo, a criação de uma empresa fachada para exportar produtos diversos, cujo objetivo é esconder as substâncias ilícitas, e os mergulhadores, “profissionais” contratados a peso de ouro pelo narcotráfico, que mergulham para acomodar a cocaína na caixa de mar<sup>13</sup> dos navios .

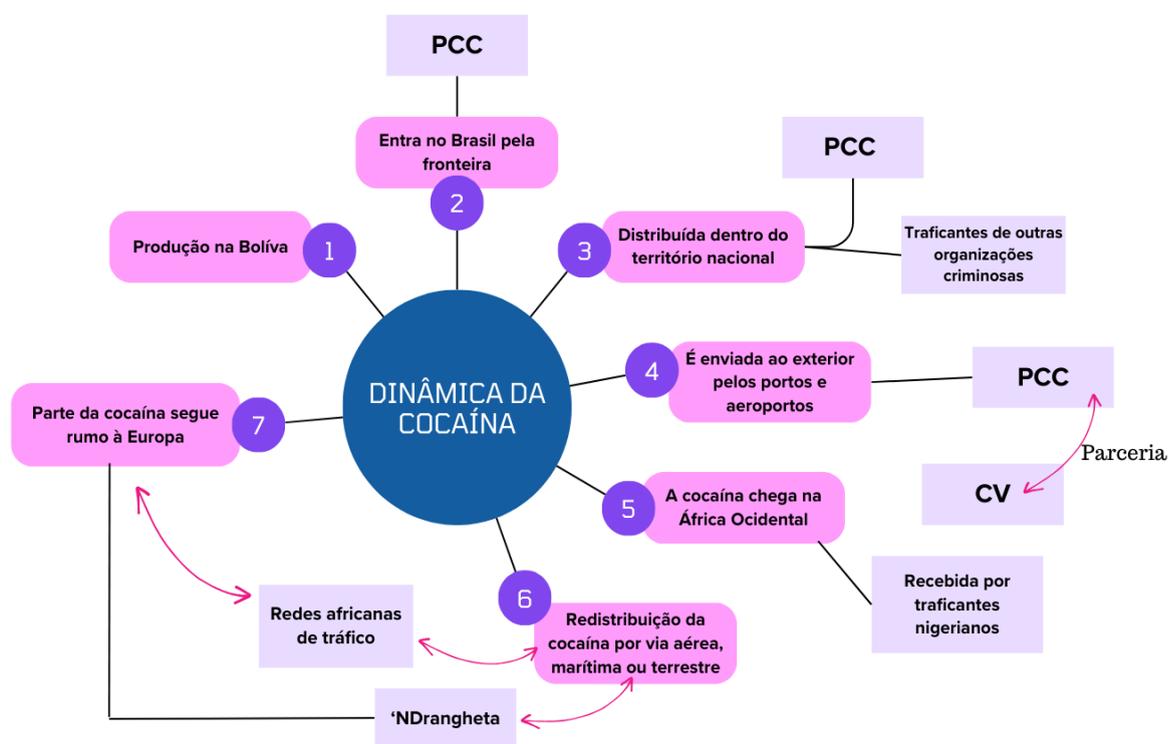
---

<sup>13</sup> Compartimento utilizado para extrair água do oceano e resfriar os motores e demais sistemas de uma embarcação (Carone; Pinheiro, 2023)

Nesses processos, os traficantes precisam ter acesso, por exemplo, ao mapa do navio, ao número do lacre do contêiner e aos horários e destinos das embarcações. Para isso, o esquema criminoso é construído com funcionários de empresas que atuam no porto, no terminal de logística, ex-funcionários e prestadores de serviço. O sucesso das operações depende de informações privilegiadas de quem age no sistema legal.

O esquema abaixo fornece um exemplo das etapas que a cocaína percorre até chegar no seu destino final.

Figura 9 - Dinâmica da cocaína



Fonte: elaboração própria

### 3.4. DINÂMICA DA GOVERNANÇA CRIMINAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

Foi principalmente desde 2007 que o tráfico de drogas na África Ocidental começou a chamar atenção. Em consequência, o consumo aumentou e o lucro das drogas comprometeram a integridade de governos e instituições. O tráfico tem se revelado um grande desestabilizador para a região. A combinação de fatores estruturais como a corrupção, a má governação, a impunidade entre as forças de segurança do Estado e a marginalização socioeconômica das comunidades em todas as faixas da região são pontos cruciais para sua contínua exploração e o desenvolvimento de atividades ilícitas (GI-TOC, 2022).

Os desafios de governação que tornaram a África Ocidental vulnerável à presença de redes globais de tráfico de drogas versam sobre as feridas e fragilidades históricas e contemporâneas na economia política e no tecido social (Olukoshi, 2013). Tais condições iniciais não só permitiram o inundamento da região pelo tráfico internacional de drogas como também são reforçadas pelo impacto da sua presença (Olukoshi, 2013). A governança na região parece estar além da capacidade e da vontade dos seus líderes. Os interesses advindos do lucrativo mercado da cocaína se incorporaram às estruturas internas de poder e às relações sociais (Olukoshi, 2013).

A construção da debilidade do Estado de direito na África tem raízes históricas e estruturais. A crise econômica no início da década de 1980, seguida pela imposição dos programas de estabilização deflacionária e de ajustamento estrutural do FMI e do Banco Mundial tiveram um poderoso impacto na subsistência (Olukoshi, 2013). As políticas e medidas de estabilização implementadas reduziram as oportunidades socioeconômicas, aumentaram o nível do desemprego e ruíram o investimento em atividades produtivas como a indústria e a agricultura (Olukoshi, 2013). Gerou-se um enfraquecimento das instituições públicas que aliado às condições estruturais proporcionaram um terreno fértil para a entrada de cartéis de drogas (Olukoshi, 2013).

Nesse sentido, o desenvolvimento desigual na era pós-colonial na sub-região, sustentado por uma massa de trabalhadores pobres que coexistiam com uma minoria rica, aliado à redução das oportunidades de mobilidade social rápida resultou na estagnação em massa das perspectivas de carreira para um número crescente de pessoas, especialmente da geração mais jovem (Olukoshi, 2013).

A gama de pessoas empregadas e subempregadas e os crescentes níveis de desigualdade social serviram para atraí-las, através de promessas de dinheiro “fácil” e rápido, para serem peões no jogo do tráfico de drogas. Eram recrutados facilitadores no governo, especialmente nos serviços de segurança, e os jovens, o grupo mais visado pelas organizações criminosas (Olukoshi, 2013). O tráfico começou a ser uma atividade importante e rentável, o jogo de poder das organizações criminosas começava a entrar em vigor. Aqui poderosos do governo e da sociedade forjaram alianças com os barões do tráfico como um meio de consolidar suas próprias posições (Olukoshi, 2013).

O processo de urbanização acelerada gerado pelo movimento de migração rural-urbano produziu bairros em áreas periféricas e sem assistência estatal que abriu espaço para a atividade criminosa. Nesse sentido, “a urbanização informal alimentou um processo

generalizado de economia informal, que mais tarde encontraria ramificações na política e na governação” (Olukoshi, 2013, p. 8).

Era esse o ambiente perfeito para organizações criminosas operarem e a economia ilícita prosperar, isso porque uma parcela considerável da população é dependente de meios de subsistência informais e em alguns casos, ilícitos (GI-TOC, 2022). É interessante notar que em alguns lugares da África Ocidental o envolvimento em certas economias ilegais goza de um elevado grau de legitimidade social. Nesse sentido, não levar em conta o papel de certas atividades ilícitas como fonte de subsistência ou seu grau de legitimidade geram respostas que ao invés de combater o crime organizado, estimulam a perpetuação dos tipos de violência (GI-TOC, 2022).

O mercado de cocaína, mesmo sendo uma economia ilícita, necessita de um certo grau de estabilidade para ter êxito na sua circulação. Em análise feita pelo *Global Initiative Against Transnational Organized Crime* (2022), através do Illicit Economies and Instability Monitor (IEIM), uma ferramenta projetada para avaliar a relação entre as economias ilícitas e o fomento de conflitos e instabilidade na região, constatou-se que na áreas onde existe uma proeminência do comércio de cocaína, principalmente na costa da região, o IEIM apresentado se mostra menor quando comparado com outros tipos de atividades ilícitas, indicando que embora exista grupos armados que ganhem com o comércio de cocaína, essa não é a principal atividade que alimenta a dinâmica regional de conflitos (GI-TOC, 2022).

Isso repercute na dinâmica dos atores estatais, sendo muito mais provável que eles estejam envolvidos no alto grau de proteção que o mercado de cocaína apresenta na África Ocidental - que resulta em um menor grau de violência associado a ele -, muito pela alta lucratividade que a atividade possui (GI-TOC, 2022). Nestas áreas, as estruturas de proteção do Estado podem dar uma ideia de estabilidade com níveis limitados de violência, o que faz com que as economias criminosas passem despercebidas (GI-TOC, 2022). Embora possa não gerar violência física ou não ser o principal vetor para tal, o mercado da cocaína, por exemplo, é uma fonte de práticas corruptas, solapando ainda mais o Estado de direito.

De fato, é aquela lógica de que o desenvolvimento do comércio de drogas cria raízes em áreas onde o Estado é fraco, mas não totalmente ausente. A corrupção é o motor dessa economia ilícita, no qual se criam oportunidades para estruturas regulatórias informais e governação criminosa (GI-TOC, 2022).

A informalidade econômica presente na África Ocidental trabalha na porosidade das fronteiras na região, alimentando uma rede de atores transfronteiriços: de comerciantes à contrabandistas e traficantes. As cidades funcionam como um ponto-chave tanto para

negócios lícitos quanto ilícitos, uma vez que estão situadas em corredores comerciais, onde as mercadorias são transferidas de um meio de transporte para o outro (GI-TOC, 2021). As áreas de fronteira, utilizadas para fazer o transporte da cocaína, por exemplo, são em sua maioria espaços de governança estatal irregular, permitindo que uma governança informal surja. Isso facilita a circulação transfronteiriça irregular de mercadorias.

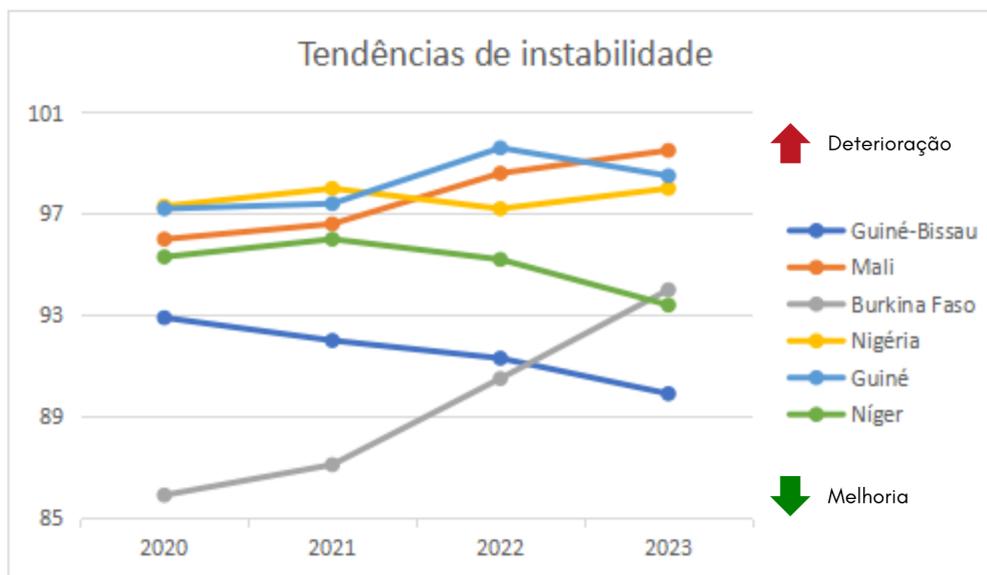
Nesse ínterim, se vê emergir uma das características da governança informal: a economia paralela. Tal como foi exposto no primeiro capítulo, a formação de uma economia paralela responde às necessidades da população local. Uma vez que estão sendo atingidas, os criminosos abrem espaço para operarem e ditarem as regras daquela comunidade. No caso da África Ocidental, isso é ainda mais evidente quando muitos cidadãos acabam enxergando o tráfico como atividade legítima. A combinação entre economia e cidadania paralelas é essencial para que possa florescer uma governança criminosa.

O grau de fragilidade a qual os Estados da África Ocidental estão submetidos fortalece a estrutura da governança criminal. Ainda que institucionalmente fracos, são estáveis o suficiente para gerarem uma rede de proteção para o desenvolvimento das atividades ilícitas. De acordo com o *Fragile States Index* (2023)<sup>14</sup>, todos os países da África Ocidental são considerados em situação de *warning*, mas nenhum chegou ainda à categoria de *high alert*. O gráfico abaixo corresponde aos seis países que possuem o índice mais elevado na região, destacando uma crescente deterioração da estabilidade dos Estados. Isso converge com as informações obtidas pelo *Índice de Crime Organizado da África* (Enact, 2021) de que o nível de criminalidade está em ascensão na África Ocidental, com mais de três quartos da sua população residindo em países com altas taxas de criminalidade, ao mesmo tempo em que a resiliência a ele está se deteriorando.

---

<sup>14</sup> O índice é produzido pelo The Fund for Peace (FFP) destacando vulnerabilidades pertinentes que contribuem para o risco de fragilidade do Estado. São usados indicadores econômicos, políticos, sociais e de coesão.

Gráfico 5 - Tendência de instabilidade nos países da África Ocidental



Fonte: elaboração própria baseado no Fragile States Index (2023)

Como já colocado, o tráfico de drogas opera na interface de atividades legais com a ajuda de agentes públicos. O projeto de governança criminal na África Ocidental evoluiu começando em pequenas doses. Ao mesmo tempo que a população era cooptada para as atividades ilegais, os traficantes se inseriam, de forma discreta, no sistema de administração pública, cooptando agentes, principalmente da polícia, das alfândegas e dos serviços de imigração. É o passo inicial para envolver todo o sistema político.

Logo, o que se indica é que o comércio da cocaína desenvolve-se em centros operando com a participação de agentes estatais. Nos países da África Ocidental, foram identificados intervenientes estatais operando em 60% das áreas de tráfico de cocaína (GI-TOC, 2022). As estruturas de proteção do tráfico incorporadas pela elite político-militar permanecem no poder mesmo com mudanças de regimes, convulsões políticas ou golpes de Estado (GI-TOC, 2021).

Conforme afirma Adebayo Olukashi, a governança criminal na África já foi responsável pela ascensão e queda de governos, ou de políticos e funcionários da segurança (2013, p. 10). O sistema é moldado pelo tráfico. As instituições públicas oferecem, cada uma, um nível de proteção ao esquema do tráfico de cocaína (GI-TOC, 2021). A Guiné-Bissau, país cujas instituições apresentam um histórico de fragilidade, há muito depende dos lucros do comércio de cocaína. A região já foi considerada um porto seguro tanto para o armazenamento da droga, quanto para evitar, através de uma rede de proteção, que agentes ilícitos fossem detidos após apreensões. Entretanto, a relação entre a elite político-militar e os

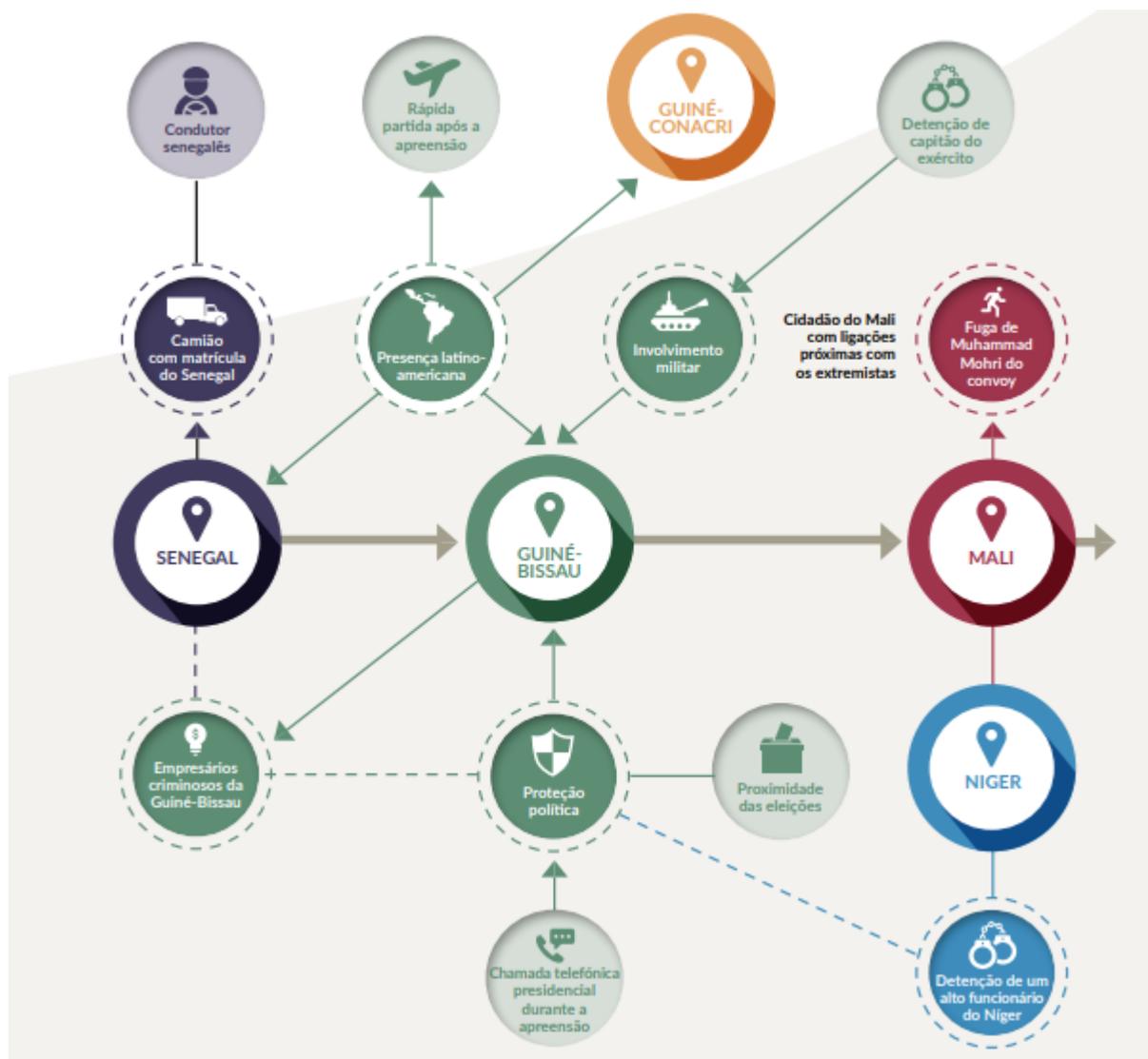
traficantes tornou-se tão intrínseca que o sistema bissau-guineense estaria suplantando os traficantes, ou seja, militares bissau-guineenses estariam roubando droga dos cartéis latino-americanos, situação que poderia dar aos militares um controle significativo sobre o tráfico. Além disso, a rota da Guiné-Bissau estaria sofrendo mudanças devido às operações do Drug Enforcement Administration (DEA), a agência de combate ao tráfico dos Estados Unidos (GI-TOC, 2022).

Ainda assim, este continua sendo um bom exemplo para se entender a relação crime-Estado. No ano de 2019, a apreensão de mais de 2 toneladas de cocaína na Guiné-Bissau fornece uma ideia de como o crime se relaciona com os atores estatais. Na imagem abaixo é destacado uma rede envolvendo a elite político-militar, a cocaína e traficantes latino-americanos.

O personagem central do esquema é o empresário ilícito Braima Seidi Bá, um dos principais traficantes de cocaína da Guiné-Bissau (GI-TOC, 2021). A carga apreendida foi associada a ele. As investigações revelaram redes de indivíduos abrangendo quatro países na região ocidental: Senegal, Guiné-Bissau, Mali e Guiné-Conacri; um conjunto de operadores no Níger; e um grupo de traficantes latino-americanos, ambos rodeados por uma estrutura de proteção regional (GI-TOC, 2021). Os traficantes da América Latina tinham presença em Dacar, no Senegal e na Guiné-Bissau. O que se indica é que eles tinham ligação com Seidi Bá, e seu braço direito Ricardo Monje, de nacionalidade colombiana e mexicana (GI-TOC, 2021).

O momento da apreensão, antes das eleições de Guiné-Bissau, são um indicativo de que o dinheiro do tráfico da carga apreendida seria usado para as campanhas eleitorais. Na sequência, uma ligação feita pelo gabinete do presidente à Polícia Judiciária que liderava as investigações levantou suspeitas de proteção política do nível mais alto (GI-TOC, 2021). Recentemente, tanto Seidi Bá quanto Monje, que haviam sido condenados, foram absolvidos das acusações dos crimes relacionados ao tráfico de drogas, suscitando reações contrárias de diferentes organizações de defesa dos direitos humanos (O Democrata, 2022).

Figura 10 - Interligação entre países e atores envolvidos na apreensão de cocaína na Guiné Bissau em março de 2019.



Fonte: GI-TOC, 2021, p. 13

Nesse sentido, pode-se indicar que os dispositivos de proteção de alto nível são essenciais para o funcionamento da cadeia da cocaína, porém, a pequena corrupção envolvendo as autoridades aduaneiras e a polícia tem impacto significativo para estes pontos de trânsito (GI-TOC, 2021). A alta vulnerabilidade de suborno das autoridades policiais pode estar associada às práticas corruptas da elite (GI-TOC, 2021). É um ciclo no qual um comportamento alimenta e é reproduzido pelo outro.

Com exceção dos grupos nigerianos, capazes de gerar seu próprio comércio no tráfico pelo pioneirismo que apresentaram na atividade, como já destacado anteriormente, a participação de grande parte dos africanos se constitui para prover serviços como a facilitação do percurso da droga (Mántaras, 2015). A entrada das drogas no continente é acompanhada

de grande marginalização e estagnação social que geram instabilidade, resultando em mais pobreza e violência, caracterizando a reprodução da violência estrutural. Além disso, pela situação econômica e social na qual grande parte da população africana se encontra, a rentabilidade que o tráfico de drogas gera chama a atenção dos grupos em situação de marginalidade, facilitando a sua cooptação, semelhante ao que ocorre no Brasil.

O tráfico em ambas as regiões é muitas vezes mais sinônimo de subsistência do que de ganância. Quando o Estado não tem interesse no investimento em melhorias para a sua população, o crime é um meio que o jovem pobre e desempregado encontra de ter algum tipo de perspectiva na vida. É um processo cruel cujas raízes são estruturais e acabam se reforçando pela dinâmica do crime organizado.

Nesse sentido, alguns impactos diretos do tráfico de cocaína na África Ocidental podem ser mencionados aqui. O primeiro diz respeito ao que já foi discutido: a penetração do tráfico dentro das estruturas estatais promove um encolhimento das instituições públicas. Um dos mecanismos utilizados gira em torno da corrupção e cooptação de funcionários públicos (Olukoshi, 2013). Muitas vezes é oferecido a eles uma parte considerável do lucro advindo da droga. Aqui se concentra a corrupção em todos os níveis estatais, desde as autoridades portuárias até políticos. Tráfico de drogas e corrupção do alto nível se tornam duas faces da mesma moeda (Olukoshi, 2013).

Por consequência, ainda representando um mecanismo de governança criminal, agentes do crime passam a se inserir dentro dos partidos políticos e das instituições de segurança ou as financiam para terem seus interesses priorizados e certo de que serão atendidos. Um exemplo aconteceu em maio deste ano na Libéria quando um liberiano, um português, um libanês e um cidadão da Guiné-Bissau, detidos por relação com uma apreensão de 520 kg de cocaína, escondida em um contêiner proveniente do Brasil, foram absolvidos pelo Tribunal Penal de Monróvia<sup>15</sup>. O caso revela como a justiça é exposta à corrupção e muitas vezes atendem aos anseios do criminoso.

Além disso, os chamados “barões da droga”, buscando proteger seus interesses e negócios ilegais, patrocinam candidatos na política em troca da lealdade destes quando forem eleitos (Olukoshi, 2013). No momento das campanhas eleitorais, eles mobilizam recursos e recrutam bandidos para intimidar a população a votarem nos seus candidatos (Olukoshi, 2013).

---

<sup>15</sup> Homens ligados a caso de narcotráfico do Brasil desaparecem na Libéria. Estado de Minas, 22 maio 2023. Internacional. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/05/22/interna\\_internacional.1497058/homens-ligados-a-caso-de-narcotrafico-do-brasil-desaparecem-na-liberia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/05/22/interna_internacional.1497058/homens-ligados-a-caso-de-narcotrafico-do-brasil-desaparecem-na-liberia.shtml) Acesso em: 14 out 2023.

Um outro ponto crucial para a prosperidade da atividade criminosa é o desgaste da relação entre o Estado e a sociedade. Principalmente nas regiões de maior vulnerabilidade o crime organizado se apresenta como uma alternativa aos dilemas enfrentados pela população, que passa a enxergar aqueles traficantes como autoridades legítimas. O Estado aqui é muitas vezes deixado de lado, são com os agentes do crime que a população vai resolver seus problemas e prestar suas queixas. Ainda nesse sentido, mas por uma outra visão, o desgaste da relação também vem do lado contrário quando os agentes públicos passam a servir os interesses das redes do tráfico e ignoram o propósito do bem comum (Olukoshi, 2013).

O tráfico de drogas também opera no sistema econômico dos países africanos. As políticas liberais implementadas pelos governos ainda na década de 1980 e 1990 contribuíram para a infiltração de cartéis de drogas no sistema bancário da região (Olukoshi, 2013). Os fundos ilícitos são branqueados através de bancos e empresas legais explorando, por exemplo, serviços prestados por advogados e empresas de logística para circular mercadorias e gerir operações, uma vez que as operações ilícitas se misturam aos negócios legais e são praticamente indetectáveis (GI-TOC, 2022). Um dos meios de lavagem de dinheiro que mais tem ganhado notoriedade naquela região está no ramo da construção civil. Um exemplo considerável é o estabelecimento da máfia italiana ‘Ndrangheta, principalmente na Costa do Marfim, onde ela se utiliza dos bancos e de outras instituições financeiras para lavar dinheiro.

Um outro imbróglio diretamente relacionado com o tráfico de cocaína é o fomento da violência, em suas mais variadas formas, dentre elas, o financiamento à facções. Apesar do tráfico de cocaína não ser considerado um atividade que alimente a dinâmica regional de conflitos, tanto quanto o tráfico de armas, por exemplo, existem ligações do financiamento de grupos armados pelo comércio da droga na África Ocidental. Podem ser citados os grupos armados do Sahel que obtêm receita do tráfico através do fornecimento de proteção das remessas, e quando não, atacando-as. Organizações como a Al Qaeda participam dos lucros desse comércio ilegal que ajudam a sustentar suas ações terroristas (Bartolomé, 2017, p. 76 *apud* Sampó, 2019, p. 196; GI-TOC, 2022).

Nas zonas mais vulneráveis, crianças e jovens convivem lado a lado com o crime e o tráfico. Àqueles que se juntam às facções são fornecidos drogas, bebidas alcoólicas e armas. É mais um movimento que contesta a autoridade do Estado e contribui para o agravamento das desigualdades. Além disso, o uso e a dependência das substâncias ilícitas se torna mais um agravante porque vem se tornando parte integrante da vida da população, principalmente dos jovens.

O comprometimento das estruturas estatais, fortalecido pela atividade do tráfico, torna a situação na região ainda mais preocupante. É um ciclo vicioso. O Estado falha em prover, mas continua falhando porque sua estrutura está corrompida. O jovem nasce sem perspectiva de ascensão social. A única resposta: a inserção no mundo do crime. Por fim, a falta de recursos políticos e econômicos na região promove um impacto ainda mais significativo do tráfico de cocaína na África do que em países da América Latina, inferindo em instabilidade política, corrupção, com a associação de chefes de governo no narcotráfico e aumento das desigualdades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou explorar como a expansão de organizações criminosas brasileiras, especialmente o PCC, através da rota do tráfico de cocaína, com destino final na Europa, se relaciona com os países da África Ocidental. De maneira geral, a intenção não foi achar um culpado ou colocar a responsabilidade dos problemas advindos do tráfico de drogas da região, na capacidade de atuação brasileira, mas sim reforçar que a dinâmica dos fluxos transnacionais de drogas ilícitas não são uma problemática de responsabilidade individual e tem consequências que perpassam o nível estatal.

A estrutura organizacional do PCC e seu sistema de governança foram a base para sua expansão fora dos limites brasileiros. Considerado um ator não-estatal violento e capaz de operar dinâmicas de governança criminal, a facção se tornou mundialmente conhecida, principalmente após as evidências da parceria com a máfia italiana ‘Ndrangheta. Se o PCC busca monopolizar o controle da cocaína na América do Sul, ele entende os limites que precisa respeitar para conseguir tal feito. A cooperação, em momentos oportunos, com organizações até então consideradas rivais, como o Comando Vermelho, é um exemplo disso.

Os resultados da pesquisa, além de apresentar os pontos de impacto na África Ocidental, indicam que a região vem desempenhando um papel fundamental como ponto de trânsito para os os fluxos ilícitos. Os problemas que permeiam o sistema de governança da África Ocidental possuem raízes históricas e estruturais, entretanto fica evidente que após a consolidação do PCC como grande exportador de cocaína para a Europa, utilizando a parte ocidental da África como ponto de trânsito, a droga inundou a região e deteriorou ainda mais as bases do sistema.

Para a construção do objetivo foram apresentados debates teóricos que reforçam a importância da temática. As organizações criminosas e os ANEVs de modo geral desenvolvem uma capacidade de governação, em um contexto não só, mas principalmente de embate direto com Estado, que os inserem como uma fonte de ameaça à paz. As potencialidades desses atores são legitimadas pelos tipos de violência que acometem a sociedade. Fica claro que ao mesmo tempo em que são fruto da violência estrutural e cultural, eles a reproduzem. As instituições estatais muitas vezes se aproveitam da situação e sua relação com o crime conduz a um duopólio de violência.

A relação crime-Estado é presente no Brasil, afinal o PCC atua nas “lacunas estatais”, sua atuação, reforçada pela capacidade de governança paralela e pelo uso da violência, advém também de mecanismos do Estado. Tal relação é ainda mais evidente na região da África

estudada aqui. Agentes estatais são desproporcionalmente proeminentes nas economias ilícitas. O envolvimento cada vez mais comum de chefes de estado e empresários na dinâmica da droga colapsa o tecido social e afasta a região de uma resposta positiva contra as atividades criminosas.

Não foi o foco do projeto se atentar para as respostas que a comunidade africana vem buscando, mas os resultados podem ajudar a dar uma perspectiva diferente. O contexto ao qual a maioria dos países africanos, inseridos na dinâmica de cocaína, estão envolvidos indica uma alta criminalidade, mas baixa violência direta, o que aponta para um alto grau de corrupção. Nesse sentido, o foco em combater a droga de nada adiantará se não houver um foco na melhoria da governança e no combate à corrupção. Além disso, a África é só um intermédio para a atividade criminosa de outras regiões, que se aproveitam das suas debilidades ao mesmo tempo que a reforçam. Nesse sentido, é interessante se pensar em uma cooperação estatal entre os países envolvidos na cadeia da droga, principalmente a Europa Ocidental, o principal mercado de consumo para a cocaína que atraca na África Ocidental.

De maneira geral, este é só um pequeno arcabouço das potencialidades de pesquisa possíveis na relação do tráfico de drogas com a corrosão do sistema de governança africano. Muitas questões podem ser suscitadas a partir daqui e ajudar em desenvolvimentos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. In: ADORNO, Sérgio. DIAS, Camila N, (Orgs.). Dossiê Crime Organizado. RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS - Vol. 07, Nº 17, 2019. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2020/02/Fluxo-de-opera%C3%A7%C3%B5es-do-crime-organizado.pdf> Acesso em: 22/08/2023.

Alemika, E., Apard, E., Frowd, P. *et al.* Professor Etannibi Alemika's Interview on Organized Crime in West Africa. Trends in Organized Crime. 2023. <https://doi.org/10.1007/s12117-023-09506-0>

ARAUJO, Leonardo Amora. Crime organizado transnacional: a face oculta do processo de globalização. 2010.

BANFIELD, Jessie. Crime and conflict: the new challenge for peacebuilding. London: International Alert, 2014.

BARNES, Nicholas. Criminal politics: An integrated approach to the study of organized crime, politics, and violence. *Perspectives on Politics*, v. 15, n. 4, p. 967-987, 2017.

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZERRO, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções criminosas: o caso do PCC-Primeiro Comando da Capital. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2014. p. 71-84.

BLACKWELL, Adam; DUARTE, Paulina. Violência, Crime e Exclusão Social. In: Organização dos Estados Americanos (OEA). Desigualdade e exclusão social nas Américas: 14 ensaios (2ª edição). Washington, DC: OEA, 2014.

BROWN, David Edward. The challenge of drug trafficking to democratic governance and human security in West Africa. Strategic Studies Institute and US Army War College Press, 2013.

CARONE, Carlos; PINHEIRO, Mirelle. Cargueiros do Pó: A rota Marítima do Tráfico de Cocaína do Brasil à Europa. METRÓPOLES, 30 jul 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/a-rota-maritima-do-traffic-de-cocaina-do-brasil-a-europa> Acesso em: 25 ago 2023.

CDE – CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA A REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS ILÍCITAS. Dinâmicas do Mercado de Drogas Ilícitas no Brasil: análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas em quatro estados. Brasília: SENAD/MJSP, SIMCI. PNUD, UNODC, 2022.

CHRISTINO, Marcio Sérgio; TOGNOLLI, Claudio. Laços de sangue: a história secreta do PCC. Matrix Editora, 2017

COELHO, Thábata Ribeiro. O sucesso da Guerra às Drogas. *Revista de Ciências do Estado*, v. 7, n. 2, p. 1-22, 2022.

COHEN, Corentin. Desenvolvimento do mercado de drogas brasileiro em direção à África: mitos, evidências e questões teóricas. *JIED 2nd Issue: Special Issue on Illicit Economies in Brazil*. 2019.

COUTO, Aiala Colares. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia brasileira. **GeoTextos**, 2019.

CRUZ, Maria Teresa. Quem é Fuminho, o braço direito do líder do PCC, preso após 21 anos foragido. *Ponte*. 30 abr 2020. Disponível em: <https://ponte.org/quem-e-fuminho-o-braco-direito-do-lider-do-pcc-preso-apos-21-anos-foragido/> Acesso em: 10 out 2023.

DA CAPITAL, PCC–Primeiro Cartel. Direção: João Wainer. Produção: MOV. doc. São Paulo: MOV. doc, 2019.

DALL’AGNOL, Lucas Benedetti; LOBO, Pedro Torres. Guerra às drogas: uma análise crítica sobre a retórica proibicionista, a ineficácia e o desastre social. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, n. 21, p. 375-404, 2018.

DA SILVA CALVETE, Cássio; DE SOUZA, Taciana Santos. História e formação do mercado das drogas. **Revista de Economia**, v. 76, pág. 401-429, 2020.

DIAS, Camila Nunes; DIAS, Edgar. Notas contextuales acerca de la creciente presencia transnacional del grupo criminal brasileño Primer Comando de la Capital (PCC). *AISTHESIS: Revista Chilena de Investigaciones Estéticas*, n. 70, p. 331-354, 2021.

ELIGH, Jason. The evolution of illicit drug markets and drug policy in Africa. *ENACT*, 2019. Disponível em: <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2019-06-30-continental-report-3-3.pdf> Acesso em: 08/09/2023

ELLIS, Stephen. West Africa’s International Drug Trade. *Africa Affairs*, v. 108, issue 431, p. 171-196, 2009. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1437474](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1437474) Acesso em: 09 set /2023.

FERREIRA, Marcos Alan SV. As origens dos estudos para paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos Alan SV; MASCHIETTO, Roberta; KHULMANN, Paulo (Org.). *Estudos para Paz: conceitos e debates*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, p. 47-83, 2019A.

FERREIRA, Marcos Alan SV. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 113, p. 29-50, 2017.

FERREIRA, Marcos Alan SV. Transnational Organized Crime and Structural Violence in Brazil. In: Post-conflict Security, Peace and Development. Springer, Cham, p. 37-54, 2019B.

FERREIRA, M. A. S. V.; FRAGMENTO, R. de S. Atores não-estatais violentos transnacionais na América do Sul: um exame dos casos do Primeiro Comando da Capital e da Família do Norte. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 72–87, 2020. DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1011. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1011>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan; Richmond, Oliver P. Blockages to Peace Formation in Latin America: The Role of Criminal Governance. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 2021. DOI: 10.1080/17502977.2021.1878337

GALTUNG, Johan. An Editorial, 1. *Journal of Peace Research*, v. 1, 1964.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GI-TOC. Atlantic Connections: The PCC and the Brazil-West Africa Cocaine Trade. Global Initiative against Transnational Organized Crime. 2023

GI-TOC. Corredor da Cocaína da África Ocidental: Edificar uma resposta sub-regional. Global Initiative against Transnational Organized Crime. 2021

GI-TOC. Crime Organizado e Dinâmica de Instabilidade: Mapeamento de polos ilícitos na África Ocidental. Global Initiative against Transnational Organized Crime. 2022

GONÇALVES, Anna Beatriz. Atores Não-Estatais Violentos na América Latina e a governança informal: capacidades e potencialidades do Primeiro Comando da Capitão (PCC). TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 10.1080/17502977.2021.18783372020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17830?mode=full&locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17830?mode=full&locale=pt_BR). Acesso em: 18 Ago 2023

GONÇALVES, Anna Beatriz; FERREIRA, Marcos Alan. Criminal governance and systems of parallel justice: Practice and implications in Brazilian urban peripheries. *International Journal of Law Crime and Justice*. v. 68, 2021. DOI: 100519. 10.1016/j.ijlcrj.2021.100519.

IDLER, Annette; FOREST, James. Behavioral patterns among (violent) non-state actors: A study of complementary governance. *Stability: international journal of security and development*, v. 4, n. 1, 2015.

KACOWICZ, Arie M.; LACOVSKY, Exequiel; SASSON, Keren; WAJNER, Daniel F. *The Unintended Consequences of Peace: Peaceful Borders and Illicit Transnational Flows*. Cambridge: Cambridge Univ . Press. 2021.

KRÜGER, Caroline; OLIVEIRA, Giovanni França. As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e controle social*, v. 11, n. 1, p. 28-52, 2018.

LESSING, Benjamin. *Conceptualizing Criminal Governance. Perspectives on Politics*. v.19, 2020.

MACIEL, Marcia Maria Cavalcante Carvalho. *Atuação do Núcleo de Combate ao Tráfico Internacional de Drogas no Aeroporto de Fortaleza/CE*. Cadernos ANP, n. 21, 2012.

MÁNTARAS, Victoria. *África Occidental: el nuevo punto estratégico en el tráfico de drogas*, Instituto de Relaciones Internacionales. Departamento de Africa, 2015.

NEVES, Yuri; BETANCUR, Mónica. PCC-’Ndrangheta, the International Criminal Alliance Flooding Europe with Cocaine. *INSIGHT CRIME*. 08 ago 2019. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/analysis/pcc-ndrangheta-criminal-alliance-flooding-europe-cocaine/> Acesso em: 06 out 2023.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. *Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais*. Carta Internacional, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. *Panorama internacional das políticas sobre drogas*. Boletim de Análise Político-Institucional. n. 18, 2018.

PEARCE, Jenny. *Perverse state formation and securitized democracy in Latin America*. Democratization, v. 17, n. 2, p. 286-306, 2010.

PUREZA, José Manuel. *O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz*. *Organicom*, v. 15, n.28, p.74-89, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150549> Acesso em: 15 ago 2023

RAINERI, L., STRAZZARI, F. *The data that we do (not) have: studying drug trafficking and organised crime in Africa*. *Trends Organ Crim* (2023). <https://doi.org/10.1007/s12117-023-09482-5>.

REBELLO, Aiuri; TORRADO, Santiago. *Expansão internacional do PCC abre a rota da maconha ‘gourmet’ colombiana no Brasil*. *EL PAÍS*. 12 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/expansao-internacional-do-pcc-abre-a-rota-da-maconha-gourmet-colombiana-no-brasil.html#tbl-em-lnqufufx1pd0cextiz4> Acesso em: 24 set 2023.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, v. 34, p. 9-41, 2012.

SAMPÓ, Carolina. El tráfico de cocaína entre América Latina y África Occidental. *URVIO*, Quito, n. 24, p. 187-203, 2019. Disponível em: <[http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1390-42992019000100187&lng=es&nrm=iso](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-42992019000100187&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 27 set 2023. DOI: <https://doi.org/10.17141/urvio.24.2019.3700>.

SAMPÓ, C., TRONCOSO, V. Cocaine trafficking from non-traditional ports: examining the cases of Argentina, Chile and Uruguay. *Trends Organ Crim* 26, 235–257 (2023). DOI: <https://doi.org/10.1007/s12117-021-09441-y>

SANTOS, Udson Augusto Lima. A globalização do narcotráfico: a influência das convenções internacionais sobre drogas no âmbito da ONU para o combate às drogas e as políticas públicas brasileiras. 2010.

SANTOS, Victória. Espaços desgovernados? Presença militar como combate ao crime na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2022. DOI: 10.26792/rbed.v8n2.2021.75268. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75268>. Acesso em: 05 set. 2023.

UNODC. *Global Study on Homicide: homicide, development, and the Sustainable Development Goals*. Booklet 1. 2019.

UNODC. *Global Report on Cocaine: Local dynamics, global challenges*. United Nations publications, 2023A.

UNODC, *World Drug Report 2023*. United Nations publications, 2023B.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha et al. Guiné-Bissau, um “Narco-Estado”? questionamentos ao conceito. *Tensões Mundiais*, v. 18, n. 36, p. 243-270, 2022.

WILLIAMS, Phil. Violent non-state actors and national and international security. *International Relations and Security Network*, v. 25, 2008.